

Direito Penal 01

01 Uma pessoa vai à praia com seu filho menor e, desejando refrescar-se nas águas do mar, pede a alguém que está ao lado para dar uma olhada na criança, recebendo desse um rápido assentimento. Enquanto a mãe dá seu mergulho, a criança corre, entra na água e morre afogada, porque a pessoa que deveria vigiá-la resolve dormir ao sol. Esta pessoa responderá pelo crime de:

- A)** homicídio doloso;
- B)** omissão de socorro;
- C)** homicídio culposo;
- D)** sua conduta será atípica, cabendo à mãe qualquer responsabilidade penal;
- E)** homicídio preterdoloso.

02 Assinale a alternativa correta:

- A)** o consentimento do ofendido pode se constituir em causa supralegal de justificação, podendo também se apresentar como elemento essencial do tipo, anulando a própria tipicidade;
- B)** a delação premiada se configura como circunstância atenuante introduzida pela Lei nº 8.072/90;
- C)** no crime de receptação, o agente adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime ou contravenção, ou influi para que terceiro de boa-fé a adquira, receba ou oculte;
- D)** no crime de rapto consensual, mesmo se a vítima for emancipada, ainda assim estará configurada a tipicidade da ação;
- E)** em qualquer circunstância, a lei brasileira será aplicada no caso de crime cometido por estrangeiro contra brasileiro, fora do Brasil.

03 O conceito de funcionário público, apresentado pelo Código Penal, em seu artigo 327, configura caso de interpretação:

- A)** judicial;
- B)** analógica;
- C)** doutrinária;
- D)** teleológica;
- E)** autêntica.

04 Assinale a alternativa falsa:

- A)** o estado de necessidade justificante exclui a ilicitude do fato e possui previsão legal tanto na parte geral como na parte especial do Código Penal;
- B)** segundo a teoria dos elementos negativos do tipo, o erro que recai sobre os pressupostos de uma causa de justificação será sempre erro de proibição;
- C)** o princípio da defesa (ou real) tem em vista a titularidade ou nacionalidade do bem jurídico lesado ou exposto a perigo de lesão pelo crime cometido;
- D)** no erro de mandamento, o agente, que se encontra na posição de garantidor, diante de situação de perigo de cujas circunstâncias fáticas tem perfeito conhecimento, omite a ação que lhe é determinada pela norma preceptiva, supondo, por erro inevitável, não estar obrigado a agir para obstar o resultado;
- E)** não é possível se falar em co-autoria em crime omissivo;

05 Assinale a alternativa falsa:

- A)** através da teoria normativa da culpabilidade, esta perde sua natureza meramente descritiva, convertendo-se em uma valoração;
- B)** as regras do instituto da prescrição contidos no Código Penal são aplicáveis à Lei das Contravenções Penais e à Lei nº 6.368/76;
- C)** as teorias de corte funcionalista encontram o conteúdo do bem jurídico como estando condicionado àquilo que é **socialmente danoso**;
- D)** por assessoriedade limitada entende-se aquela que exige, para a participação punível, que o fato principal seja apenas típico;
- E)** no concurso formal impróprio, as penas serão somadas para efeitos da unificação.

06 Os procedimentos previstos na Lei nº 9.099/95, orientar-se-ão, dentre outros, pelos seguintes critérios:

- A)** simplicidade, artificialidade e informalidade;
- B)** oralidade, celeridade e oficiosidade;

- C) simplicidade, informalidade e perluxidade;
- D) oralidade, informalidade e celeridade;
- E) simplicidade, economicidade e plausibilidade.

07 Assinale a Alternativa correta:

- A) os crimes contra a vida, a liberdade e o patrimônio do Presidente da República ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo se cometidos em outro país;
- B) o agente que, de qualquer modo, logo após o crime, evita ou minimiza suas conseqüências, será beneficiado por uma circunstância atenuante;
- C) a condenação irrecorrível a uma pena privativa de liberdade, pela prática de um crime culposo, implicará a automática revogação da suspensão condicional da pena daquele que estiver gozando de seu benefício;
- D) a distinção entre a teoria modificada do dolo e a teoria limitada do dolo, é que, para esta o erro de proibição evitável implica na punição do agente por crime culposo, enquanto para aquela o agente será punido com a pena do crime doloso, podendo ser atenuada;
- E) incidirá uma agravante específica na conduta daquele que primeiramente sugere a execução do crime.

08 Assinale a alternativa falsa:

- A) pode-se definir ilicitude como a relação de antagonismo que se estabelece entre uma conduta humana voluntária e o ordenamento jurídico;
- B) o roubo de veículo automotor acarreta necessariamente um aumento de pena, se o veículo for transportado para o exterior;
- C) a difamação, em regra, não admite a exceção da verdade, enquanto a calúnia, em regra, a admite;
- D) salvo a reincidência, as demais circunstâncias agravantes somente possuem aplicação em se tratando de crimes dolosos, segundo doutrina dominante;
- E) o estado de necessidade defensivo ocorre quando o ato necessário se dirige contra a coisa de que promana o perigo para o bem jurídico ofendido, ao passo que o estado de necessidade agressivo se verifica quando o ato necessário se dirige contra coisa diversa daquela de que promana o perigo para o bem jurídico tutelado.

09 Caracteriza a apropriação indébita:

- A) a inversão do título de posse;
- B) o dolo é contemporâneo ao recebimento da coisa apropriada;
- C) o fato de existir posse anterior da coisa apropriada, ainda que ilícita a posse;
- D) a apropriação da coisa apenas para uso ocasional;
- E) as letras **a**, **b** e **c** estão corretas.

10 Entende-se por dolo normativo:

- A) a presença do dolo no tipo, de acordo com a teoria finalista da ação;
- B) o dolo como elemento da culpabilidade mas desvinculado da consciência da ilicitude;
- C) a consciência da ilicitude como integrante do dolo;
- D) o dolo como pressuposto da culpabilidade;
- E) o dolo como elemento indiciário da culpabilidade.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 02

01 Tem direito a curador especial:

- A)** o incapaz cujo representante legal foi nomeado pelo juiz nos trinta dias anteriores ao da citação;
- B)** o réu que foi citado por edital;
- C)** o réu que, embora citado com hora certa, é revel;
- D)** o réu cuja citação foi feita pelo correio, porém sem indicação do prazo para a resposta;
- E)** nenhuma das alternativas acima.

02 De acordo com a lei vigente, o reconhecimento, por parte do pai, de um filho, havido fora da sociedade conjugal instaurada pelo casamento:

- A)** não pode ser feito, enquanto o casamento perdurar;
- B)** pode ser feito pelo pai somente em testamento público;
- C)** pode ser feito pelo pai ainda na constância do casamento;
- D)** pode ser feito pelo pai somente se estiver separado de fato;
- E)** pode ser feito pelo pai, somente mediante documento escrito registrado no Registro de Títulos e Documentos, com eficácia posterior ao término do casamento;

03 Por força do princípio da saisine, acolhido pelo nosso Código Civil:

- A)** desde a abertura da sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros;
- B)** a posse da herança transmite-se aos herdeiros e legatários, desde a abertura da sucessão;
- C)** o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros capazes e legatários, desde a abertura da sucessão;
- D)** o domínio e a posse da herança transmitem-se somente após o registro do formal de partilha no Registro de Imóveis;
- E)** apenas o domínio da herança transmite-se aos herdeiros, desde a abertura da sucessão;

04 Ainda em vida da pessoa, sua herança:

- A)** pode ser objeto de cessão de direitos;
- B)** pode ser objeto de cessão condicionada ao falecimento do de cujus;
- C)** pode ser objeto de cessão, desde que a isso não se oponha tal pessoa;
- D)** não pode ser objeto de cessão;
- E)** pode ser objeto de cessão para satisfação dos atuais credores.

05 Assinale a alternativa incorreta:

- A)** o jus possidendi confunde-se, na prática, com o jus possessionis, porque ambos encontram-se no âmbito de uma situação jurídica que dá direito ao possuidor;
- B)** o jus possessionis é a posse sem título de direito que o justifique;
- C)** o jus possidendi é uma consequência do domínio, pois existe aí uma situação jurídica que serve de alicerce;
- D)** a pessoa que utiliza um imóvel abandonado, que não é ocupado por outrem, é titular do jus possessionis, porque não tem título de direito;
- E)** quem tem título de domínio (escritura de compra e venda registrada, formal de partilha, escritura de doação registrada) tem o jus possidendi.

06 Assinale a alternativa correta:

- A)** o defeito oculto de uma coisa autoriza a rejeição de todas, se vendidas conjuntamente;
- B)** a ação para anular a venda de ascendente para descendente, sem consentimento dos demais descendentes, prescreve em vinte anos, contados da data do ato;
- C)** o direito de preferência pode passar aos herdeiros;
- D)** revogada a doação, por ingratidão, ficam prejudicados os direitos eventualmente adquiridos por terceiros;
- E)** a hipoteca legal perime em completando trinta anos.

07 A mulher, ao se casar, pode acrescer ao seu nome os apelidos da família do marido. É incorreto afirmar que:

- A)** será compelida a retomar seu nome de solteira, quando postular a separação judicial por ruptura da vida em comum, há mais de um ano consecutivo, sendo impossível a reconstituição;
- B)** será compelida a retomar seu nome de solteira, quando vencida na separação judicial-sanção;
- C)** retomará sempre seu nome de solteira, ao requerer a transformação de sua separação em

divórcio;

D) poderá conservar o nome de casada, se a separação for consensual;

E) poderá conservar o nome de casada, ao requerer a transformação judicial em divórcio, se houver evidente prejuízo para sua identificação.

08 A propósito da exclusão da penhorabilidade de bens, em razão de sua característica de bem de família, é incorreto afirmar que:

A) o bem de família pode ser penhorado pelo credor de alimentos;

B) o bem de família pode ser penhorado pelo credor hipotecário, quando oferecido como garantia pelo casal ou pela entidade familiar;

C) a expressão bem de família abrange os bens móveis quitados que guarneçam a residência do locatário, sendo de propriedade deste;

D) os veículos de transporte não são considerados bem de família;

E) quando os cônjuges possuírem vários imóveis utilizados como residência permanente, será considerado bem de família, em qualquer hipótese, o de maior valor.

09 Joãozinho está sob tutela de seu tio Arthur. A propósito deste instituto, é incorreto afirmar:

A) a tutela só pode alcançar os menores de 21 anos;

B) a tutela implica, necessariamente, o dever de guarda;

C) a tutela só será deferida após decretação prévia da perda ou suspensão do pátrio poder;

D) a tutela pode alcançar os maiores, desde que absolutamente incapazes e interditados;

E) o Juiz pode dispensar a especialização de hipoteca, por motivo relevante.

10 O Código de Defesa do Consumidor consagra os princípios abaixo, exceto:

A) todas as vítimas de um evento são equiparadas ao consumidor, quando se tratar de responsabilidade pelo fato do produto e do serviço;

B) responsabilidade objetiva dos profissionais liberais;

C) o contrato não pode conter cláusula que exonere a obrigação de indenizar do fornecedor, quando se tratar de responsabilidade por vício do produto ou do serviço;

D) para efeito de desconsideração da personalidade jurídica, as sociedades coligadas só responderão por culpa;

E) quando houver mais de um responsável pelo dano, todos são solidariamente responsáveis, na hipótese de vício do produto.

Direito Penal 02

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa E

Questão 9 alternativa D

Questão 10 alternativa B

Direito Penal 03

01 Considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Para que o oficial de justiça solicite o auxílio da força pública para a condução da testemunha, é necessário que ele tenha autorização expressa do magistrado. Caso não a tenha, o oficial de justiça a requererá antes de proceder à condução da testemunha.

II - A apresentação da testemunha em juízo somente se fará mediante força policial se requerida pelo juiz, for o não comparecimento injustificado e desde que a testemunha tenha sido regularmente intimada.

III - A testemunha regularmente intimada somente poderá deixar de comparecer em juízo se houver motivo justificado.

A) Apenas o item I está correto.

- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

02 Julgue os itens abaixo, levando em conta as regras processuais penais, e assinale a alternativa correta:

I - Quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que houver de ordenar a citação, esta se fará, ordinariamente, por mandado.

II - É nulo, em qualquer hipótese, o mandado de citação que não indicar o nome do denunciado, porquanto este tem o direito de saber exatamente se está sendo acusado criminalmente.

III - O mandado de citação indicará, necessariamente e sempre, a residência do réu.

- A)** Apenas o item I está correto.
- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

03 A subscrição do escrivão deverá ser indicada no:

- A)** edital de citação.
- B)** na precatória.
- C)** no mandado de citação.
- D)** na rogatória.
- E)** na citação por via postal com aviso de recebimento.

04 Analise os itens abaixo, considerando o Código de Processo Penal, e assinale a alternativa correta:

I - Para que o réu seja citado mediante precatória, basta que se encontre fora do território de jurisdição do juiz processante, seja onde for.

II - A citação por edital pode ser feita mesmo quando o réu se encontra fora do território de jurisdição do juiz processante.

III - Quando a citação é realizada mediante precatória, é vedado ao juiz deprecado determinar a citação do réu por mandado.

- A)** Apenas o item I está correto.
- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

05 Far-se-á a citação por edital:

- A)** quando incerta a pessoa que tiver de ser citada, com o prazo de noventa dias.
- B)** quando o réu não for encontrado, com o prazo de dez dias.
- C)** quando o réu se oculta para não ser citado, com o prazo de cinco dias.
- D)** quando inacessível, em virtude de epidemia, o lugar em que estiver o réu, com o prazo de cinco dias.
- E)** quando desconhecido o nome do réu, com o prazo de trinta dias.

06 São requisitos da citação por mandado, exceto:

- A)** Leitura do mandado ao citando pelo oficial.
- B)** Entrega da contrafé ao réu.
- C)** Declaração do oficial, na certidão, da entrega da contrafé.
- D)** O dia e a hora em que expedido o mandado de citação.
- E)** Aceitação ou recusa da contrafé pelo réu.

07 Analise os itens a seguir, tendo em vista as disposições do Código de Processo Penal, e assinale a alternativa correta:

I - Até o cumprimento da carta rogatória, o curso do prazo de prescrição ficará interrompido, voltando a correr tão logo seja considerado citado o réu.

II - A citação mediante rogatória será realizada nas hipóteses em que a citação do réu tiver que ser feita em legações estrangeiras.

III - É requisito para a citação mediante carta rogatória que o réu esteja em lugar sabido no estrangeiro.

- A)** Apenas o item I está correto.
- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

08 Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Quanto às intimações, o Código de Processo Penal estabelece que serão observadas, no que for aplicável, as disposições do Código de Processo Civil.

II - No processo penal, as intimações do Ministério Público e do defensor constituído se farão, sempre, pessoalmente.

III - Segundo os preceitos do Código de Processo Penal, o advogado do querelante pode vir a ser intimado por via postal com comprovante de recebimento, caso não haja na comarca órgão de publicação dos atos judiciais.

- A)** Apenas o item I está correto.
- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

09 Consoante as regras processuais penais, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - A intimação do defensor constituído, feita por meio de órgão oficial de publicação dos atos judiciais, será nula se não for incluído o nome do acusado na publicação.

II - O defensor nomeado será intimado pessoalmente mesmo quando existir na comarca órgão oficial de publicação dos atos judiciais.

III - A intimação pessoal do advogado do assistente, feita pelo escrivão, não dispensa a intimação por publicação no órgão oficial incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

- A)** Apenas o item I está correto.
- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

10 Analise os itens abaixo, considerando o Código de Processo Penal, e assinale a alternativa correta:

I - Quando o réu, que se livrou solto, e o defensor por ele constituído não forem encontrados, e assim o certificar o oficial de justiça, a intimação da sentença será feita mediante edital.

II - Quando o réu, sem defensor constituído, não for encontrado, e assim o certificar o escrivão, a intimação da sentença será feita ao defensor nomeado.

III - A intimação da sentença será feita ao defensor constituído pelo réu, se este, inafiançável a infração, expedido o mandado de citação, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.

- A)** Apenas o item I está correto.
- B)** Apenas o item II está correto.
- C)** Apenas o item III está correto.
- D)** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E)** Apenas os itens II e III estão corretos.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa E

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa D

Questão 7 alternativa E

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa A

Direito Penal 04

01 A, imputável, inicia atos de execução de um crime; antes de ocorrer o resultado, deixa de praticar os demais atos para atingir a consumação. A consumação não acontece. A hipótese configura:

- A) tentativa
- B) arrependimento posterior
- C) desistência voluntária
- D) arrependimento eficaz
- E) crime impossível

02 A, imputável, comete contravenção penal depois de haver praticado um crime. Depois de definitivamente condenado por contravenção penal, pratica outro crime. A hipótese caracteriza:

- A) reincidência de contravenção e crime
- B) reincidência de crime e crime
- C) reincidência de crime e contravenção
- D) reincidência de contravenção e contravenção
- E) inexistência de reincidência

03 A, imputável, desejando vingar-se de várias pessoas, joga, no recinto fechado em que estavam, gás tóxico, ofendendo a saúde de algumas. A hipótese configura:

- A) crime continuado
- B) concurso material
- C) concurso formal próprio
- D) concurso formal impróprio
- E) tentativa

04 A, imputável, credor de **B** (comerciante), ante a recusa do devedor de pagar a dívida, mediante violência retira do bolso de **B** a respectiva importância. A hipótese descreve crime de:

- A) furto
- B) roubo
- C) constrangimento ilegal
- D) apropriação indébita
- E) exercício arbitrário das próprias razões

05 A Lei nº 8.666/93 define como crime **impedir injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos respectivos registros cadastrais (art. 98)**. Na espécie, injustamente, significa elemento:

- A) normativo
- B) objetivo
- C) subjetivo
- D) natural
- E) presumido

06 A, para participar de licitação pública, para pavimentação de via pública, comprova capacidade técnica, exibindo os documentos solicitados. Além disso, como acréscimo, junta um documento falso. Em considerando a hipótese narrada, a apresentação desse documento configura:

- A) crime consumado
- B) crime tentado
- C) inexistência de crime
- D) post factum impunível
- E) ante factum impunível

07 A Lei nº 4.898/65 (Abuso de Autoridade) descreve vários crimes e define **autoridade**. O crime por ela praticado, nessa qualidade, quanto ao agente, é:

- A) próprio
- B) comum
- C) instantâneo

- D) privativo
- E) coletivo

08 Constitui crime contra a ordem econômica revender derivados de petróleo, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei (Lei nº 8.176/91, art. 1º, I). A hipótese caracteriza:

- A) crime imperfeito
- B) crime de consumação antecipada
- C) norma penal em branco
- D) norma penal inconstitucional
- E) crime acessório

09 Omitir dizeres sobre a nocividade de produtos em publicidade (Lei nº 8.078/90, art. 61) configura:

- A) crime culposo
- B) impossibilidade de tentativa
- C) culpa consciente
- D) consumação antecipada
- E) crime de dano

10 A interceptação de comunicações telefônicas é admitida para prova em:

- A) instrução processual penal
- B) instrução processual penal e civil
- C) instrução processual penal e bancária
- D) instrução processual penal e inquérito policial
- E) instrução processual bancária e inquérito policial

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 05

01 A, imputável, jamaicano, sem assimilar a cultura brasileira, agindo como se estivesse em seu país, pratica conduta definida como crime, no Brasil. Na Jamaica, tal conduta é lícita. O fato configura erro de

- A) Tipo
- B) Fato
- C) Proibição
- D) Crime impossível
- E) Crime consumado

02 A, imputável, estimula B, imputável, a praticar um crime. No momento em que B está realizando a conduta sugerida, é preso em flagrante.

A hipótese caracteriza

- A) Consumação
- B) Tentativa
- C) Flagrante preparado
- D) Flagrante esperado
- E) Exaurimento

03 A medida de segurança aplica-se ao réu

- A) Condenado à pena de reclusão

- B)** Condenado e perigoso
- C)** Imputável e perigoso
- D)** Inimputável
- E)** Condenado à pena de detenção

04 A não paga a multa a que fora condenado, apesar de solvente. A consequência é:

- A)** Promoção de ação executória
- B)** Conversão em detenção
- C)** Conversão em reclusão
- D)** Majoração de 1/3 do valor
- E)** Majoração de 1/2 do valor

05 A interrupção da prescrição ocorre quando

- A)** o réu confessa o crime em juízo
- B)** é instaurado o inquérito policial
- C)** é oferecida a denúncia
- D)** Prolatada sentença absolutória
- E)** Prolatada sentença condenatória

06 A exceção da verdade é admitida relativamente aos crimes de

- A)** Somente calúnia
- B)** Somente difamação
- C)** Injúria e calúnia
- D)** Calúnia e difamação
- E)** Difamação e injúria

07 A, funcionário público, para satisfazer interesse pessoal, deixa de cumprir mandado judicial. A pratica o crime de:

- A)** Prevaricação
- B)** Corrupção passiva
- C)** Violência arbitrária
- D)** Concussão
- E)** Desobediência a decisão judicial

08 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quanto à consumação dos crimes contra a Organização do Trabalho, aplica-se quando:

- A)** Ocorrer no interior do estabelecimento comercial
- B)** Ocorrer no horário de trabalho
- C)** Causar dano material
- D)** Causar dano moral
- E)** Afetar a organização do trabalho como bem jurídico

09 A, imputável, comete o crime de furto. No dia seguinte ao recebimento da denúncia, restitui o objeto ao proprietário. O fato é:

- A)** Irrelevante
- B)** Atenuante
- C)** Arrependimento posterior
- D)** Tentativa
- E)** Extinção da punibilidade

10 O crime de usura (Lei no 1.521/51, art. 4o):

- A)** É subsidiário
- B)** Tem pluralidade subjetiva
- C)** É instantâneo
- D)** É continuado
- E)** É imprescritível

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa E
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa C

Direito Penal 06

- 01** A chamada abolitio criminis faz cessar, em virtude dela,
A) a execução da sentença condenatória mas não os seus demais efeitos penais.
B) a execução da pena em relação ao autor do crime mas este benefício não se estende aos eventuais co-autores ou partícipes.
C) os efeitos penais da sentença condenatória mas não a sua execução.
D) a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- 02** Conforme está expresso em nosso Código Penal para ser caracterizada a figura do estado de necessidade torna-se necessário que o perigo ao qual está submetido o agente seja
A) iminente e não atual.
B) atual e não iminente.
C) atual ou iminente.
D) idêntico, em termos de atual ou iminente, ao da legítima defesa.
- 03** Estudando o nosso Código Penal verifica-se que no concurso de crimes as penas a serem aplicadas ao agente envolvido na prática de mais de um delito podem ser somadas no concurso
A) material e no crime continuado, mas não no formal.
B) formal, mas não no material.
C) material, mas não no formal.
D) material e no formal.
- 04** Estudando o nosso Código Penal verifica-se que a denominada circunstância inominada também conceituada como atenuante inominada permite a redução de pena face circunstância relevante
A) anterior ao crime e não posterior ao crime.
B) anterior ou posterior ao crime.
C) posterior ao crime e não anterior ao crime.
D) elencada no rol das atenuantes e das agravantes.
- 05** Estudando o crime de lesão corporal previsto em nosso Código Penal em suas diversas espécies verifica-se que a classificação em **gravíssima**
A) não se encontra nele expressa, sendo uma criação doutrinária.
B) está, juntamente com a de natureza leve e a grave, expressa nesse delito.
C) está normalmente expressa nesse delito, mas limitada ao resultado aborto e ao da deformidade permanente.
D) está normalmente expressa nesse delito prevendo outros resultados além o do aborto e o da deformidade permanente.
- 06** A circunstância de ter o agente praticado o crime **mediante paga ou promessa de recompensa** é prevista em nosso Código Penal para o crime de homicídio
A) como uma de suas qualificadoras inexistindo sua previsão para outros tipos penais.
B) como uma de suas qualificadoras e, por exemplo, para os crimes contra a honra.
C) como uma de suas formas privilegiadas.
D) na sua forma simples desde que praticado através de grupo de extermínio inexistindo sua previsão para outros tipos penais.
- 07** Prevê a Lei do Porte de Armas (Lei n. 9.437/97) que ficará ainda mais comprometida a situação do

agente quando este possuir condenação anterior pelos crimes de roubo, tráfico ilícito de entorpecentes e

- A) incitação ao crime.
- B) violência arbitrária.
- C) homicídio privilegiado.
- D) formação de quadrilha ou bando.

08 Na Lei da Tortura (Lei n. 9.455/97) o sofrimento físico ou mental ao qual foi submetida a vítima

- A) sempre é antecedido da exigência de ter sido intenso.
- B) nem sempre é antecedido da exigência de ter sido intenso.
- C) é antecedido da exigência de ter sido intenso apenas quando o agente for funcionário público.
- D) é antecedido da exigência de ter sido intenso apenas quando o agente for ascendente ou descendente da vítima.

09 Estudando o nosso Código Penal verifica-se que as causas de aumento de pena são encontradas na sua

- A) Parte Geral e na sua Parte Especial.
- B) Parte Geral, mas não existem essas causas na Parte Especial.
- C) Parte Especial nos respectivos tipos penais e não na Parte Geral.
- D) Parte Especial nos respectivos tipos penais e em apenas uma hipótese controvertida na Parte Geral que é a da embriaguez preordenada.

10 Estudando o crime de dirigir veículo automotor na via pública sem a devida habilitação previsto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97) verifica-se que a circunstância de essa conduta estar gerando perigo de dano

- A) passou a ser uma exigência doutrinária e até jurisprudencial, embora ausente nesse dispositivo legal.
- B) não é uma exigência expressa do tipo legal e nem de cunho doutrinário ou jurisprudencial, bastando a mera conduta do agente.
- C) é uma exigência expressa nesse tipo penal.
- D) por não estar prevista no tipo penal tem gerado diversos posicionamentos doutrinários até conflitantes.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 07

01 "Taxatividade", em Direito Penal, significa que

- A) os fatos descritos na lei penal admitem ampliações de entendimento.
- B) o fato é típico ou atípico.
- C) o conjunto de normas incriminadoras admitem pena de multa.
- D) as regras de direito penal decorrem do princípio da reserva legal.

02 As medidas de segurança previstas no Código Penal são:

- A) internação hospitalar e tratamento ambulatorial.
- B) internação hospitalar, tratamento ambulatorial e domiciliar.
- C) tratamento hospitalar, ambulatorial, domiciliar e penitenciário.
- D) tratamento psiquiátrico e internação hospitalar.

03 João subtrai uma furadeira pertencente a seu vizinho José, sem que este saiba disto, com o intuito de usá-la para pendurar um quadro na sala de sua casa, devolvendo-a intacta, minutos depois, no mesmo lugar. José descobre tal fato. Na hipótese, ocorreu

- A)** apropriação indébita - art. 168, caput, do Código Penal.
- B)** furto simples - art. 155, caput, do Código Penal.
- C)** furto de uso, que é fato atípico.
- D)** roubo simples - art. 157, caput, do Código Penal.

04 Delação premiada é o instituto de

- A)** direito penal e processual penal, em que o delator de crimes funcionais é apenado com sensível diminuição de pena.
- B)** direito penal, pelo qual o réu delata todos os detalhes envolvendo crimes contra a fé pública, obtendo a atenuação da pena.
- C)** direito penal e processual penal, em que os co-autores são beneficiados com regime de cumprimento de pena mais brando, em virtude de terem obtido prêmio de delação por bom comportamento na execução da pena.
- D)** direito penal, pelo qual o participante e o associado de crimes hediondos que denunciarem à autoridade bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terão a pena reduzida de um a dois terços.

05 Henrique furtou a bicicleta de Carlos. Após alguns dias, envergonhado de tal ato, Henrique compra outra bicicleta nova e a restitui a Carlos. Nesta hipótese,

- A)** a pena imposta a Henrique deverá se situar no patamar mínimo, sem qualquer diminuição.
- B)** a pena imposta a Henrique será reduzida de um a dois terços, diante do arrependimento posterior.
- C)** Carlos poderá perdoar Henrique e este não será processado por crime de furto.
- D)** a ação penal só poderá ser proposta com a representação de Carlos.

06 "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido". Trata-se de

- A)** concurso material.
- B)** concurso formal.
- C)** crime continuado.
- D)** cúmulo material/formal.

07 Rogério, amigo íntimo de Rubens, comenta com este que vai assaltar o Banco "Y" na manhã de segunda-feira, pedindo que guarde segredo. No dia do roubo, Rogério é preso e diz à polícia que Rubens sabia disto. Portanto, diante desta hipótese, é correto afirmar que

- A)** Rogério responde pelo crime de roubo e Rubens terá a pena diminuída de um a dois terços por participação de menor importância.
- B)** Rubens é partícipe, eis que tinha ciência do crime a ser praticado por Rogério.
- C)** somente Rogério é autor do crime de roubo.
- D)** Rogério é autor e Rubens é co-autor.

08 Walter, 20 anos, comete crime contra a honra do Presidente da República, sendo apenado severamente por isto. Contudo, na análise da execução da pena, o Defensor Público nota que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de maneira retroativa. Assim, é correto aduzir que

- A)** são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.
- B)** por exceção, não são reduzidos os prazos prescricionais nos crimes contra o Presidente da República.
- C)** a redução do prazo prescricional é afastada se Walter for emancipado civilmente à época dos fatos.
- D)** são reduzidos de metade os prazos prescricionais quando o sujeito ativo é menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos à época da prolação da sentença.

09 Pode ser sujeito ativo de infanticídio

- A)** qualquer pessoa que cometa crime de homicídio contra crianças menores de quatorze anos.
- B)** apenas os pais de criança com menos de trinta dias.

- C) somente a mãe do recém-nascido.
- D) os pais da criança recém-nascida.

10 Para a fixação de pena,

- A) o Código Penal vigente adotou o sistema bifásico, no qual o Juiz fixará a pena-base nos termos do artigo 59 do Código Penal e circunstâncias agravantes e atenuantes, passando, posteriormente, à verificação das causas de aumento e diminuição de pena.
- B) o Código vigente adotou o sistema trifásico, no qual, após a fixação da pena-base nos termos do artigo 59, serão observadas as circunstâncias agravantes e atenuantes e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena.
- C) o Código vigente adotou o sistema único no qual o Juiz, de uma só vez, fixa a pena entre o máximo e o mínimo abstratamente previstos.
- D) as circunstâncias atenuantes permitem que a pena final seja fixada abaixo do mínimo abstratamente previsto.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 08

01 Assinale a alternativa CORRETA:

A edição de lei mais favorável ("abolitio criminis") possibilita ao réu:

- A) ver cessada a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- B) ver cessada a execução e os efeitos civis da sentença condenatória.
- C) obter "sursis".
- D) eximir-se da obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- E) livrar-se de confisco.

02 Assinale a alternativa CORRETA:

A pena restritiva de direitos, se aplicada isoladamente, prescreverá:

- A) em dois anos.
- B) em cinco anos.
- C) no mesmo prazo da pena privativa de liberdade.
- D) no dobro do prazo da pena privativa de liberdade.
- E) na metade do prazo da pena privativa de liberdade.

03 Assinale a alternativa CORRETA:

A suspensão condicional da pena é viável se:

- A) houver condenação em pena de multa.
- B) houver condenação em pena restritiva de direitos.
- C) houver reparação do dano causado pela infração.
- D) houver imposição de pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- E) houver confisco de bens.

04 Assinale a alternativa CORRETA:

A) A pena de prestação pecuniária se confunde com a multa reparatória.

B) Se o ofendido propuser ação civil para reparação do dano e ocorrer condenação, desta será descontada a prestação pecuniária.

C) A pena de prestação pecuniária é limitada a dois salários mínimos.

D) Recolhimento domiciliar também é pena restritiva de direitos.

E) As penas restritivas de direitos são aplicáveis só aos crimes dolosos.

05 Assinale a alternativa CORRETA:

"A", "B", "C" e "D" participam de um "racha" (corrida automobilística sem licença da autoridade) em rua de pouco movimento, presentes várias pessoas. Os veículos de "B" e "D" derrapam durante a disputa e se precipitam sobre a platéia improvisada, matando duas pessoas. O processo correspondente deverá indicar que:

- A)** só "B" e "D" responderão pelos crimes.
- B)** "A" e "C" responderão por contravenção.
- C)** "B" responderá por uma morte e "D" por outra.
- D)** todos os participantes do "racha" responderão pelas infrações ocorridas.
- E)** cada agente responderá pelo resultado que produziu. Assim, se um carro apenas matou os dois assistentes, seu condutor será o único responsável pelos delitos.

06 Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo resolve atirar em José que está conversando com Afonso. E mesmo prevendo que poderá atingir o terceiro (Afonso), não desiste do seu intento e atira, acertando-o. Responderá pelo crime a título de:

- A)** dolo direto.
- B)** dolo alternativo.
- C)** dolo eventual.
- D)** culpa inconsciente.
- E)** dolo indireto.

07 Assinale a alternativa CORRETA:

O arrependimento posterior do agente, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, implica em redução da pena se:

- A)** houver apreensão da coisa pela polícia,
- B)** ocorrer devolução por coação moral ou física
- C)** decisão judicial determinar a reparação.
- D)** houver ressarcimento por terceiro.
- E)** houver restituição ou reparação pessoal do agente.

08 Assinale a alternativa CORRETA:

Absolvido em processo-crime porque teria agido sob o pálio da legítima defesa putativa, o réu é acionado pela vítima, no juízo cível, para haver indenização pelas lesões sofridas. No seu modo de ver, o que poderá acontecer?

- A)** Não cabe pedido de indenização porque o ato não foi ilícito.
- B)** A decisão na área criminal afastou a indenização pleiteada.
- C)** Embora ilícito o ato, a absolvição afastou a reparação pretendida.
- D)** O réu poderá ser obrigado a indenizar, apesar da absolvição na área criminal.
- E)** O réu terá necessariamente que indenizar a vítima.

09 Assinale a alternativa CORRETA:

Dois grupos de jovens entram em conflito durante festival, estabelecendo-se confusão generalizada e agressões entre grande número de participantes do evento, sendo impossível a identificação da autoria individualizada das hostilidades. Qual a infração penal?

- A)** Lesões corporais.
- B)** Crimes de maus-tratos.
- C)** Contravenções de vias de fato.
- D)** Rixa.
- E)** Lesões corporais recíprocas.

10 Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo, para defender-se de João, retira a arma que está na posse de Aldo. Haverá:

- A)** legítima defesa subjetiva e legítima defesa sucessiva.
- B)** legítima defesa putativa e legítima defesa sucessiva,
- C)** estado de necessidade e exercício regular de direito.
- D)** legítima defesa e estado de necessidade.
- E)** legítima defesa e estrito cumprimento de dever legal.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa C
Questão 7 alternativa E
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa D

Direito Penal 09

01 Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

- A)** somente a mulher;
- B)** qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
- C)** qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
- D)** somente o homem.

02 Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir pessoa não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- A)** Erro sobre pessoa;
- B)** Erro na execução;
- C)** Erro sobre objeto;
- D)** Erro provocado por terceiro.

03 Tendo réu menor de 21 anos praticado crime com pena máxima de 04 anos, qual o prazo necessário à prescrição da pretensão punitiva?

- A)** 08 anos;
- B)** 12 anos;
- C)** 04 anos;
- D)** 02 anos.

04 O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:

- A)** De causa que isente o agente de pena;
- B)** De causa que privilegia o agente;
- C)** De circunstância que atenua a pena do agente;
- D)** De causa que qualifica o homicídio.

05 Sobre a prisão temporária, é correto afirmar:

- A)** Pode ser decretada pelo delegado de polícia;
- B)** Não pode ser prorrogada sob quaisquer hipóteses;
- C)** Somente pode ser decretada na fase de inquérito;
- D)** Somente pode ser decretada pelo juiz e após o oferecimento da denúncia.

06 Constituem elementos do fato típico culposo, exceto:

- A)** resultado voluntário;
- B)** previsibilidade objetiva;
- C)** tipicidade;
- D)** resultado.

07 A falsificação e uso de documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:

- A)** uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
- B)** uso de documento falso;
- C)** falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
- D)** falsificação de documento público.

08 São algumas das causas interruptivas da prescrição, exceto:

- A) A sentença condenatória recorrível;
- B) A pronúncia;
- C) O recebimento da denúncia ou queixa;
- D) A impronúncia.

09 Somente ocorre concurso material:

- A) entre crimes idênticos ou não;
- B) entre crimes heterogêneos, apenas;
- C) entre crimes idênticos, apenas;
- D) entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.

10 Tentativa branca consiste:

- A) na investida agressiva, utilizando-se o agente dos próprios punhos;
- B) na inexistência de lesão na vítima;
- C) na execução obstada por uma norma penal em branco;
- D) em levar a efeito investida fracassada com instrumento cortante, perfurante ou pérfuro-cortante.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 10

01 São pressupostos da culpabilidade

- A) a imputabilidade e a previsibilidade do resultado.
- B) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a falta de dever de cuidado.
- C) a exigibilidade de conduta diversa e a previsibilidade do resultado.
- D) a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.
- E) a falta de dever de cuidado e a imputabilidade

02 Detido no exato momento em que, de arma em punho, anunciava roubo em agência do Banco do Brasil, quando ainda nada havia subtraído, Pedro, reincidente, de 20 anos de idade, foi, por fim, considerado incurso nos arts. 157, 2o, I, c.c art. 14, II, ambos do Código Penal. No caso, a redução da pena pela tentativa deve ser de

- A) 1/3 em razão das circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal.
- B) 2/3 em virtude do iter criminis percorrido.
- C) 2/3 em função da menoridade do réu.
- D) 1/3 em razão da reincidência do acusado.
- E) 1/3 em decorrência do iter criminis percorrido.

03 A relação de causalidade

- A) é imprescindível nos crimes formais.
- B) é dispensável nos crimes materiais.
- C) é normativa no crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.
- D) não está regulada, em nosso sistema, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- E) não fica excluída pela superveniência de causa relativamente independente.

04 Em Direito Penal, a prescrição

- A) é interrompida pela reincidência na modalidade da pretensão punitiva.
- B) é de dois anos no caso de pena de multa, ainda que cominada cumulativamente com privativa de liberdade.
- C) é interrompida pelo acórdão confirmatório da condenação, sem alteração da pena.

- D)** não admite suspensão do respectivo prazo.
E) não afasta futura reincidência se reconhecida na modalidade da pretensão executória.
- 05** Se presentes no caso concreto, o Juiz, no cálculo da pena, deverá considerar, sucessivamente,
A) a culpabilidade do agente, o fato de o crime haver sido praticado contra ascendente e a participação de menor importância.
B) os antecedentes do agente, o arrependimento posterior e a confissão espontânea.
C) o crime continuado, as consequências da infração e a conduta social do agente.
D) a menoridade do acusado, o concurso formal e a reincidência.
E) o fato de o crime haver sido praticado contra velho, a tentativa e a personalidade do agente.
- 06** No crime de concussão, a circunstância de ser um dos agentes funcionário público
A) não é elementar, não se comunicando, portanto, ao concorrente particular.
B) é elementar, mas não se comunica ao concorrente particular.
C) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, ainda que este desconheça a condição daquele.
D) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, se este conhecia a condição daquele.
E) não é elementar, comunicando-se, em qualquer situação, ao concorrente particular.
- 07** A substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos
A) cabe nos crimes culposos se a condenação não for superior a quatro anos.
B) não cabe para o condenado reincidente.
C) pode ser feita apenas por multa, se a condenação for de um ano.
D) não pode ser feita por multa, ainda que cumulada com restritiva de direitos, se superior a um ano.
E) cabe em qualquer condenação não superior a quatro anos.
- 08** Dentre os crimes contra o patrimônio, não admite a suspensão condicional do processo, em quaisquer de suas formas, o delito de
A) estelionato.
B) duplicata simulada.
C) dano.
D) apropriação indébita.
E) receptação.
- 09** O funcionário que patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade, comete o crime de
A) advocacia administrativa.
B) tráfico de influência.
C) exploração de prestígio.
D) prevaricação.
E) condescendência criminosa.
- 10** O condenado por crime hediondo
A) não tem direito a livramento condicional, devendo cumprir a pena integralmente no regime fechado.
B) pode pleitear o livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena, se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
C) pode requerer o livramento condicional após o cumprimento de metade da pena, se for reincidente em crime doloso.
D) não tem direito a livramento condicional, embora faça jus ao sistema progressivo de cumprimento da pena.
E) pode pedir o livramento condicional após o cumprimento de 2/3 da pena, se não for reincidente em crime da mesma natureza.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa B
Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa E
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa E

Direito Penal 11

01 A expressão "abolitio criminis" significa

- A)** deixar o juiz de aplicar a pena quando as conseqüências da infração atingirem o agente de forma tão grave que a sanção se torne desnecessária.
- B)** a possibilidade de absolvição do agente quando a norma tipificadora da infração penal caiu em desuso.
- C)** revogação de norma que tipifica uma conduta como infração penal; ela não alcança os efeitos civis da condenação transitada em julgado.
- D)** abolição da pena dos criminosos, mediante decreto do Presidente da República, normalmente editado no Natal.
- E)** o mesmo que abolicionismo penal: corrente doutrinária que propugna forma de descriminalização.

02 A lei penal temporária

- A)** é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência se a lei posterior, de caráter permanente, for mais benigna.
- B)** é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência quando a lei posterior, também temporária, for mais benigna.
- C)** apenas pode vigorar durante o estado de emergência.
- D)** sempre se aplica a fatos ocorridos na sua vigência.
- E)** sempre se aplica a fatos ocorridos na sua vigência desde que nesse mesmo período sejam julgados definitivamente.

03 Assinale a alternativa correta.

- A)** O estrangeiro pode ser extraditado, ainda que o fato tenha sido alcançado pela prescrição, segundo a lei brasileira.
- B)** A lei brasileira é inaplicável a estrangeiro que cometer crime fora do Brasil.
- C)** Não há culpabilidade quando o agente não possui sequer a potencial consciência da ilicitude do fato típico praticado.
- D)** Um mês de prisão sempre corresponde a 30 dias de prisão.
- E)** A sentença condenatória estrangeira não pode servir de base à reincidência.

04 Responde pelo resultado lesivo final o agente

- A)** sempre que sua conduta típica o produziu.
- B)** cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa preexistente da qual tinha ciência e cujos efeitos aceitou.
- C)** cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa superveniente relativamente independente.
- D)** produtor da concausa superveniente relativamente independente, mesmo que sem culpa ou dolo.
- E)** produtor da concausa superveniente relativamente independente, agindo com culpa ou dolo, que assim afasta a responsabilidade do autor da conduta inicial por quaisquer fatos praticados.

05 Em relação aos fatos que podem, em tese, configurar os chamados crimes agravados pelo resultado,

- A)** por ele só responde o agente que o tiver causado com dolo, direto ou eventual.
- B)** por ele responde quem objetivamente lhe tenha dado causa, ainda que sem dolo ou culpa.
- C)** o agente que dolosamente o produziu responde, na verdade, por crime autônomo, se existente e que corresponda a tal resultado.
- D)** o agente é apenado segundo as regras do crime continuado, considerado o fato conseqüente como continuação do antecedente.
- E)** responde o partícipe, mesmo que tal resultado não lhe fosse nem sequer previsível, porque o crime é uma unidade lógica e a responsabilidade de todos deve ser igual.

06 A maioridade penal começa

- A)** à zero hora do dia em que a pessoa completa dezoito anos de idade.
- B)** à hora correspondente à de seu nascimento, no dia do décimo-oitavo aniversário.
- C)** à meia-noite do dia do décimo-oitavo aniversário.
- D)** ao meio-dia do dia primeiro de março, se a pessoa completaria dezoito anos no dia vinte e nove de fevereiro e o ano não for bissexto.
- E)** ao meio-dia do dia do décimo-oitavo aniversário, na hipótese de ser desconhecida a hora exata do nascimento.

07 A pena de morte, no direito brasileiro,

- A)** é admitida para agentes de crimes hediondos de que resulte morte.
- B)** é admitida para agentes de crimes de tortura (Lei no 9455/97), desde que reincidentes em fatos da mesma natureza.
- C)** não é admitida.
- D)** é admitida para agentes de determinados crimes militares, em tempo de guerra declarada.
- E)** pode ser aplicada a condenados em estágio terminal de moléstia grave e incurável, desde que com isso concordem, já que, em relação a seu autor, o suicídio é penalmente atípico.

08 O casamento da ofendida com terceiro, em relação aos crimes contra a honra,

- A)** não constitui causa extintiva de punibilidade.
- B)** importa necessariamente em renúncia do direito de queixa.
- C)** extingue a punibilidade, desde que a vítima não requeira o prosseguimento da ação ou do inquérito.
- D)** extingue a punibilidade, sempre que o fato não for elemento constitutivo de infração mais grave.
- E)** extingue a punibilidade, desde que cometido o delito sem violência real ou grave ameaça e se a vítima não requerer o prosseguimento da ação ou do inquérito.

09 A faculdade presidencial de conceder indulto

- A)** só pode ser limitada pelo conteúdo de dispositivos constitucionais.
- B)** pode ser limitada por dispositivos contidos nas normas constitucionais, bem como na legislação ordinária.
- C)** é ato político e, como tal, não pode sofrer qualquer limitação de ordem normativa.
- D)** abrange a possibilidade de reduzir penas, resultantes de condenações já transitadas em julgado, por qualquer crime ou contravenção.
- E)** abrange a possibilidade de reduzir penas somente quando a condenação não houver transitado em julgado.

10 A chamada prescrição retroativa regula-se pela pena aplicada e se verifica nos prazos fixados em lei

- A)** que são aumentados de um terço se o condenado for reincidente.
- B)** quando houver decisão condenatória transitada em julgado para a Acusação, desde que pendente apelação da Defesa.
- C)** ainda que pendente recurso da Acusação objetivando o aumento da pena privativa de liberdade.
- D)** que não sofrem qualquer acréscimo, seja o condenado primário ou reincidente.
- E)** que não sofrem redução ou acréscimo, independentemente da

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 12

01 Assinale a alternativa incorreta.

- A)** O "sursis" é incompatível com a condenação por crime hediondo, mesmo tentado.
- B)** O Direito Penal não é um fim em si mesmo, existindo como fator de bem-estar entre os homens. Assim é que porventura considera relevantes circunstâncias não expressamente previstas na norma, que atenuem o desvalor da conduta incriminada. Tal possibilidade materializa-se, por exemplo, no julgamento pelo júri, face à desnecessidade de fundamentação das decisões.
- C)** A morte de um dos autores do roubo, em virtude de legítima defesa exercida pela vítima, não configura latrocínio, nem mesmo para os demais agentes do crime patrimonial.
- D)** O homicídio cometido por vingança pode ser considerado qualificado pelo motivo torpe.
- E)** Furto de uso é a subtração cometida sem a intenção de inverter a propriedade da coisa, que deve ser restituída nas mesmas condições em que se achava.

02 Quem, mentalmente são, pratica fato típico e antijurídico em estado de inconsciência, porque culposa ou voluntariamente sob influência do álcool,

- A)** pode ser submetido a pena ou a medida de segurança, esta pelo prazo mínimo de um a três anos.
- B)** pode ter a pena reduzida de um a dois terços.
- C)** deve ter a pena reduzida de um a dois terços.
- D)** deve ser submetido exclusivamente a medida de segurança.
- E)** é apenado normalmente, por força da adoção da teoria da "actio libera in causa".

03 Na hipótese de legítima defesa,

- A)** é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.
- B)** é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.
- C)** é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.
- D)** a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.
- E)** quando resultar a morte do agressor, o excesso doloso que eventualmente lhe deu causa implica automaticamente na configuração do homicídio privilegiado.

04 Em tema de concurso de pessoas,

- A)** comunicam-se as circunstâncias objetivas ainda que o partícipe delas não tivesse conhecimento.
- B)** responde pelo resultado quem, sem o dever de impedi-lo, mas podendo fazê-lo, se omitiu, assentindo com sua produção.
- C)** no caso do infanticídio, a elementar estado puerperal jamais se comunica ao partícipe homem, que será condenado, se for o caso, por crime de homicídio.
- D)** uma vez provado ausente o vínculo subjetivo entre os agentes, havendo incerteza quanto a quem imputar o resultado lesivo, devem todos ser absolvidos se um deles utilizou meio absolutamente impróprio para produzi-lo.
- E)** é necessário que o executor material da infração tivesse conhecimento da atuação dos demais, que agiram com o propósito de auxiliá-lo a viabilizar o resultado lesivo.

05 Dentre os enunciados abaixo, aponte o que reúne as medidas que melhor atendem ao princípio da individualização da pena.

- A)** Incomunicabilidade das circunstâncias subjetivas e ultratividade da lei penal temporária.
- B)** Fixação da pena de multa proporcionalmente ao prejuízo da vítima e graça.
- C)** Perda dos instrumentos do crime e fixação da multa em atenção à situação econômica do réu.
- D)** Possibilidade de imposição de penas à pessoa jurídica por crimes ambientais e anistia geral.
- E)** Progressão de regime prisional segundo o mérito do sentenciado e dosagem da pena-base em atenção aos antecedentes e à personalidade do agente.

06 Assinale a alternativa correta.

- A)** Diante da circunstância atenuante da menoridade, pode o juiz excepcionalmente fixar ao condenado pena privativa de liberdade inferior ao mínimo legal.
- B)** Detração significa a possibilidade de atenuação da pena para o agente de tráfico de entorpecente que denunciar à autoridade os demais autores da infração.
- C)** A progressão de regime prisional para condenados por crimes de tortura, implicitamente permitida pela Lei no 9455/97, se estende, por força da retroatividade da lei penal mais benigna, aos autores de crimes hediondos (Lei no 8072/90).

D) Considera-se qualificado o crime de receptação se o agente é dono de um desmanche de veículos e o comete no exercício dessa atividade, praticada nas dependências de sua casa.

E) Liberação condicional e livramento condicional têm o mesmo significado; é providência tomada quando se verifica a cessação de periculosidade do inimputável submetido a medida de segurança.

07 As penas restritivas de direito podem substituir as privativas de liberdade e, relativamente a condenados por crime de tráfico de entorpecente,

A) são, em tese, aplicáveis quando a pena for igual ou inferior a quatro anos, porque não se trata de infração cometida com violência ou grave ameaça.

B) não são aplicáveis porque o crime é equiparado aos hediondos, sua pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado e porque a Lei de Tóxicos, por ser especial, não se submete, nesse aspecto, aos ditames do Código Penal.

C) são, em tese, aplicáveis, independentemente do tempo em que tenha o crime sido cometido, porque a norma penal retroage em benefício do réu, mesmo condenado definitivamente.

D) são inaplicáveis porque o crime é equiparado aos hediondos, sua pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado e ainda porque o réu pode ser beneficiado com decreto de graça.

E) são, em tese, aplicáveis quando cometido o crime após a vigência da Lei no 9714/98 (que ampliou a abrangência das chamadas penas alternativas).

08 Aponte a alternativa incorreta.

A) O crime de furto, praticado em dependência de escritório de advocacia, fechado ao público, absorve o de violação de domicílio por força da absorção da norma menos abrangente pela mais abrangente (princípio da consunção).

B) As penas cominadas à pessoa jurídica pela prática de crimes lesivos ao meio ambiente são: multa, restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade.

C) O crime de homicídio absorve o de lesões corporais em razão do princípio da subsidiariedade (a norma primária envolve por inteiro a norma secundária).

D) Mesmo tendo sido constatado na seqüência de um flagrante preparado, subsiste o crime de tráfico de entorpecente se cometido sob a forma de ter em depósito, porque, nesse caso, o delito tem natureza permanente.

E) A falta de Permissão para Dirigir ou de Carteira de Habilitação torna-se fato penalmente irrelevante quando o agente, nessas condições, pratica crime de homicídio culposo, no trânsito.

09 Bruno, previamente ajustado com Eduardo, subtrai dinheiro de entidade paraestatal, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo que nela exerce, circunstância entretanto desconhecida de Eduardo. Mais tarde, em local seguro, dividem o produto do crime, quando são surpreendidos pela Polícia e presos em flagrante, sendo apreendido todo o dinheiro subtraído, enfim devolvido à vítima. Entende-se que

A) Bruno e Eduardo cometeram peculato consumado.

B) Bruno cometeu peculato e Eduardo cometeu furto, consumados.

C) Bruno e Eduardo cometeram furto tentado.

D) Bruno e Eduardo cometeram furto consumado.

E) Bruno cometeu apropriação indébita e Eduardo cometeu furto.

10 Aponte o enunciado falso.

A) O reconhecimento de concurso material entre os crimes de quadrilha armada e roubo agravado pelo emprego de arma, praticado pelos quadrilheiros, viola o princípio "ne bis in idem".

B) Omitir declaração sobre bens ou fatos para eximir-se de pagamento de imposto constitui crime contra a ordem tributária; extingue-se, entretanto, a punibilidade do agente que promover o pagamento do respectivo tributo e seus acessórios antes do recebimento da denúncia.

C) O princípio da presunção de inocência tutela o direito das pessoas de não serem apresentadas publicamente como criminosas, antes de condenação transitada em julgado.

D) Comete, em tese, abuso de autoridade, o diretor de cadeia pública que impede Promotor de Justiça, no âmbito de suas atribuições funcionais, de visitá-la.

E) É inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por multa, quando há cominação cumulativa de ambas na Lei de Tóxicos.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa E
Questão 3 alternativa A
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa E
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa A

Direito Penal 13

01 A individualização da pena compreende:

- A)** cominação
- B)** cominação, aplicação e execução
- C)** cominação e aplicação
- D)** aplicação e execução
- E)** cominação e execução

02 No crime qualificado pelo resultado, tem-se:

- A)** dolo no antecedente e dolo no conseqüente
- B)** culpa no antecedente e culpa no conseqüente
- C)** culpa no antecedente e dolo no conseqüente
- D)** dolo no antecedente e culpa no conseqüente
- E)** responsabilidade objetiva

03 **A**, 17 anos, pratica atos de execução do crime de homicídio. Antes de ocorrer a morte, impede que o resultado se produza. A hipótese configura:

- A)** crime consumado
- B)** tentativa
- C)** desistência voluntária
- D)** arrependimento posterior
- E)** inexistência de crime

04 **A**, imputável, inicia a execução de um crime; antes da consumação, por deliberação própria, deixa de prosseguir os atos delituosos. A hipótese caracteriza:

- A)** arrependimento eficaz
- B)** tentativa
- C)** desistência voluntária
- D)** consumação
- E)** exaurimento

05 **A**, imputável, comete duas infrações penais. A segunda, depois de definitivamente condenado pela primeira. Assinale a hipótese de não reincidência.

- A)** crime + crime
- B)** crime + contravenção penal
- C)** contravenção penal + contravenção penal
- D)** contravenção penal + crime
- E)** crime + tentativa de crime

06 A tentativa é incompatível com o crime:

- A)** permanente
- B)** instantâneo
- C)** de dano
- D)** de perigo
- E)** complexo

07 Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou

mental;

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa

"Com o fim de obter informação" configura:

- A)** dolo
- B)** preterdolo
- C)** elemento subjetivo do tipo
- D)** qualificadora
- E)** agravante

08 A, imputável, mediante uma só ação, conforme seu desejo, comete dois crimes, resultantes de desígnios autônomos. A hipótese caracteriza:

- A)** concurso material
- B)** concurso formal impróprio
- C)** concurso formal próprio
- D)** crime continuado
- E)** reincidência

09 A participa com **B** da prática de um crime. Sua participação é de menor importância. A pena será:

- A)** igual para **A** e **B**
- B)** agravada
- C)** atenuada
- D)** excluída
- E)** aplicada no mínimo legal

10 As circunstâncias atenuantes

- A)** são exaustivamente relacionadas na lei
- B)** acompanham cada tipo legal de crime
- C)** são incompatíveis com os crimes de perigo
- D)** podem ser constatadas pelo juiz independentemente de relacionadas na lei
- E)** são incompatíveis com os crimes de dano

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 14

01 A pequena comarca do interior ficou estarecida quando se apurou que João, um rude lavrador, mantinha regularmente conjunção carnal com sua filha Terezinha, de apenas 13 anos de idade. Joana, mãe de Terezinha, mesmo possuindo total conhecimento dos fatos e ampla possibilidade de noticiá-los à autoridade competente, desde o início quedou-se inerte. Por esta conduta omissiva, Joana deverá responder:

- A)** por um crime de estupro (art. 213, CP) a cada conjunção carnal verificada;
- B)** por um crime de sedução (art. 217, CP) a cada conjunção carnal verificada;
- C)** pelo crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem (art. 227, CP);
- D)** pelo crime de favorecimento à prostituição (art. 228, CP);
- E)** por crime algum, sendo sua conduta atípica uma vez que nossa legislação não contempla a participação por omissão.

02 Sobre a tipicidade é correto afirmar, exceto:

- A)** em virtude do conceito de tipicidade material, excluem-se dos tipos penais aqueles fatos

reconhecidos como de bagatela, nos quais têm aplicação o princípio da insignificância;

B) a teoria da ratio essendi, também conhecida como teoria da identidade, desenvolvida por Mezger, concebe a tipicidade como a própria razão de existir da ilicitude, no âmbito do tipo-de-injusto;

C) a tipicidade é uma decorrência natural do princípio da reserva legal;

D) a tentativa é hipótese de adequação típica de subordinação mediata ou indireta, constituindo-se em causa de extensão da figura delituosa descrita nos diversos tipos penais e nas contravenções;

E) para os adeptos da teoria dos elementos negativos do tipo, toda vez que não for ilícita a conduta do agente faltará a própria tipicidade.

03 O curso da prescrição interrompe-se, exceto:

A) pelo recebimento da denúncia ou da queixa;

B) pela sentença condenatória recorrível;

C) pela decisão confirmatória da pronúncia;

D) pelo acórdão confirmatório de condenação;

E) pela reincidência.

04 Averiguando notícia anônima que apontava o "Bar do Luiz" como local de consumo de drogas, policiais civis lograram êxito em surpreender três frequentadores fumando cigarros de maconha. Apurou-se posteriormente que o Sr. Luiz, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para que os fregueses fizessem uso de tais substâncias proibidas. De acordo com a Lei n.º 6368/76, o Sr. Luiz incorreu:

A) em delito algum, sendo sua conduta atípica;

B) nas mesmas penas do artigo 12, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao tráfico de drogas;

C) nas sanções do artigo 12, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância);

D) nas mesmas penas do artigo 16, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao uso de drogas;

E) nas sanções do artigo 16, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância).

05 Marque a alternativa correta:

A) o reincidente específico em crime hediondo precisa cumprir 2/3 (dois terços) da soma das penas para atingir o estágio exigido ao livramento condicional;

B) o juiz pode suspender o curso do livramento condicional, ordenando a prisão do liberado, se este praticar outra infração penal. A revogação do benefício, entretanto, ficará dependendo da decisão final;

C) a LEP (Lei n.º 7.210/84) aplica-se exclusivamente ao preso cuja sentença condenatória houver transitado em julgado;

D) com realção às saídas temporárias, a LEP (Lei n.º 7.210/84) não fez distinção entre sentenciado primário e reincidente, exigindo de ambos o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena para obtenção do benefício;

E) todas as assertivas acima são falsas.

06 Sobre o crime de homicídio é correto afirmar, exceto:

A) tanto o sujeito passivo como o objeto material do delito é o ser humano com vida, pois sobre ele recai diretamente a conduta do agente;

B) sua execução pode se realizar sob variados meios, diretos ou indiretos, físicos ou morais, desde que idôneos à produção do resultado morte;

C) considera-se privilegiado o homicídio se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

D) a premeditação não está incluída entre as qualificadoras do delito;

E) sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.

07 Antunes, um rico empresário, contratou os serviços do segurança Pedro para proteger seu patrimônio e integridade física. No contrato firmado entre ambos destacava-se a cláusula que obrigava Pedro a expor-se ao limite, arriscando a própria vida, para salvar o patrão de perigo direto e iminente. Todavia, durante uma viagem de rotina, o monomotor particular do empresário, pilotado por ele

próprio, sofreu uma pane e os dois passaram a disputar o único pára-quadras existente na aeronave. Valendo-se de seu vigor físico, o segurança contratado impôs-se facilmente frente a seu opositor e logrou êxito em abandonar o aparelho, determinando, em consequência, a morte trágica do contratante. A conduta de Pedro:

- A)** embora típica, não é ilícita, tendo ele agido sob o amparo da excludente do estado de necessidade;
- B)** é típica, ilícita e culpável, devendo responder pelo crime de homicídio uma vez que sua posição de garantidor impede a alegação de qualquer justificativa legal;
- C)** embora típica, não é ilícita, tendo ele agido sob o amparo da excludente da legítima defesa;
- D)** é atípica, pois falta o elemento subjetivo do crime de homicídio, que é o dolo específico de matar;
- E)** é típica, ilícita e culpável, devendo responder pelo crime de homicídio porque tinha o dever contratual de enfrentar o perigo.

08 De acordo com os postulados da teoria da imputação objetiva é correto afirmar, exceto:

- A)** para que ocorra a imputação objetiva da conduta típica basta que o agente provoque situação de risco juridicamente proibido, pouco importando a materialização desse risco em resultado lesivo;
- B)** sendo a imputação objetiva tema afeto à tipicidade, a atuação nos limites do risco permitido não é penalmente típica, estando ausente o desvalor da conduta;
- C)** a imputação é excluída quando a conduta geradora do resultado se configurar como uma ação que diminuiu o risco existente ao invés de incrementá-lo;
- D)** para a identificação do risco proibido, além do princípio do incremento do risco permitido, é indispensável que se observe o princípio da finalidade protetiva da norma;
- E)** não há imputação se a conduta geradora do resultado, apesar de haver ocasionado um perigo relevante para o bem jurídico, é considerada socialmente adequada.

09 Sobre o momento consumativo do crime, assinale a alternativa falsa:

- A)** nos crimes materiais, a consumação ocorre com o evento ou resultado;
- B)** nos crimes culposos, só há consumação com o resultado naturalístico;
- C)** nos crimes formais a consumação ocorre com a própria ação, já que não se exige resultado naturalístico;
- D)** nos crimes permanentes, a consumação se protraí no tempo, desde o instante em que se reúnem os seus elementos até que cesse o comportamento do agente;
- E)** nos crimes omissivos impróprios, a consumação ocorre com a simples omissão do agente.

10 Ao surpreender o adolescente Fabinho no interior de seu pomar tentando subtrair alguns frutos, o lavrador José Pereira, armado com uma espingarda cartucheira municada com sal grosso, o colocou para fora antes mesmo de sofrer qualquer prejuízo. Em seguida, acreditando estar autorizado pelo ordenamento legal a castigá-lo fisicamente pelo fato de ter invadido sua humilde propriedade, efetuou contra ele um disparo, provocando-lhe lesões corporais leves. O agente não responderá pelo delito tipificado no artigo 129 do Código Penal porque a hipótese caracteriza:

- A)** erro de proibição direto;
- B)** erro de proibição indireto;
- C)** erro de tipo acidental;
- D)** erro de tipo essencial;
- E)** erro sobre pressuposto fático da legítima defesa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 15

01 São causas que excluem o crime e a culpabilidade, respectivamente:

- A)** estado de necessidade / legítima defesa.
- B)** legítima defesa / inimputabilidade.
- C)** desconhecimento da lei / exercício regular de direito.
- D)** erro de proibição inevitável / erro de tipo.

02 José Luiz, 18 anos, foi preso em flagrante delito quando fumava "crack", tendo em seu poder, ainda, duas pedras do mesmo entorpecente. José Luiz é primário e portador de bons antecedentes. No caso específico, é correto afirmar que

- A)** em vista da quantidade de droga apreendida, José Luiz deve ser preso e denunciado por infração ao artigo 12 da Lei 6.368/76.
- B)** José Luiz deve ser denunciado por infração ao artigo 16 da Lei 6.368/76, tendo direito à transação penal, prevista na Lei 9.099/95.
- C)** José Luiz deve livrar-se solto, em vista de seus antecedentes, e responder a processo por infração ao artigo 12 da Lei 6.368/76.
- D)** José Luiz deve ser denunciado por infração ao artigo 16 da Lei 6.368/76, tendo o direito à suspensão condicional do processo.

03 César, sabendo que sua filha fora violentada momentos antes por Mário parte ao seu encalço, levando consigo o seu amigo Joaquim. Ambos armam uma emboscada e matam Mário, ateando fogo em suas vestes. Os crimes praticados por César e Joaquim são, respectivamente:

- A)** homicídio privilegiado / homicídio privilegiado.
- B)** homicídio privilegiado qualificado / homicídio privilegiado qualificado.
- C)** homicídio qualificado / homicídio privilegiado.
- D)** homicídio privilegiado qualificado / homicídio qualificado.

04 "Normas penais em branco" são

- A)** normas de conteúdo incompleto, as quais exigem complementação por outra norma jurídica, a fim de serem aplicadas ao fato concreto.
- B)** normas de conteúdo abstrato, as quais independem de complementação jurídica de outra norma.
- C)** normas de conteúdo vago, cujos preceitos devem ser analisados de forma restrita, com intuito de evitar interpretação analógica.
- D)** normas de conteúdo incerto, pelas quais o juiz deve analisá-las de acordo com o critério de maior benignidade para o réu.

05 De acordo com a doutrina penal, é crime instantâneo de efeitos permanentes:

- A)** extorsão mediante seqüestro.
- B)** seqüestro.
- C)** bigamia.
- D)** sedução.

06 Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou um crime

- A)** preterdoloso.
- B)** doloso puro.
- C)** doloso misto.
- D)** culposo misto.

07 João pretende matar seu vizinho, e não esconde seu sentimento, dizendo a todos do bairro seu intento delitivo. Comete João algum crime?

- A)** Não, a cogitação não é punida no Direito Penal.
- B)** Sim, crime de ameaça.
- C)** Sim, crime de homicídio tentado.
- D)** Não, porque não há crime de lesões corporais tentado.

08 "Crime putativo" é

- A)** o fato típico em que a conduta do sujeito ativo se confunde com a conduta, também ilícita, do sujeito passivo.

B) aquele em que o sujeito ativo pressupõe, por negligência, que não há fato ilícito, quando, a vítima consente com a conduta.

C) todo o crime praticado por menores inimputáveis.

D) aquele no qual o agente imagina, por erro, que está cometendo uma conduta ilícita prevista no nosso ordenamento jurídico, quando o fato não é considerado crime.

09 Reinaldo, ao jogar futebol profissional, pratica violência esportiva contra um dos jogadores do time adversário. É correto afirmar que

A) caberá à Federação de Futebol definir, em processo próprio, se a agressão constitui crime a ser punido na esfera administrativa.

B) Reinaldo cometeu crime de lesões corporais culposas, previsto no artigo 129, parágrafo 6º do Código Penal.

C) somente haverá crime a ser punido quando houver excesso do sujeito ativo, agindo Reinaldo com a intenção deliberada de desobedecer às normas esportivas, gerando resultados lesivos.

D) Reinaldo agiu em legítima defesa, o que constitui causa de exclusão da antijuridicidade e de culpabilidade.

10 O Magistrado, ao fixar a pena atribuída ao réu, deverá adotar o sistema trifásico para seu cálculo. Entende-se por este sistema que

A) a pena-base deve ser fixada considerando-se as circunstâncias judiciais, para, após, serem aplicadas as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por fim, as causas de diminuição e de aumento de pena.

B) a pena-base deverá ser fixada em três fases distintas, não importando a ordem em que serão analisadas as circunstâncias judiciais, as causas de diminuição e de aumento de pena e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

C) a pena-base é fixada de acordo com a dosimetria de pena estabelecida pelo juiz, sempre considerando os três tipos de pena existentes no nosso sistema penal.

D) é indispensável que o juiz analise todas as três circunstâncias de aumento ou de diminuição de pena.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa B

Questão 8 alternativa D

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa A

Direito Penal 16

01 A respeito das penas, o Código Penal adotou o sistema vicariante. Por ele, o Juiz pode:

A) aplicar ao condenado pena privativa de liberdade ou medida de segurança.

B) aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e medida de segurança, cumulativamente.

C) e deve aplicar ao condenado pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos.

D) aplicar ao condenado pena restritiva de direitos ou medida socioeducativa.

02 Concurso formal de crimes é aquele:

A) que se concretiza mediante duas ou mais condutas, com dois ou mais resultados gerados por um só autor.

B) que ocorre quando o agente, praticando uma só conduta, comete dois ou mais crimes.

C) em que o agente estabelece uma forma de atuação, mas por razões alheias à sua vontade, ele não ocorre como idealizado.

D) em que concorrem várias pessoas para a prática de um só ato delitivo.

03 O Princípio da Legalidade é também denominado de:

- A)** Reserva Legal.
- B)** Common Law.
- C)** Analogia Legal.
- D)** Liberdade Legal.

04 Por capacidade especial do sujeito ativo entende-se que:

- A)** certos crimes somente podem ser efetuados por intermédio de interposta pessoa que possua capacidade especial.
- B)** certos crimes só podem ser praticados por pessoa imputável.
- C)** certos crimes só podem ser praticados por agente que possua determinada posição jurídica ou de fato.
- D)** o sujeito ativo deve praticar o crime em face de certos destinatários especiais da norma penal incriminadora.

05 Nos crimes de mera conduta, o legislador só descreve o comportamento do agente, não havendo resultado naturalístico. Tal assertiva é:

- A)** correta, mas somente aplicável aos delitos materiais.
- B)** parcialmente correta.
- C)** equivocada diante da classificação dos crimes.
- D)** absolutamente correta.

06 Os crimes omissivos impróprios são:

- A)** de conduta mista.
- B)** comissivos por omissão.
- C)** comissivos propriamente ditos.
- D)** puramente omissivos.

07 Por iter criminis compreende-se o conjunto de:

- A)** atos de execução do delito.
- B)** atos preparatórios antecedentes ao delito.
- C)** atos de consumação do delito.
- D)** fases pelas quais passa o delito.

08 De acordo com o Código Penal, não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente. Assim, caso o condômino subtraia coisa comum fungível, é alegável tal excludente?

- A)** Não, tendo em vista que a assertiva é falsa.
- B)** Não.
- C)** Sim.
- D)** Sim, mas deverá obter o consentimento dos outros condôminos para tal subtração.

09 A calúnia consiste em imputar a alguém, falsamente, fato:

- A)** ofensivo à sua reputação.
- B)** definido como crime.
- C)** que ofenda à dignidade ou o decoro.
- D)** que sabe não ter ele cometido.

10 João da Silva faz uso de seu revólver legalmente registrado, disparando duas vezes em avenida com grande movimento de pessoas e automóveis. Neste caso, responde:

- A)** por crime cuja conduta é disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela.
- B)** exclusivamente pela contravenção de disparo de arma de fogo (art. 28, LCP), uma vez que a contravenção de disparo de arma de fogo (art. 21, LCP) é atípica.
- C)** pelo crime tipificado no artigo 132 do Código Penal (perigo para a vida ou a saúde de outrem).
- D)** por tentativa de lesões corporais culposas.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa B
Questão 3 alternativa A
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa A

Direito Penal 17

01 Pode o Magistrado conceder "sursis" num processo, sabedor que já fora concedido "sursis" ao mesmo sentenciado em outro processo?

- A)** Tudo dependerá de que tipo de delito o réu praticou.
- B)** Não pode, eis que o "sursis" só é concedido a réus primários.
- C)** Pode, desde que preenchidos os requisitos previstos no Código Penal.
- D)** Não pode, tendo em vista que só compete ao Juiz das Execuções Criminais a concessão do "sursis".

02 Aponte a afirmação certa.

- A)** Na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.
- B)** A multa não pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- C)** A pena privativa de liberdade não superior a 6 meses não pode ser substituída pela de multa.
- D)** Ao fixar a pena de multa, o juiz deve ter em mente o crime praticado pelo réu, com vistas a majorá-la ou não.

03 Sérgio, com 19 anos, foi emancipado por seu pai Antônio. Vem ele a cometer crime de furto simples com quase 21 anos, apenando-se em 1 ano, concedido a ele o "sursis" pelo prazo de 2 anos. Em relação a isto, é correto dizer que

- A)** se a sentença condenatória transitar em julgado após os 21 anos de Sérgio, a prescrição da pretensão executória operar-se-á em dois anos.
- B)** a prescrição da pretensão punitiva conta-se por inteiro, devido à emancipação operada pelo pai de Sérgio.
- C)** não se pode conceder "sursis" pelo prazo de 2 anos, mas sim pelo de 4 anos.
- D)** a prescrição da pretensão executória conta-se pela metade, em virtude da menoridade de Sérgio.

04 Assinale a alternativa correta.

- A)** Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- B)** Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade nem poderia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- C)** Entende-se em legítima defesa o cônjuge que, desconfiado da fidelidade do outro, mata-o para defender sua honra.
- D)** Entende-se em legítima defesa quem pratica o crime impelido por razões de ordem moral, religiosa ou social.

05 Marque a variante incorreta com relação ao perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa.

- A)** Perdão do ofendido obsta ao prosseguimento da ação.
- B)** Perdão do ofendido não é causa extintiva da punibilidade.
- C)** É impossível o perdão do ofendido antes de iniciada a ação penal.
- D)** Perdão só se opera na ação penal exclusivamente privada.

06 A Lei no 9. 714, de 25 de novembro de 1998, que alterou dispositivos do Código Penal relativos às penas restritivas de direito,

- A)** somente criou uma nova espécie de penas restritivas de direito - perda de bens e valores -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos nos crimes

cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.

B) criou duas novas espécies de penas restritivas de direito - prestação pecuniária e perda de bens e valores -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.

C) somente criou uma nova espécie de penas restritivas de direito - prestação pecuniária -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.

D) criou duas novas espécies de penas restritivas de direitos - prestação pecuniária e perda de bens e valores -, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade inferior a um ano.

07 Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com

A) observância de dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.

B) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado e imprevisível.

C) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.

D) inobservância do dever de cuidado que cause um resultado não desejado, mas previsível.

08 Antônio de Souza e Pedro Soares, este último menor inimputável, com a unidade de propósitos, associaram-se para comercializar substâncias entorpecentes. Por denúncia anônima, foram autuados em flagrante delito em frente a uma escola municipal de segundo grau, portando pedras de "crack". Assinale a alternativa correta.

A) No caso narrado, não há crime de associação, pois um dos agentes é menor inimputável.

B) Antônio de Souza é réu primário e sem qualquer outro antecedente criminal. Assim, se condenado, poderá cumprir a pena em regime aberto.

C) Por ter cometido crime hediondo, Antônio não terá direito à detração se vier a ser definitivamente condenado à pena privativa de liberdade.

D) Antônio, se condenado, deverá cumprir sua pena privativa de liberdade, integralmente, em regime fechado.

09 João da Silva e Antônio Soares, após adquirirem na Praça da Sé um talão de cheques e a carteira de identidade de Ernesto Alves, dirigiram-se à agência bancária e, falsificando a assinatura do correntista, tentaram descontar um cheque no valor de R\$ 500,00. Desconfiado, o caixa acionou a segurança do banco que deteve a ambos. João reagiu à prisão e acertou um tiro em um cliente do banco, que veio a falecer. A favor de João da Silva, sua defesa requereu incidente de insanidade mental que concluiu pela sua inimputabilidade à época dos fatos. Pode-se dizer que

I. João e Antônio responderão por crime de homicídio qualificado em concurso material com o crime de estelionato;

II. ambos os crimes a serem apurados serão da competência do júri;

III. se o juiz acatar o laudo pericial, deverá aplicar a João da Silva medida de segurança com o prazo mínimo de um ano; é certo, porém, que João poderá permanecer sob custódia por tempo indeterminado;

IV. ao agente Antônio Soares também será aplicada a medida de segurança, pois neste caso, havendo concurso de pessoas, as circunstâncias se comunicam.

Dos itens acima, estão corretos apenas

A) III e IV.

B) I, II e III.

C) I e IV.

D) I e II.

10 Mediante rompimento de obstáculo que consistiu na quebra de uma janela, Eustáquio furtou, do interior de um veículo, um toca-fitas, várias fitas-cassete e um pneu. A mãe de Eustáquio auxiliou-o a tornar seguros os produtos da subtração, sem visar a algum proveito e com a única finalidade de proteger o filho. Neste caso, a mãe

A) responderá pela participação de menor importância em crime de furto qualificado.

B) cometeu o crime de favorecimento pessoal ao tentar proteger seu filho.

C) responderá por favorecimento real.

D) não responderá por nenhum crime.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa B
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa C

Direito Penal 18

01 Na tentativa de um crime, o Código Penal prevê a diminuição de um a dois terços da pena correspondente ao crime consumado. O critério fundamental para o Juiz efetuar tal redução é

- A)** avaliar os bons antecedentes do réu.
- B)** considerar a gravidade do delito cometido.
- C)** levar em conta o 'iter', ou o caminho percorrido pelo agente, na execução da tentativa.
- D)** ponderar a intensidade do dolo.

02 Bentinho, personagem do romance "Dom Casmurro", de Machado de Assis, desconfiado do adultério de Capitu, resolve oferecer uma xícara de café com veneno ao filho Ezequiel, mas recua no momento em que a criança abre a boca para tomar a bebida. O preceito da lei penal em que se enquadraria a conduta de Bentinho é

- A)** tentativa de homicídio qualificado.
- B)** arrependimento eficaz.
- C)** tentativa de homicídio privilegiado.
- D)** desistência voluntária.

03 Assinale a alternativa que indica, corretamente, a situação em que o curso da prescrição da pretensão punitiva não fica suspenso.

- A)** Enquanto não for resolvida, noutra processo, questão de que depende o reconhecimento da existência do crime.
- B)** Enquanto o réu cumpre pena em país estrangeiro.
- C)** Enquanto se processa o incidente de insanidade mental do acusado.
- D)** Enquanto o réu, citado por edital, não comparece em Juízo, nem constitui advogado.

04 Severino, ao retornar para sua casa, à noite, dispara uma arma de fogo na direção de Paulo, para assustá-lo, sem contudo atingi-lo com o tiro. Que infração penal teria ele cometido?

- A)** Contravenção de disparo de arma de fogo.
- B)** Tentativa branca de lesão corporal.
- C)** Perigo para a vida ou saúde de outrem.
- D)** Crime de arremesso de projétil.

05 Durante uma partida de futebol, que terminou num conflito entre jogadores, o torcedor Raimundo invade o campo e passa a distribuir socos e pontapés nos contendores, um dos quais vem a sofrer ferimentos graves, causados por outra pessoa envolvida no tu multo. A infração penal cometida por Raimundo caracteriza-se como

- A)** contravenção de vias de fato.
- B)** participação em rixa qualificada.
- C)** crime de lesão corporal grave.
- D)** participação em crime de rixa simples.

06 Tício, após esconder no mato uma bicicleta que havia furtado, viu-se despojado dela por parte de Névio, que a subtraiu para si, com pleno conhecimento da origem do velocípede. Pode-se afirmar que o segundo ladrão

- A)** cometeu crime de apropriação de coisa achada.
- B)** cometeu crime de receptação dolosa.
- C)** cometeu crime de furto, em concurso com Tício.

D) não responde por nenhum delito, porque subtraiu para si coisa já furtada.

07 Em que dispositivo do Código Penal se enquadra, em tese, o chamado "pendura" praticado pelos estudantes de Direito, em comemoração à fundação dos cursos jurídicos no País?

- A)** Estelionato privilegiado, devido ao pequeno valor do prejuízo causado à vítima.
- B)** Delito de fraude, consistente em tomar refeição em restaurante, sem dispor de recursos para pagar a despesa.
- C)** Crime de dano qualificado, por motivo egoístico.
- D)** Em nenhum das capitulações supra, por se tratar de fato atípico.

08 O oficial de um Cartório de Notas, agindo com manifesta negligência, reconhece como verdadeira a assinatura falsa lançada no endosso de um certificado de propriedade de veículo a motor. É correto dizer que, no exercício da função pública, o oficial

- A)** cometeu delito por atestado ideologicamente falso.
- B)** cometeu delito por falso reconhecimento de firma ou letra.
- C)** cometeu delito por prevaricação.
- D)** não cometeu nenhum crime, por ausência de dolo.

09 Policarpo, que exerce a chefia numa repartição pública municipal, surpreendeu o funcionário Belarmino no momento em que ele furtava material do almoxarifado, mas movido por um sentimento de compaixão, deixou de responsabilizar o subordinado. Que infração penal teria o chefe cometido?

- A)** Favorecimento pessoal.
- B)** Prevaricação.
- C)** Omissão de comunicação de crime.
- D)** Condescendência criminosa.

10 Paulo, movido por um sentimento altruísta, assume a autoria de um crime de atropelamento de pedestre, cometido por sua namorada Lúcia, dando origem à abertura de inquérito policial sobre o fato. Qual o crime praticado, em tese, por Paulo?

- A)** Favorecimento pessoal privilegiado.
- B)** Comunicação falsa de crime.
- C)** Auto-acusação falsa.
- D)** Denúncia caluniosa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 19

01 É correto dizer-se que, quando o agente provoca lesões corporais, uma de natureza grave e outra de natureza gravíssima, contra a mesma vítima, num mesmo contexto de ação, ocorre

- A)** concurso formal.
- B)** crime continuado.
- C)** concurso material.
- D)** crime único.

02 Se o agente lesiona levemente a vítima, sabendo de seu estado de gravidez, e esta vem a abortar em virtude da ação do réu, o agente responderá por

- A) lesões leves.
- B) lesões gravíssimas.
- C) lesões graves.
- D) perigo para a vida ou à saúde de outrem.

03 Se o agente, após o abandono e conseqüente exposição do abandonado a perigo concreto, reassume o dever de assistência, ocorre

- A) arrependimento eficaz.
- B) desistência voluntária.
- C) arrependimento posterior.
- D) consumação de crime de abandono de incapaz.

04 O agente que, dolosamente, impede o socorro ao suicida que se arrependera do ato extremado e tentava buscar auxílio, comete

- A) crime de omissão de socorro.
- B) crime de homicídio.
- C) crime de induzimento ao suicídio.
- D) fato penalmente irrelevante.

05 É incorreto afirmar-se que

- A) para a realização do aborto sentimental, é prescindível a existência de autorização judicial.
- B) o namorado que acompanha a gestante que deseja abortar ou paga o aborto criminoso, a pedido dela, comete o crime de auto-aborto na condição de co-autor.
- C) em caso de aborto necessário feito por médico, nenhum crime pratica a enfermeira que o auxiliou.
- D) para a realização do aborto necessário é prescindível o consentimento da gestante ou de seus familiares.

06 Inexistindo médico em uma longínqua fazenda, é correto dizer-se que, no caso de aborto necessário feito por enfermeira, sem o consentimento da vítima,

- A) é aplicável ao caso a causa de exclusão de criminalidade prevista como aborto necessário.
- B) a enfermeira comete o crime de aborto sem o consentimento da gestante.
- C) a enfermeira deve ser absolvida pela justificativa do estado de necessidade de terceiro.
- D) a enfermeira é beneficiada pelo reconhecimento do exercício regular de direito.

07 Se o partícipe instiga outrem a praticar um crime de homicídio, mas durante a execução do ataque quis impedir que o resultado se produzisse, porém sem sucesso,

- A) é reconhecível a desistência voluntária.
- B) é reconhecível o arrependimento eficaz.
- C) é reconhecível o arrependimento posterior.
- D) beneficia-se pela participação de menor importância.

08 É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

- A) comete o crime de homicídio.
- B) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.
- C) age sob a égide do exercício regular de direito.
- D) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

09 É incorreto afirmar-se que

- A) o simples emprego de veneno qualifica sempre o crime de homicídio.
- B) o autor intelectual, inciente de que o executor material irá torturar a vítima antes de tirar-lhe a vida, não responderá pela qualificadora do emprego de meio cruel.
- C) é admissível a tentativa de induzimento a suicídio quando a vítima não ultima o ato suicida, mas apenas sofre lesões corporais de natureza grave.
- D) quem induz ou instiga um menor sem compreensão a matar-se, comete o crime de homicídio e não o crime de indução a suicídio.

10 O agente instiga a gestante a fazer auto-aborto mediante curetagem e esta vem a falecer em virtude das manobras abortivas, sem que o agente quisesse o evento morte da gestante. Nessa

hipótese, o agente responderá

- A)** apenas pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe.
- B)** pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe e homicídio culposo.
- C)** pelo crime de auto-aborto, qualificado pela morte da gestante.
- D)** apenas pelo crime de auto-aborto como co-autor.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 20

01 O Princípio da Legalidade, aliado ao Princípio da Anterioridade, assegura que não há crime sem lei anterior que assim o defina. Considerando-se que o agente tenha sido condenado por sentença transitada em julgado, cujo crime a lei não mais considere como fato punível,

- A)** observar-se-á aplicação do instituto do sursis (suspensão condicional da pena) , se atendidos os seus requisitos ensejadores.
- B)** observar-se-á cessação de todos os efeitos da sentença penal condenatória, inclusive quando em fase de execução de sentença, em virtude dessa lei posterior.
- C)** não se observará nenhum efeito, uma vez que a sentença com trânsito em julgado decide de forma definitiva o mérito da causa.
- D)** observar-se-á redução da pena de um a dois terços, punindo-se o fato como crime tentado.

02 O curso da prescrição da pretensão punitiva não fica suspenso enquanto

- A)** se processa o incidente de insanidade mental do acusado.
- B)** o réu cumpre pena em país estrangeiro.
- C)** não for resolvida, noutro processo, questão de que depende o reconhecimento da existência do crime.
- D)** o réu, citado por edital, não comparece em juízo, nem constitui advogado.

03 As espécies de pena previstas no Código Penal vigente são:

- A)** restritivas de direitos; multa; prestação de serviços à comunidade.
- B)** privativas de liberdade; interdição temporária de direitos; multa.
- C)** privativas de liberdade; restritivas de direitos; multa.
- D)** restritivas de direitos; multa; regime fechado.

04 "A" é condenado, em primeira instância, a seis meses de detenção. O prazo da prescrição, segundo a pena imposta, é de dois anos. Somente a acusação interpõe apelação, visando à elevação da reprimenda. O Tribunal dá provimento ao recurso e eleva a pena para nove meses de detenção, de sorte que o prazo prescricional continuou sendo de dois anos. Diante desse quadro, e considerando que entre a data da publicação da sentença de primeira instância e o dia em que foi julgada a apelação na Superior Instância decorreram mais de dois anos, assinale a alternativa correta.

- A)** É inviável o reconhecimento da prescrição, na espécie, por haver o agente se conformado com a condenação, não interpondo qualquer recurso.
- B)** Extinguiu-se a punibilidade do agente em face da prescrição da pretensão executória.
- C)** A Superior Instância está impedida de reconhecer qualquer modalidade de prescrição por ser o recurso exclusivo da acusação.
- D)** Extinguiu-se a punibilidade do agente em virtude da prescrição da pretensão punitiva.

05 Assinale a alternativa correta.

- A)** Na injúria, o agente atinge a honra subjetiva; na difamação, é atingida a honra objetiva, ao passo

que a calúnia é a imputação falsa de um fato definido como crime.

B) Na difamação, o agente imputa à vítima falsamente um fato definido como crime; na calúnia, o objeto tutelado é a honra subjetiva; e, na injúria, o agente atinge a honra objetiva.

C) Na injúria, o agente atinge a honra subjetiva; na difamação, o agente atinge o bem da vida da vítima; e a calúnia é uma ofensa grave, sem ser considerada crime.

D) Na calúnia, o agente imputa ofensa à honra objetiva do ofendido; na injúria, ofensa grave à personalidade do ofendido e na difamação fato definido como crime.

06 Funcionário público "A" deixa, propositadamente, a porta do prédio da repartição aberta, sabendo que seu amigo, não funcionário "B", irá nele penetrar e subtrair objetos valiosos da administração. Neste caso,

A) "A" responderá por peculato-furto e "B", por peculato-apropriação.

B) ambos responderão por peculato-furto.

C) "A" responderá por peculato culposo e "B", por peculato-furto.

D) "A" responderá por peculato-apropriação e "B", por furto simples.

07 Em receituário médico em branco, que lhe foi arranjado, um empregado inseriu falso atestado sobre sua capacidade laborativa, falsificando a assinatura do profissional, entregando-o ao INSS para fins de benefício. Em tese, a conduta do empregado configura o crime de

A) falsidade de atestado médico.

B) uso de documento falso.

C) falsidade de documento particular.

D) falsidade ideológica.

08 Pode-se aceitar como configurada a debilidade permanente de membro se, em decorrência da lesão corporal sofrida, a vítima

A) sofre paralisia de um braço.

B) perde um dedo da mão.

C) perde uma das mãos.

D) perde totalmente um dos braços.

09 Quando um agente, em seqüência e no mesmo contexto, violenta um menor e pratica em sua irmã atos libidinosos, comete crime de

A) estupro contra ambos.

B) estupro contra o menor e violento atentado ao pudor contra a irmã.

C) sedução contra a irmã e atos libidinosos contra o menor.

D) violento atentado ao pudor contra ambos.

10 Remição, em Direito Penal,

A) ocorre quando, através do trabalho, em regime fechado ou semi-aberto, o condenado pode remir parte do tempo da execução da pena, na proporção de um dia de pena por três dias de trabalho.

B) é a possibilidade de quitar todos os seus débitos civis antes de ser recolhido à prisão para que não incorra em mora.

C) é a concessão de cumprimento de pena em regime de prisão aberta em residência particular (prisão domiciliar) aos maiores de setenta anos, gestantes e deficientes físicos ou mentais.

D) é a possibilidade de se cumprir pena em regime semi-aberto, após já ter cumprido um terço em regime fechado.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa D

Questão 10 alternativa A

Direito Penal 21

01 Assinale a alternativa correta.

- A)** É admissível a tentativa na contravenção de vias de fato.
- B)** O transporte, sem a intenção de uso, de arma branca fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade, não configura a contravenção penal de porte ilegal de arma.
- C)** Não são aplicáveis às contravenções penais as medidas de segurança previstas no Código Penal.
- D)** A principal pena privativa de liberdade prevista para as contravenções penais é a de detenção.

02 O agente que, executando um roubo mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, atira na vítima e, por "aberratio ictus", mata o comparsa, comete

- A)** crimes de roubo qualificado e de homicídio doloso, em concurso material.
- B)** crimes de roubo qualificado e de homicídio culposo, em concurso material.
- C)** latrocínio tentado.
- D)** latrocínio consumado.

03 Para a consumação do crime de estupro, é exigida(o)

- A)** a introdução completa do pênis na vagina da vítima.
- B)** a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, com ejaculação.
- C)** somente a introdução parcial do membro viril na vagina da ofendida.
- D)** rompimento do hímen.

04 A medida de segurança, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, imposta aos agentes inimputáveis absolvidos com base no artigo 26 do Código Penal, dar-se-á

- A)** por tempo indeterminado, perdurando enquanto persistir a periculosidade do agente.
- B)** por prazo determinado, que o juiz fixará na sentença.
- C)** pelo prazo da pena mínima cominada ao crime cometido.
- D)** pelo prazo que a perícia médica entender suficiente.

05 O agente que pratica crimes, em continuidade delitiva, antes e depois de atingir a maioridade penal,

- A)** não responde por nenhum dos crimes.
- B)** responde por todos os crimes.
- C)** responde somente pelos crimes posteriores.
- D)** responde apenas pelo último crime.

06 Suponha-se que um médico, ante iminente perigo de vida, pratique uma intervenção cirúrgica arbitrariamente, ou seja, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal. O seu comportamento deve ser considerado

- A)** crime de lesão corporal culposa.
- B)** atípico.
- C)** crime de constrangimento ilegal.
- D)** crime de lesão corporal dolosa.

07 Assinale a alternativa correta.

- A)** Na detração penal não se computa, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão administrativa determinada pela autoridade judiciária.
- B)** Na segunda fase da operação de dosagem da pena, após fixar a pena-base, deve o juiz levar em consideração as causas de diminuição e de aumento.
- C)** No concurso formal e no crime continuado, a dosagem da multa segue o mesmo critério adotado para a pena privativa de liberdade.
- D)** A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

08 O agente que, ao ver um criminoso passar algemado e escoltado, bate-lhe acaloradas palmas, pratica

- A)** crime de apologia de criminoso.

- B)** delito de incitação ao crime.
- C)** contravenção penal de conduta inconveniente.
- D)** conduta atípica.

09 Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a.

- A)** Nos crimes falimentares, a prescrição da pretensão punitiva é de dois anos.
- B)** Constitui forma típica qualificada de porte ilegal de arma de fogo o fato de o agente possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- C)** No crime de tráfico ilícito de entorpecentes, estando comprovado que o réu praticou o delito e é semi-imputável, cumpre ao juiz absolvê-lo e aplicar-lhe medida de segurança.
- D)** Nos crimes de sonegação fiscal, o pagamento do tributo posteriormente à denúncia não extingue a punibilidade do agente.

10 O agente que solicita dinheiro com a desculpa fantasiosa de que irá influenciar o juiz na decisão de uma causa comete crime de

- A)** exploração de prestígio.
- B)** corrupção passiva.
- C)** tráfico de influência.
- D)** advocacia administrativa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Penal 22

01 Roberto decide vender sua casa para Pedro, já que necessita de dinheiro para saldar outras dívidas. Ocorre que sua casa, em realidade, pertence a Mário, seu irmão, que mora há mais de vinte anos nos Estados Unidos. Para poder atingir seu objetivo, utiliza-se de certidão ideologicamente falsa do Registro de Imóveis. Após receber a importância acordada, Roberto é preso. Nesta hipótese, responderá por:

- A)** estelionato (art. 171, caput)
- B)** disposição de coisa alheia como própria (art. 171, I)
- C)** estelionato (art. 171, caput) e uso de documento falso (art. 171, I)
- D)** disposição de coisa alheia como própria (art. 171, I) e uso de documento falso (art. 304)

02 No dia 29.09.1983, no interior de um bar, Luciano, já penalmente responsável, por contar, comprovadamente, 20 anos de idade, agrediu Flávio, namorado de sua irmã, causando-lhe lesões corporais que o impediram de trabalhar por cinquenta dias. Luciano é denunciado e a denúncia recebida em 30.06.1987. Vem a ser condenado em 19.01.1989, a pena de 1 ano e dez meses, sem que as partes tenham recorrido. Na hipótese, pode-se dizer que ocorreu a seguinte prescrição da pretensão:

- A)** executória
- B)** punitiva abstrata
- C)** punitiva retroativa
- D)** punitiva intercorrente

03 Quanto aos crimes contra a vida, o Direito Brasileiro considera lícito:

- A)** eutanásia

- B)** ortotanásia
- C)** auto-aborto
- D)** aborto eugênico

04 Carlos convence o seu colega Márcio a participar do furto a uma determinada residência. Assim, Carlos traça os planos da ação, entrega uma chave falsa a Márcio, que fica encarregado de invadir a residência. Márcio, por sua vez, realiza com sucesso suas tarefas, conseguindo subtrair do local vários objetos valiosos. Uma semana após o ocorrido, já tendo os moradores registrado a ocorrência na Delegacia de Polícia mais próxima, Carlos se arrepende e restitui às vítimas todos os objetos furtados. Diante do exposto, podemos afirmar que:

- A)** Ambos responderão pelo crime de furto consumado, tendo a seu favor a diminuição de pena prevista pelo arrependimento posterior
- B)** Ambos responderão pelo crime de furto consumado, mas somente Carlos terá a sua pena diminuída, pois só ele se arrependeu
- C)** Ambos responderão pelo crime de furto tentado, já que o arrependimento posterior é circunstância comunicável
- D)** Carlos não responderá por crime algum, enquanto Márcio responderá pelo crime de furto

05 Em relação aos semi-imputáveis, é correto afirmar que tais indivíduos não apresentam:

- A)** capacidade de se auto-determinar, por não terem maturidade
- B)** culpabilidade por não apresentarem potencial conhecimento da ilicitude
- C)** capacidade total de discernimento e, por isso, estarão sujeitos a uma pena reduzida ou uma medida de segurança
- D)** capacidade total de discernimento e, por isso, estarão sujeitos a uma pena reduzida e uma medida de segurança

06 Um julgador, ao aplicar uma pena de 6 anos e 3 meses de reclusão, a um réu reincidente, poderá determinar o início de seu cumprimento no seguinte regime:

- A)** fechado
- B)** semi-aberto
- C)** semi-aberto ou fechado, a critério do juiz
- D)** semi-aberto ou fechado, dependendo de parecer da Comissão Técnica de Classificação

07 João, 22 anos, convenceu Maria, uma mulher honesta de 15 anos de idade, a passar um final de semana prolongado em um hotel de uma cidade vizinha. Lá, mediante fundada promessa de casamento, a deflora. Os pais da jovem procuram um advogado para saber o que fazer. O profissional deverá informá-los de que João será penalmente responsável por:

- A)** sedução
- B)** rapto consensual
- C)** rapto mediante fraude
- D)** rapto consensual e sedução

08 Mário foi condenado à pena de 2 anos de reclusão e vinte dias-multa pela prática de crime de furto. A princípio não lhe foi concedida qualquer substituição de pena. No curso da execução, poderá o condenado pleitear a conversão em pena restritiva de direitos, desde que sejam atendidos determinados pressupostos. O único pressuposto dispensável é:

- A)** o condenado esteja cumprindo pena em regime aberto
- B)** a vida anterior à prática do crime seja ilibada
- C)** juiz considere a suficiência da conversão
- D)** o condenado tenha cumprido 1/4 de pena

09 Sobre crimes hediondos, pode-se afirmar que:

- A)** são a eles equiparados, por força da Constituição Federal, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a prática de tortura e o terrorismo
- B)** são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança, liberdade provisória e livramento condicional, devendo a pena ser integralmente cumprida em regime fechado
- C)** são considerados como tais, para efeitos da Lei nº 8.072/90, atualizada pela Lei nº 8.930/94, o homicídio simples, o homicídio qualificado, o latrocínio, a extorsão qualificada pelo resultado morte, o estupro, o atentado violento ao pudor e a epidemia

D) são previstas aos autores de crimes hediondos cometidos contra pessoa, em que é presumida a violência, penas de reclusão superiores ao limite máximo de 30 anos, estabelecido no art. 75 do Código Penal como prazo máximo para cumprimento da pena privativa de liberdade

10 Sobre os sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes, não é correto afirmar que:

- A)** ao crime continuado, aplica-se a exasperação
- B)** ao concurso material, aplica-se a exasperação
- C)** ao concurso formal próprio, aplica-se a exasperação
- D)** ao concurso formal impróprio, aplica-se o cúmulo material

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 23

01 Em razão do processo de informatização da Administração Pública, a lei instituiu novos tipos penais a fim de coibir quaisquer desvios ou manipulação indevida de dados dos administrados. Tendo em vista essas inovações é correto afirmar que:

- A)** não há relevância penal na conduta de um Delegado de Polícia que se utiliza indevidamente do acesso irrestrito a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.
- B)** confira-se apenas ilícitos disciplinares se o Delegado de Polícia empresta a sua senha permitindo que pessoas não autorizadas tenham acesso a sistemas de informações ou banco de dados de dados da Secretaria de Segurança Pública
- C)** é partícipe de crime o funcionário autorizado que facilita a exclusão de dados corretos nos sistemas de informatização da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para outro funcionário.
- D)** não há crime quando, devidamente instado por autoridade competente, o funcionário modifica ou altera sistema de informações ou programas de informática da Administração Pública.

02 A tentativa é inadmissível no crime:

- A)** doloso
- B)** material
- C)** unissubsistente
- D)** omissivo impróprio

03 Acerca dos princípios constitucionais que regem o DP, está incorreta a seguinte alternativa:

- A)** O princípio da proporcionalidade não pode converter-se em instrumento de frustração da norma constitucional que repudia a utilização no processo de provas obtidas por meios ilícitos. Esse postulado, portanto, não deve ser invocado indiscriminadamente, ainda mais quando se acharem expostos, a clara situação de risco, direitos fundamentais assegurados pelas Constituição.
- B)** Se a prova penal incriminadora resultar de ato ilícito praticado por particular, a res furtiva, por efeito de investigação criminal promovida por agentes policiais, for por estes apreendida, também aqui - uma vez que não é imputável ao Poder Público o gesto de desrespeito ao ordenamento jurídico constitucional - não remanescerá caracterizada a situação configuradora de ilicitude de prova.
- C)** A persecução penal, cuja instauração é justificada pela suposta prática de um ato criminoso, não se projeta e nem se exterioriza como uma manifestação de absolutismo estatal. De exercício indeclinável, a persecutio criminis sofre os condicionamentos que lhe impõe o ordenamento jurídico. A tutela da liberdade, desse modo, representa uma insuperável limitação constitucional ao poder persecutório do Estado.
- D)** A Carta Federal assegurou, em benefício de todos, a prerrogativa da inviolabilidade domiciliar. Sendo assim, ninguém, especialmente a autoridade pública, pode penetrar em casa alheia, exceto nas

hipóteses previstas no texto constitucional ou com o consentimento do seu morador, que se qualifica, para efeito de ingresso de terceiros no recinto privado, como o único titular do direito de inclusão e de exclusão.

04 Confrontando o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, no campo penal, é correto dizer que:

- A)** enquanto o arrependimento eficaz se volta para evitar o resultado de uma ação delituosa já praticada, a desistência voluntária se dirige contra a continuidade do processo de execução de uma ação típica começada
- B)** enquanto o arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados, a desistência voluntária não produz essa isenção
- C)** somente quanto aos efeitos punitivos as duas figuras se equivalem à tentativa
- D)** ambos produzem uma redução de pena de um a dois terços

05 O termo "ofendículos", em tema de legítima defesa, significa:

- A)** sujeitos ativos atingidos pela legítima defesa
- B)** sujeitos passivos atingidos pela legítima defesa
- C)** ofensa inicial ao bem jurídico atingido, a qual motiva a legítima defesa
- D)** aparato para defender o patrimônio ou qualquer bem jurídico de ataque ou ameaça

06 A coação moral irresistível é causa de:

- A)** extinção de punibilidade
- B)** exclusão de culpabilidade
- C)** exclusão da antijuridicidade
- D)** diminuição especial da pena

07 Analise os itens que seguem:

I - Quem induz um alienado mental, desprovido de discernimento, a se suicidar não comete o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, mas o crime de homicídio.

II - No crime de homicídio, será torpe o motivo se for daqueles insignificantes, sem importância, totalmente desproporcionado em relação ao crime, em vista de banalidade.

III - No crime de perigo para a vida ou a saúde de outrem, o perigo deverá ser concreto.

IV - Só responderá pelo crime de omissão de socorro o agente que precedentemente à conduta omissiva haja assumido o dever legal de impedir o resultado.

Os itens corretos são os da seguinte alternativa:

- A)** I e III
- B)** I, II e IV
- C)** I, II e IV
- D)** II, III e IV

08 Sobre a aplicação da lei penal, a alternativa que faz referência incorreta é:

- A)** considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão ainda que outro tenha sido o lugar do resultado
- B)** ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República
- C)** a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- D)** para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar

09 Caio desejando manter relações sexuais com Tícia, e sabendo que ela é prostituta, propõe-lhe a prática mediante paga. Tícia lhe diz que não irá manter relações com ele, nem mesmo mediante pagamento. Caio, então, obtém a ajuda de seu amigo Mévio que, sob o pretexto de realizar uma fantasia sexual, contrata Tícia a prática de relações sexuais fantasiado, mantém relações com Tícia, paga o combinado e, finalmente, retira sua máscara revelando o estratagema. Tícia comparece à Delegacia de Polícia e narra o fato. A conduta de Caio:

- A)** é atípica

- B) configura estupro
- C) configura estelionato
- D) configura posse sexual mediante fraude

10 Mateus e Marcos são inimigos de Lucas, que reside na cidade vizinha. Em determinado dia, o jornal noticia que Lucas irá fazer uma visita à cidade, e que chegará por volta das 10 horas da manhã. Então, sem que um saiba da decisão do outro, Mateus e Marcos resolvem matar seu desafeto, fazendo uma emboscada. Ainda sem qualquer conhecimento da conduta do outro, ambos se colocam cada qual, de um lado da estrada e ficam aguardando a passagem da vítima. Quando esta aparece, Mateus efetua os disparos que atingem e matam Lucas, ao passo que Marcos apenas atira quando Lucas já tinha falecido em virtude dos tiros desfechados por Mateus. A perícia confirma estes fatos. Diante disso, a alternativa correta é:

- A) Mateus e Marcos responderão por homicídio, mas Mateus deverá receber pena maior
- B) Mateus responderá por homicídio e Marcos por tentativa de homicídio
- C) Mateus responderá por homicídio e Marcos não responderá por crime
- D) Mateus e Marcos responderão por homicídio

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa A
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa C

Direito Penal 24

01 No que concerne ao tempo do crime, nosso Código Penal adotou a teoria

- A) do resultado.
- B) da ubiqüidade.
- C) mista.
- D) da atividade.

02 Juiz de Direito, que deixa de ordenar, sem justa causa, a imediata liberação de adolescente, ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão, pratica

- A) crime previsto no Código Penal.
- B) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C) crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.
- D) mera irregularidade funcional.

03 A ação penal, nos crimes complexos, via de regra será

- A) pública incondicionada.
- B) pública condicionada.
- C) privada.
- D) pública, subsidiária da ação privada.

04 A retratação não é cabível, nos crimes de

- A) calúnia.
- B) injúria.
- C) difamação.
- D) calúnia e injúria.

05 O dolo é subsequente à posse da coisa móvel, nos crimes de

- A) apropriação indébita.
- B) furto.

- C) roubo.
- D) estelionato.

06 Autor de estupro, em que a vítima venha a falecer, em decorrência da violência praticada, responde por

- A) estupro qualificado pelo resultado.
- B) estupro, em concurso formal com homicídio.
- C) estupro, em concurso material com homicídio.
- D) homicídio, este absorvendo o crime de estupro.

07 Pessoa que anuncia cura de doença, por meio secreto ou infalível, pratica

- A) curandeirismo.
- B) exercício ilegal da medicina.
- C) charlatanismo.
- D) exploração da credulidade pública.

08 A inserção de declaração falsa, em documento público ou particular, colimando a criação de obrigação, é tipificada como

- A) falsificação de papéis públicos.
- B) falsificação de documento público.
- C) falsidade ideológica.
- D) falsificação de documento particular.

09 O superior hierárquico que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado, que cometeu infração, no exercício do cargo, pratica o crime de

- A) prevaricação.
- B) condescendência criminosa.
- C) corrupção passiva.
- D) desobediência.

10 Não se admite a interceptação telefônica,

- A) no curso da investigação criminal.
- B) nos crimes apenados com reclusão.
- C) quando houver indícios apenas razoáveis da autoria.
- D) quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 25

01 Marque a alternativa correta:

- A) A "vacatio legis" constitui um lapso temporal entre a votação e a efetiva vigência da lei.
- B) A "abolitio criminis", em virtude de surgimento de lei nova, apaga os efeitos civis da prática delituosa do sujeito que foi definitivamente condenado antes dela.
- C) Em face do princípio da retroatividade de lei mais benigna, a lei anterior mais severa possui "ultra-atividade".
- D) A "novatio legis" não constitui fato jurídico extintivo da punibilidade.
- E) todas as alternativas acima NÃO estão corretas.

02 Pelo princípio da responsabilidade pessoal, o agente pode ser punido

- A)** pelo seu alto grau de periculosidade.
- B)** pela sua conduta.
- C)** pelos seus antecedentes desabonadores.
- D)** pelas circunstâncias agravantes e atenuantes.
- E)** pela intenção de praticar o delito.

03 O fazendeiro Horacius, grande proprietário de terras, tornou-se inimigo de seu vizinho Eufartes por problemas relacionados com desvio de um córrego que passava em sua fazenda. Resolvendo eliminá-lo, contratou dois pistoleiros, mediante paga, para emboscá-lo e assassiná-lo. Efetuado o pagamento, Eufartes foi morto com vários tiros de arma de fogo de grosso calibre. Os pistoleiros foram presos em flagrante e o fazendeiro teve sua preventiva decretada. Assinale a alternativa correta.

- A)** No homicídio qualificado, como no caso, só os executores do crime respondem pela qualificadora da emboscada.
- B)** Sendo Horacius o mandante do crime, exige a co-autoria a prática de execução de sua parte, sendo necessária a sua presença no local do crime.
- C)** Pela teoria extensiva, haverá diferença entre participação principal e participação acessória e entre auxílio necessário e auxílio secundário.
- D)** Na espécie, Horacius pode ser considerado como partícipe, porque não praticando atos executórios do crime de homicídio, concorreu de qualquer modo para a sua realização.
- E)** Não haverá diferença entre "societas criminis" e "societas in crimine", porque o evento é indivisível e todas as circunstâncias para a sua produção se equivalem.

04 O taxista Sinfrônio estava prestando socorro a uma pessoa que machucara a perna no jogo de futebol, levando-a para o hospital. Contudo, ao atravessar um cruzamento, ignorando a placa estatigráfica de parada obrigatória, seu veículo veio a ser abalroado por uma carreta que transitava na rua da direita que adentrava no cruzamento, vindo a ocasionar a morte da conduzida. Em relação ao taxista, marque a alternativa correta.

- A)** Praticou homicídio com dolo eventual, pois ao atravessar o cruzamento desconsiderou a placa e assumiu o risco de produzir o resultado.
- B)** Agiu em estrito cumprimento do dever legal.
- C)** Agiu em estado de necessidade.
- D)** Agiu com imprudência.
- E)** Agiu com imperícia.

05 Marque a alternativa correta numa das situações.

- A)** No peculato, a qualidade funcional ativa imposta pelo tipo comunica-se aos demais participantes, no caso de concurso de pessoas, mas excetuando-se os particulares.
- B)** No crime contra os costumes, a mãe da vítima, pobre no sentido legal, somente tem qualidade para oferecer representação com a autorização do marido.
- C)** A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido o seu recurso, regula-se pela pena imposta e pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.
- D)** O conceito de licitude ou ilicitude, de jurídico ou injurídico, não é conceito geral válido para todo o ordenamento jurídico.
- E)** No crime de prevaricação, provado que o sujeito, ao tempo do fato, não era funcionário público, desaparece a prevaricação e surge o exercício arbitrário das próprias razões.

06 Sobre os crimes hediondos, previstos na Lei 8.072/90, marque a única alternativa correta.

- A)** Extorsão mediante seqüestro e roubo.
- B)** Atentado violento ao pudor e estupro.
- C)** Epidemia com resultado morte e peculato praticado por prefeito municipal.
- D)** Latrocínio, estupro e concussão.
- E)** Prática de tortura, extorsão qualificada pela morte e sedução.

07 Dois ladrões chegaram de carro em frente a uma residência para a prática de crime de furto. Porém, antes de descerem do veículo, foram obstados pela polícia, que os observava, e, levados para a Delegacia, lavrou-se o auto de prisão em flagrante. Em relação aos agentes, marque a alternativa correta.

- A) Desistiram voluntariamente da prática do delito.
- B) Praticaram tentativa de furto pelo concurso de duas pessoas.
- C) A intenção dos agentes constitui mero ato preparatório impunível.
- D) Iniciaram a prática de crime de furto que não se consumou por circunstâncias alheias à vontade dos agentes, face à chegada da polícia.
- E) Dada a vontade deliberada de praticarem o delito, devem ser devidamente punidos pela tentativa.

08 Marque a alternativa correta.

- A) A isenção de pena não atinge o cônjuge que comete crime contra o patrimônio do casal, na constância da sociedade conjugal.
- B) Desnecessária a representação se o crime patrimonial é praticado contra irmão legítimo ou ilegítimo.
- C) Para a concessão do perdão judicial é indispensável o prévio reconhecimento da culpa do agente e respectiva condenação, somente não se aplicando a pena em face de justificadas circunstâncias.
- D) O Ministério Público é parte legítima para oferecer denúncia em casos de crime contra a honra de ex-prefeito municipal, independentemente de representação deste.
- E) Se o crime de extorsão mediante seqüestro é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá extinta a sua punibilidade.

09 Para que a medida de segurança seja aplicada, é necessário

- A) que o réu tenha cometido um ilícito penal punível.
- B) que, sendo o agente imputável, torna-se imprescindível a prévia imputação de periculosidade na peça exordial acusatória.
- C) que seja o réu maior de 21 anos para que possa ser internado ou submetido a tratamento ambulatorial, no prazo mínimo de 1 a 3 anos.
- D) que a internação persista após a extinção da punibilidade.
- E) que a internação ou tratamento ambulatorial seja sempre por tempo determinado.

10 Para a fixação da pena-base, o juiz deve considerar

- A) as circunstâncias atenuantes e agravantes e as causas de diminuição e de aumento.
- B) a reincidência, se a condenação anterior data de menos de 5 anos, e a menoridade do réu.
- C) circunstâncias judiciais previstas no Código Penal.
- D) a fixação da pena de multa, atendendo à situação econômica do réu.
- E) a substituição da pena privativa de liberdade não superior a 6 meses de detenção.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa E
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 26

01 Pedro Paulo, em janeiro de 1996, deixou de recolher, no prazo legal, valor de tributo descontado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação tributária. Passado um mês, foi instaurado inquérito policial, mas antes do oferecimento da denúncia Pedro Paulo promoveu o pagamento do tributo. Vislumbra-se ter ocorrido:

- A) a incidência do arrependimento eficaz;
- B) o arrependimento posterior;
- C) a incidência de uma circunstância atenuante genérica;
- D) causa de extinção da punibilidade;
- E) desistência voluntária.

02 Carlos Alberto Filho, com vontade de lesionar, atira um instrumento contundente contra Pedro Paulo, errando e atingindo o seu próprio pai, Carlos Alberto, causando-lhe lesão corporal que o incapacitou para o exercício de suas ocupações habituais por 30 dias. Podemos afirmar que houve crime de:

- A)** lesão corporal leve;
- B)** lesão corporal grave com agravante;
- C)** lesão corporal grave sem agravante;
- D)** lesão corporal gravíssima sem agravante;
- E)** lesão corporal gravíssima com agravante.

03 Invadir, mediante concurso de duas pessoas, terreno alheio para o fim de esbulho possessório:

- A)** é crime de esbulho possessório previsto no Código Penal;
- B)** é crime de alteração de limites;
- C)** é crime de supressão possessória previsto no Código Penal;
- D)** é crime de usurpação possessória previsto no Código Penal;
- E)** não é crime previsto no Código Penal.

04 Jandira entregou em depósito a João das Neves 100 sacos de batatas, a fim de que este os restituísse 30 dias depois. João, de boa-fé, recebeu a mercadoria. Ultrapassado o prazo, João foi procurado por Jandira para que efetivasse a devolução do material que estava em seu poder, mas aquele, já agora de má fé, afirmou que não restituiria absolutamente nada. Pode-se concluir que:

- A)** houve crime de estelionato;
- B)** houve crime de apropriação indébita simples;
- C)** houve crime de apropriação indébita com incidência de qualificadora;
- D)** não houve crime;
- E)** ocorreu um crime de furto mediante fraude.

05 Continuar a exercer função pública depois de saber oficialmente que foi aposentado...:

- A)** é crime de exercício funcional prolongado, previsto no Código Penal;
- B)** não está incluído entre os crimes praticados por funcionário contra a administração em geral;
- C)** é crime de exercício funcional ilegal, previsto no Código Penal;
- D)** é crime de excesso de exação administrativa;
- E)** é crime previsto em lei especial e denominado de "usurpação de cargo público".

06 Exigir, para si, vantagem indevida, a pretexto de influir em servidor público que exerce cargo na Secretaria Municipal de Obras e ainda insinuar que a vantagem também se destina ao funcionário, é crime de:

- A)** extorsão;
- B)** corrupção passiva;
- C)** exploração de prestígio;
- D)** corrupção ativa;
- E)** tráfico de influência.

07 Quanto as causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

- A)** a reabilitação é causa extintiva;
- B)** a morte da vítima pode ser causa extintiva da punibilidade;
- C)** o casamento da vítima com terceiro, no crime de estupro com violência real extingue a punibilidade;
- D)** a retratação do agente no crime de favorecimento pessoal extingue a punibilidade;
- E)** todas as afirmativas acima estão incorretas.

08 Pedro Rangel, sócio de Carlos Augusto em uma escola de primeiro grau onde existem 2000 cadeiras escolares pertencentes a ambos em frações iguais, subtraiu dez cadeiras e entregou-as, como presente, a um amigo. Pedro Rangel:

- A)** praticou crime de furto de coisa comum;
- B)** praticou conduta atípica;
- C)** praticou conduta típica, embora exista uma causa de exclusão da culpabilidade;
- D)** praticou conduta típica, antijurídica, culpável, mas com escusa absolutória;

E) praticou conduta típica, embora exista causa de exclusão da antijuridicidade.

09 Acusar-se perante a autoridade policial de contravenção praticada por outrem é:

- A) crime de auto-acusação falsa;
- B) fato atípico;
- C) crime de denúncia caluniosa;
- D) crime de comunicação falsa de contravenção;
- E) falso testemunho.

10 O funcionário público Anátoles, que exerce cargo de agente administrativo, utilizou-se do serviço de pintura de seu subordinado Paulo, também funcionário público, levando-o por uma semana para a sua casa em Itaipava, onde o mesmo executou a pintura de todo o imóvel de seu superior hierárquico. Anátoles praticou:

- A) crime de peculato apropriação indébita;
- B) crime de peculato desvio;
- C) crime de peculato de uso;
- D) fato atípico;
- E) crime definido em lei especial.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 27

01 Considerando que a condenação produz efeitos secundários de natureza penal e extrapenal, indique, entre as hipóteses abaixo, aquelas que se enquadram no primeiro caso:

- A) aumento do prazo da prescrição executória, revogação do livramento condicional, revogação da reabilitação;
- B) aplicação de pena de multa, revogação do livramento condicional, revogação do sursis;
- C) pressuposto da reincidência, obrigação de reparar o dano resultante do crime confisco;
- D) aumento do prazo para a concessão da reabilitação, pressuposto da reincidência, perda do cargo ou função pública.

02 Manifestando-se sobre a incessante contravérsia em torno do caso em que o meio fraudulento para a locupletação ilícita constitui, em si mesmo, crime de falsidade, o notável Ministro NELSON HUNGRIA apresentou precisas conclusões, afirmando, inclusive, que no caso do falsum ser o único meio fraudulento empregado pelo agente, haverá:

- A) um concurso material, de falsum e estelionato;
- B) um só crime, o de falsidade;
- C) um só crime, o de estelionato, absorvendo o falsum;
- D) um concurso material, de falsum e estelionato.

03 Conforme os enunciados abaixo, indique, na seqüência correta, as causas de extinção da punibilidade previstas na legislação penal;

- I - o direito de ação não é exercido no prazo legal;
- II - em prazo legal fixado para a prática de determinados atos processuais, o autor da ação omite-se;
- III - antes de iniciada a ação, o ofendido expressa a desistência de interpô-Ia;
- IV - o autor da ação, durante o transcorrer desta, manifesta a sua vontade de não prosseguir no feito;
- A) decadência, - perdão - renúncia - perempção;
- B) decadência - perempção - perdão - renúncia;

- C) decadência - preempção - renúncia - perdão;
- D) preempção - decadência - renúncia - perdão.

04 As penas classificadas como restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária etc.) podem ser consideradas como:

- A) penas que só podem ser aplicadas desde que concedido o sursis;
- B) subsidiárias às penas privativas de liberdade;
- C) penas autônomas, aplicadas cumulativamente às privativas de liberdade;
- D) penas autônomas, substitutivas das penas privativas de liberdade.

05 O sistema trifásico, relativo à aplicação da pena, compreende a seguinte ordem:

- A) pena-base, causas de aumento e de diminuição, circunstâncias agravantes e atenuantes;
- B) pena-base, circunstâncias atenuantes e agravantes, causas de diminuição e de aumento;
- C) pena-base, causas de diminuição e de aumento, circunstâncias agravantes e atenuantes;
- D) pena-base, causas de aumento e de diminuição, circunstâncias atenuantes e agravantes.

06 O funcionário público que apenas exige para si vantagem indevida, em razão da função pública, sem que sua exigência, por circunstâncias alheias à sua vontade, seja satisfeita, pratica:

- A) concussão;
- B) ato indiferente ao direito penal;
- C) peculato na forma tentada;
- D) prevaricação na forma tentada.

07 Qual é a afirmação correta?

- A) A prescrição subsequente (ou superveniente) é espécie de prescrição da pretensão punitiva;
- B) A retratação cabal, antes da sentença, extingue o direito de punir, pela isenção da pena, na calúnia, difamação e injúria;
- C) Quem, com animus necandi, deflagra tiros em cadáver, supondo pessoa viva, incorre em erro sobre a ilicitude do fato;
- D) A respeito do tempus delicti, o nosso Código Penal, com a reforma de 1984, consagrou expressamente e adotou a teoria do resultado (do evento, ou do efeito).

08 Uma das causas relacionadas abaixo não interrompe a prescrição. Assinale-a:

- A) decisão confirmatória da pronúncia;
- B) pronúncia;
- C) sentença condenatória recorrível;
- D) acórdão confirmatório da condenação.

09 No erro de tipo essencial vencível (ou inescusável) a punibilidade subsiste a título de:

- A) dolo genérico;
- B) dolo específico;
- C) culpa;
- D) dolo eventual.

10 A suspensão condicional da pena privativa de liberdade - sursis - em regra cai sobre pena não superior a dois (2) anos. Excepcionalmente, poderá recair sobre pena superior, não excedente, porém, a quatro (4) anos. Isso se verifica, quando:

- A) o condenado for semi-imputável;
- B) o condenado reparou integralmente o dano proveniente do crime;
- C) o condenado for menor de vinte e um (21) anos de idade;
- D) o condenado for maior de setenta (70) anos de idade.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa D

Direito Penal 28

- 01** À luz da Lei n.º 6.368/76, a conduta de quem induz alguém a usar entorpecente
- A)** está expressamente prevista, dentre os subtipos do artigo 16, equiparando a conduta daquele que assim age, com a do usuário da droga.
 - B)** está implícita no texto do artigo 16, que trata do usuário da droga.
 - C)** não está prevista como figura penal autônoma podendo, porém, ser entendida como uma das formas de "expor à venda ou oferecer" prevista como tráfico (art. 12 e seus §§).
 - D)** está nela expressamente prevista e equiparada em termos de pena, como uma das formas de tráfico (artigo 12 e seus §§).
- 02** Estudando a Lei das Contravenções Penais, verificamos que nela
- A)** é cabível a figura do "sursis" mas não a do livramento condicional, face a natureza de suas penas.
 - B)** são cabíveis as figuras do "sursis" e do livramento condicional.
 - C)** é cabível a figura do livramento condicional mas não a do "sursis", face a natureza de suas penas.
 - D)** não são cabíveis as figuras do livramento condicional e do "sursis", face a natureza de suas penas.
- 03** A hipótese do alegado "desconhecimento da lei", aparece em nosso Código Penal,
- A)** no artigo correspondente à figura do erro de tipo.
 - B)** apenas no artigo correspondente ao erro de proibição.
 - C)** no artigo correspondente à figura do erro de proibição e também nas "circunstâncias atenuantes"
 - D)** no rol das circunstâncias agravantes.
- 04** Em termos de prescrição, a sentença absolutória, da qual o Ministério Público apela, pleiteando a condenação do réu,
- A)** interrompe o prazo da prescrição superveniente.
 - B)** interrompe o prazo da prescrição retroativa.
 - C)** não interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
 - D)** interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- 05** No Título XI, da Parte Especial, de nosso Código Penal, onde são elencados os crimes contra a administração pública, a forma culposa aparece
- A)** nos crimes de peculato e de facilitação de contrabando ou descaminho.
 - B)** apenas no crime de peculato.
 - C)** nos crimes de peculato e de usurpação de função pública.
 - D)** nos crimes de peculato e de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.
- 06** Em caso de conflito aparente de normas, será pertinente a aplicação do princípio da consunção
- A)** ao crime progressivo, à progressão criminosa, ao crime complexo.
 - B)** se a comparação for entre normas e não entre fatos.
 - C)** apenas se o fato for resultante da fusão de dois ou mais crimes autônomos.
 - D)** somente ao crime progressivo.
- 07** De acordo com o nosso Código Penal, deve ser punida a tentativa de furto, porque
- A)** sendo idônea, afeta a segurança jurídica, em seu aspecto objetivo.
 - B)** trata-se de delito incompleto, mas com tipicidade subjetiva completa.
 - C)** embora inidônea, causa perigo ao bem juridicamente tutelado.
 - D)** trata-se do delito incompleto punível apenas por ficção jurídica.
- 08** O agente condenado anteriormente, pela prática de ilícito penal, não será considerado reincidente ao cometer novo delito, quando
- A)** condenado anteriormente pela prática de contravenção, praticar nova contravenção.
 - B)** condenado definitivamente pela prática de contravenção, cometer um crime.

- C) for condenado por crime culposo e praticou novo crime, este doloso.
- D) condenado por crime, vier a praticar contravenção penal.

09 No crime de ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (artigo 208, CP). Entende-se por objeto de culto.

- A) todos os objetos que representem a consagração da fé.
- B) todas as imagens e símbolos que sejam associados a algum culto.
- C) os objetos que tenham sido consagrados ou que já tenham sido utilizados em algum culto.
- D) os objetos que representam a crença judaica-cristã, protegidos pelo legislador pátrio.

10 São elementos do crime culposo, sem os quais haverá fato atípico

- A) descumprimento de dever de cuidado, previsibilidade objetiva e resultado involuntário.
- B) conduta voluntária, previsibilidade subjetiva e descumprimento do dever de cuidado.
- C) conduta e resultado voluntários, previsibilidade subjetiva e tipicidade.
- D) negligência, imperícia e imprudência, conduta involuntária e nexa causal.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Penal 29

01 Altamiro Olegário, único filho de Lucrécia, com 20 (vinte) anos de idade, desejava apoderar-se do patrimônio de sua genitora. Para tanto planejou sua morte. Deflagrou toda a carga do seu revólver, sem acertar o alvo (Lucrécia), contudo, um dos projetis atingiu mortalmente a governanta que, aturdida pelos disparos, adentrara no recinto.

- A) Altamiro Olegário deve ser pronunciado e finalmente condenado como autor de homicídio simples (artigo 121, caput), do Código Penal, eis que a ofensa se deu a bem jurídico diverso do pretendido, aberratio delicti.
- B) Altamiro Olegário deve ser pronunciado e finalmente condenado como autor de homicídio qualificado (artigo 121, § 2º, II), eis que se trata de erro de execução, atraindo, o mandamento contido no artigo 73, aplicando-se a seu favor a atenuante genérica prevista no artigo 65, inciso I, e a agravante prevista no artigo 61, II, "e", todos do Código Penal.
- C) Altamiro Olegário deve ser pronunciado e finalmente condenado como autor de homicídio simples (artigo 121, caput), sem qualquer agravante, sendo certo que a pena há de ser atenuada ante a regra do artigo 65, I, do Código Penal.
- D) Altamiro Olegário deve ser pronunciado e finalmente condenado como autor de homicídio qualificado, (artigo 121, § 2º, II, C.P.), sem qualquer agravante, sendo certo que a pena há de ser atenuada ante a regra do artigo 65, I, do Código Penal.

02 Aprígio Alencar, com 69 (sessenta e nove) anos de idade e, Xavier Melão, com (dezenove) anos de idade, no dia 10 de janeiro de 1999, por volta das 23 horas, encontraram aberto o portão da chácara OLHO DE BOTO e dali subtraíram valioso reprodutor bovino, conduzindo-o até a feira livre de Paracatu - MG, onde venderam o animal e ratearam entre si o dinheiro dali decorrente. Tudo restou devidamente apurado pela autoridade policial, no prazo de 30 (trinta) dias. O Promotor de Justiça ofereceu modelar denúncia e, finalmente, no dia 10 de abril de 2001, o Doutor Juiz proferiu escorreita sentença.

- A) Aprígio Alencar e Xavier Melão certamente foram condenados como autores de furto qualificado e, a pena-base não pode ter sido inferior a 3 (três) anos porque o produto do crime foi transportado para

outro Estado. A favor de um e de outro há de ser aplicada a atenuante genérica, eis que Aprígio Alencar, no dia em que a sentença foi exarada já contava mais de setenta anos de idade e, Xavier Melão, no dia do fato, ainda não havia completado 21 anos de idade.

B) Aprígio Alencar e Xavier Melão certamente foram condenados como autores de furto qualificado e, a pena-base não pode ter sido inferior a 3 (três) anos porque o produto do crime foi transportado para outro Estado. Houve necessário aumento de pena porque o fato ocorreu durante o repouso noturno. Não houve aplicação de qualquer atenuante, eis que no dia do fato Aprígio Alencar contava menos de 70 (setenta) anos e, no dia em que a sentença foi exarada, Xavier Melão já havia completado 21 (vinte e um) anos de idade.

C) Aprígio Alencar e Xavier Melão certamente foram condenados como autores de furto qualificado, com a aplicação de penas de reclusão e multa, variando a pena-base entre 2 (dois) e 8 (oito) anos. A favor de um e de outro a de ser aplicada a atenuante genérica, eis que Aprígio Alencar, no dia em que a sentença foi exarada já contava mais de 70 (setenta) anos de idade e, Xavier Melão, no dia do fato, ainda não havia completado 21 anos de idade.

D) Aprígio Alencar e Xavier Melão certamente foram condenados como autores de abigeato ou furto de semovente. Mas, porque primários, o juiz houve por bem substituir a pena de reclusão pela de detenção e como havia aplicado a atenuante genérica prevista no artigo 65, I, do Código Penal, a pena definitiva privativa de liberdade imposta a cada um deles ficou inferior a dois anos.

03 Alfredo Janarino, servidor do Distrito Federal, encarregado de almoxarifado, na primeira quinzena de abril de 1993, apoderou-se de 100 (cem) velhas máquinas de escrever de que era guardião, fazia mais de três anos. Pacheco Custódio, inspetor geral dos almoxarifados do Distrito Federal, no exercício regular do seu mister, tomou conhecimento do fato antes do final daquele mês. Todavia, indulgentemente, considerando que Alfredo Janarino contava mais de 34 (trinta e quatro) anos de serviço público sem registro de qualquer falta em seus assentamentos pessoais, considerando ainda que se lhe fosse aplicada a penalidade que a espécie reclamava, seria Janarino atirado na "rua da amargura", sem qualquer emprego, e, finalmente, considerando que as máquinas de escrever estavam praticamente em desuso, ante o parque de informática instalado, não adotou qualquer providência. Sobreveio a crise e, para economizar energia elétrica, o Secretário de administração mandou reativar as máquinas de escrever. Daí, tudo restou devidamente apurado até o final de maio de 2001.

A) Alfredo Janarino deve ser enquadrado como autor de peculato e, finalmente condenado, nos moldes das penalidades previstas no artigo 312 do Código Penal, enquanto Pacheco Custódio há de ser enquadrado e finalmente condenado como autor do crime de prevaricação, artigo 319 do Código Penal.

B) Alfredo Janarino deve ser enquadrado como autor de peculato e, finalmente condenado, nos moldes das penalidades previstas no artigo 312 do Código Penal, enquanto Pacheco Custódio há de ser enquadrado e, finalmente condenado, como autor do crime de condescendência criminosa, artigo 320 do Código Penal e cumprir a pena eis que nada há que a defesa possa alegar em seu favor.

C) Alfredo Janarino deve ser enquadrado como autor de peculato e, finalmente condenado, nos moldes das penalidades previstas no artigo 312 do Código Penal, enquanto Pacheco Custódio há de ser enquadrado como autor do crime de condescendência criminosa, artigo 320 do Código Penal, contudo, a seu favor há de ser decretada a prescrição, eis que já escoados mais de 4 (quatro) anos a partir da data do fato considerado ilícito.

D) Tanto Alfredo Janarino quanto Pacheco Custódio não devem sofrer penalidade alguma. Os bens eram absoletos, quase lixo, e por isto mesmo, Alfredo Janarino incidiu em erro plenamente justificável. Já a conduta de Pacheco Custódio só louvores merece, eis que bem se vê, trata-se de homem bom, indulgente, preocupado com o sofrimento do próximo.

04 Pedro Pavão, absolutamente consciente, emitiu cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado. Recebida a denúncia e praticamente encerrada a instrução, o advogado de Pedro Pavão carregou para os autos a prova de que o pagamento correspondente ao cheque que motivara a ação penal havia sido efetuado, com todos os acréscimos legais. O Juiz, na oportunidade da sentença considerará esse fato como causa:

A) De isenção de pena.

B) De extinção de punibilidade.

C) De conversão da pena privativa de liberdade em penas de multa.

D) As alternativas "A", "B" e "C" estão erradas. Sabidamente, o Supremo Tribunal Federal proclamou através de súmula que o pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o

recebimento da denúncia, não obsta o prosseguimento da ação penal.

05 Aumenta-se a pena de um terço até a metade, se o crime de extorsão (artigo 158 do Código Penal):

- A)** É cometido por duas ou mais pessoas, e com emprego de armas, necessariamente.
- B)** É cometido por duas ou mais pessoas, e durante o repouso noturno.
- C)** É cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de armas.
- D)** É cometido por duas ou mais pessoas armadas e contra menores.

06 Constitui requisito subjetivo do estado de necessidade:

- A)** Consciência do agente da situação de perigo e de agir para evitar a lesão.
- B)** Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo.
- C)** Não haver sido o perigo voluntariamente provocado pelo agente.
- D)** Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado.

07 Pablo Pantera, em momento de desespero, ateou fogo ao barraco de madeira e papelão, da sua propriedade, onde residia sozinho, barraco esse situado em favela, portanto ladeado por outros da mesma estrutura física. O barraco de Pablo Pantera reduziu-se a um monte de cinzas. Graças a um cidadão adestrado para dar combate a fogo, o local foi devidamente isolado, não ocorrendo qualquer outra lesão, quer pessoal, quer material. Até mesmo certa anciã que se achava presa a sua cadeira de rodas foi retirada das imediações onde ocorreu o incêndio, sem qualquer arranhão.

- A)** Trata-se de crime contra a paz pública, eis que Pablo Pantera causou incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física e o patrimônio de outras pessoas.
- B)** Trata-se fato atípico, pois Pablo Pantera destruiu barraco da sua propriedade e, nos precisos termos do artigo 163 do Código Penal, para que reste configurado o crime de dano, o agente há de destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.
- C)** Trata-se de crime contra o patrimônio, dano qualificado, porque com emprego de fogo, sem atentar o agente para o fim social da propriedade.
- D)** Trata-se de crime contra a incolumidade pública eis que Pablo Pantera causou incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física e o patrimônio de outras pessoas e, como o bem incendiado destinava-se a habitação, as penas a ele impostas não de ser aumentadas de um terço.

08 Afonso Arcanjo, engenheiro civil, era responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Vermelho. Descurrou-se quanto ao controle do material empregado e não fez nenhuma inspeção durante todas as etapas da obra, até porque o mestre-de-obras era seu irmão, com mais de 15 (quinze) anos de experiência. O que é certo é que o mestre-de-obras terminou aceitando lingotes já comprometidos pela ferrugem. No dia da inauguração a ponte ruiu, causando ferimentos leves em 5 (cinco) pessoas, uma delas com apenas 13 (treze) anos de idade. O mestre-de-obras irmão de Afonso Arcanjo, veio a falecer esmagado por uma pilastra. Afonso sofreu grave ferimento e, finalmente, tivera a mão direita amputada.

- A)** Cuida-se da ocorrência de crimes dolosos, em concurso formal, porque Afonso Arcanjo, deixando de inspecionar a obra, e os materiais empregados, como era do seu dever, assumiu o risco de produzir aquele resultado.
- B)** Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. Contudo, considerando que as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma tão grave, o juiz pode deixar de aplicar a pena.
- C)** Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. Contudo, considerando que as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma tão grave, o juiz deve deixar de aplicar a pena.
- D)** Cuida-se da ocorrência de crimes culposos, em concurso formal porque Afonso Arcanjo foi negligente, confiando na experiência do mestre-de-obras, deixou de inspecionar a obra e os materiais empregados, como era do seu dever. A toda evidência, as conseqüências da infração atingiram Afonso Arcanjo de forma muito grave, mesmo assim, o juiz não pode deixar de aplicar a pena porque uma das vítimas contava menos de 14 (quatorze) anos de idade.

09 A lei posterior, que de qualquer modo favorece o agente:

- A)** Aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em

julgado.

B) Aplica-se aos fatos anteriores, mesmo havendo sentença condenatória, desde que não tenha transitado em julgado.

C) Aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, desde que não se trate de crime hediondo.

D) Aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória, mas ainda tramitando recurso interposto pela defesa.

10 Gasparina do Alentejo, movida por ciúme, pretendia matar Geni do Ribatejo. Adquiriu, na Casa do Fazendeiro, mortífero veneno. Convidou Geni para o chá vespertino. Colocou dois recipientes com açúcar sobre a mesa, sendo certo que, segundo seu juízo, aquele mais próximo de Geni continha açúcar mesclado com o mortífero veneno. Gasparina enganou-se. O recipiente que continha a mescla de açúcar e veneno permaneceu no armário. Porque Gasparina, logo após Geni despedir-se, "bateu com a língua nos dentes", vangloriando-se que contava com a certeza de sua morte, dentro do menor espaço de tempo, o fato chegou ao conhecimento da autoridade policial que tudo apurou, inclusive identificou, apreendeu e mandou realizar a perícia, constatando, finalmente, que havia no armário de Gasparina, um recipiente contendo a mescla de açúcar e veneno. Pode-se dizer:

A) Houve tentativa de homicídio qualificado.

B) Trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.

C) Trata-se de crime impossível por absoluta impropriedade do objeto.

D) Trata-se de erro de execução, irrelevante. Por isto mesmo, Gasparina deve responder pela tentativa de homicídio qualificado, eis que iniciada a execução e somente não se consumou por circunstância alheia à sua vontade.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa B

Direito Penal 30

01 Marque a alternativa correta:

A) A "vacatio legis" constitui um lapso temporal entre a votação e a efetiva vigência da lei.

B) A "abolitio criminis", em virtude de surgimento de lei nova, apaga os efeitos civis da prática delituosa do sujeito que foi definitivamente condenado antes dela.

C) Em face do princípio da retroatividade de lei mais benigna, a lei anterior mais severa possui "ultra-atividade".

D) A "novatio legis" não constitui fato jurídico extintivo da punibilidade.

E) todas as alternativas acima NÃO estão corretas.

02 Pelo princípio da responsabilidade pessoal, o agente pode ser punido

A) pelo seu alto grau de periculosidade.

B) pela sua conduta.

C) pelos seus antecedentes desabonadores.

D) pelas circunstâncias agravantes e atenuantes.

E) pela intenção de praticar o delito.

03 O fazendeiro Horacius, grande proprietário de terras, tornou-se inimigo de seu vizinho Eufrates por problemas relacionados com desvio de um córrego que passava em sua fazenda. Resolvendo eliminá-lo, contratou dois pistoleiros, mediante paga, para emboscá-lo e assassiná-lo. Efetuado o pagamento, Eufrates foi morto com vários tiros de arma de fogo de grosso calibre. Os pistoleiros foram presos em

flagrante e o fazendeiro teve sua preventiva decretada. Assinale a alternativa correta.

- A)** No homicídio qualificado, como no caso, só os executores do crime respondem pela qualificadora da emboscada.
- B)** Sendo Horacius o mandante do crime, exige a co-autoria a prática de execução de sua parte, sendo necessária a sua presença no local do crime.
- C)** Pela teoria extensiva, haverá diferença entre participação principal e participação acessória e entre auxílio necessário e auxílio secundário.
- D)** Na espécie, Horacius pode ser considerado como partícipe, porque não praticando atos executórios do crime de homicídio, concorreu de qualquer modo para a sua realização.
- E)** Não haverá diferença entre "societas criminis" e "societas in crimine", porque o evento é indivisível e todas as circunstâncias para a sua produção se equivalem.

04 O taxista Sinfrônio estava prestando socorro a uma pessoa que machucara a perna no jogo de futebol, levando-a para o hospital. Contudo, ao atravessar um cruzamento, ignorando a placa estatigráfica de parada obrigatória, seu veículo veio a ser abalroado por uma carreta que transitava na rua da direita que adentrava no cruzamento, vindo a ocasionar a morte da conduzida. Em relação ao taxista, marque a alternativa correta.

- A)** Praticou homicídio com dolo eventual, pois ao atravessar o cruzamento desconsiderou a placa e assumiu o risco de produzir o resultado.
- B)** Agiu em estrito cumprimento do dever legal.
- C)** Agiu em estado de necessidade.
- D)** Agiu com imprudência.
- E)** Agiu com imperícia.

05 Marque a alternativa correta numa das situações.

- A)** No peculato, a qualidade funcional ativa imposta pelo tipo comunica-se aos demais participantes, no caso de concurso de pessoas, mas excetuando-se os particulares.
- B)** No crime contra os costumes, a mãe da vítima, pobre no sentido legal, somente tem qualidade para oferecer representação com a autorização do marido.
- C)** A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido o seu recurso, regula-se pela pena imposta e pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.
- D)** O conceito de licitude ou ilicitude, de jurídico ou injurídico, não é conceito geral válido para todo o ordenamento jurídico.
- E)** No crime de prevaricação, provado que o sujeito, ao tempo do fato, não era funcionário público, desaparece a prevaricação e surge o exercício arbitrário das próprias razões.

06 Sobre os crimes hediondos, previstos na Lei 8.072/90, marque a única alternativa correta.

- A)** Extorsão mediante seqüestro e roubo.
- B)** Atentado violento ao pudor e estupro.
- C)** Epidemia com resultado morte e peculato praticado por prefeito municipal.
- D)** Latrocínio, estupro e concussão.
- E)** Prática de tortura, extorsão qualificada pela morte e sedução.

07 Dois ladrões chegaram de carro em frente a uma residência para a prática de crime de furto. Porém, antes de descerem do veículo, foram obstados pela polícia, que os observava, e, levados para a Delegacia, lavrou-se o auto de prisão em flagrante. Em relação aos agentes, marque a alternativa correta.

- A)** Desistiram voluntariamente da prática do delito.
- B)** Praticaram tentativa de furto pelo concurso de duas pessoas.
- C)** A intenção dos agentes constitui mero ato preparatório impunível.
- D)** Iniciaram a prática de crime de furto que não se consumou por circunstâncias alheias à vontade dos agentes, face à chegada da polícia.
- E)** Dada a vontade deliberada de praticarem o delito, devem ser devidamente punidos pela tentativa.

08 Marque a alternativa correta.

- A)** A isenção de pena não atinge o cônjuge que comete crime contra o patrimônio do casal, na constância da sociedade conjugal.
- B)** Desnecessária a representação se o crime patrimonial é praticado contra irmão legítimo ou

ilegítimo.

C) Para a concessão do perdão judicial é indispensável o prévio reconhecimento da culpa do agente e respectiva condenação, somente não se aplicando a pena em face de justificadas circunstâncias.

D) O Ministério Público é parte legítima para oferecer denúncia em casos de crime contra a honra de ex-prefeito municipal, independentemente de representação deste.

E) Se o crime de extorsão mediante seqüestro é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá extinta a sua punibilidade.

09 Para que a medida de segurança seja aplicada, é necessário

A) que o réu tenha cometido um ilícito penal punível.

B) que, sendo o agente imputável, torna-se imprescindível a prévia imputação de periculosidade na peça exordial acusatória.

C) que seja o réu maior de 21 anos para que possa ser internado ou submetido a tratamento ambulatorial, no prazo mínimo de 1 a 3 anos.

D) que a internação persista após a extinção da punibilidade.

E) que a internação ou tratamento ambulatorial seja sempre por tempo determinado.

10 Para a fixação da pena-base, o juiz deve considerar

A) as circunstâncias atenuantes e agravantes e as causas de diminuição e de aumento.

B) a reincidência, se a condenação anterior data de menos de 5 anos, e a menoridade do réu.

C) circunstâncias judiciais previstas no Código Penal.

D) a fixação da pena de multa, atendendo à situação econômica do réu.

E) a substituição da pena privativa de liberdade não superior a 6 meses de detenção.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa E

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa E

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa C

Direito Penal 31

01 Assinale a alternativa correta.

A) É admissível a tentativa na contravenção de vias de fato.

B) O transporte, sem a intenção de uso, de arma branca fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade, não configura a contravenção penal de porte ilegal de arma.

C) Não são aplicáveis às contravenções penais as medidas de segurança previstas no Código Penal.

D) A principal pena privativa de liberdade prevista para as contravenções penais é a de detenção.

02 O agente que, executando um roubo mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, atira na vítima e, por "aberratio ictus", mata o comparsa, comete

A) crimes de roubo qualificado e de homicídio doloso, em concurso material.

B) crimes de roubo qualificado e de homicídio culposo, em concurso material.

C) latrocínio tentado.

D) latrocínio consumado.

03 Para a consumação do crime de estupro, é exigida(o)

A) a introdução completa do pênis na vagina da vítima.

B) a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, com ejaculação.

C) somente a introdução parcial do membro viril na vagina da ofendida.

D) rompimento do hímen.

04 A medida de segurança, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento

psiquiátrico, imposta aos agentes inimputáveis absolvidos com base no artigo 26 do Código Penal, dar-se-á

- A) por tempo indeterminado, perdurando enquanto persistir a periculosidade do agente.
- B) por prazo determinado, que o juiz fixará na sentença.
- C) pelo prazo da pena mínima cominada ao crime cometido.
- D) pelo prazo que a perícia médica entender suficiente.

05 O agente que pratica crimes, em continuidade delitiva, antes e depois de atingir a maioridade penal,

- A) não responde por nenhum dos crimes.
- B) responde por todos os crimes.
- C) responde somente pelos crimes posteriores.
- D) responde apenas pelo último crime.

06 Suponha-se que um médico, ante iminente perigo de vida, pratique uma intervenção cirúrgica arbitrariamente, ou seja, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal. O seu comportamento deve ser considerado

- A) crime de lesão corporal culposa.
- B) atípico.
- C) crime de constrangimento ilegal.
- D) crime de lesão corporal dolosa.

07 Assinale a alternativa correta.

- A) Na detração penal não se computa, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão administrativa determinada pela autoridade judiciária.
- B) Na segunda fase da operação de dosagem da pena, após fixar a pena-base, deve o juiz levar em consideração as causas de diminuição e de aumento.
- C) No concurso formal e no crime continuado, a dosagem da multa segue o mesmo critério adotado para a pena privativa de liberdade.
- D) A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

08 O agente que, ao ver um criminoso passar algemado e escoltado, bate-lhe acaloradas palmas, pratica

- A) crime de apologia de criminoso.
- B) delito de incitação ao crime.
- C) contravenção penal de conduta inconveniente.
- D) conduta atípica.

09 Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a.

- A) Nos crimes falimentares, a prescrição da pretensão punitiva é de dois anos.
- B) Constitui forma típica qualificada de porte ilegal de arma de fogo o fato de o agente possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- C) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes, estando comprovado que o réu praticou o delito e é semi-imputável, cumpre ao juiz absolvê-lo e aplicar-lhe medida de segurança.
- D) Nos crimes de sonegação fiscal, o pagamento do tributo posteriormente à denúncia não extingue a punibilidade do agente.

10 O agente que solicita dinheiro com a desculpa fantasiosa de que irá influenciar o juiz na decisão de uma causa comete crime de

- A) exploração de prestígio.
- B) corrupção passiva.
- C) tráfico de influência.
- D) advocacia administrativa.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa D
Questão 3 alternativa C
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa C
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa A
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa A

Direito Penal 32

01 Em folha em branco do receituário médico José da Silva, que por acaso lhe veio às mãos, o operário Marcos inseriu falso atestado sobre o seu estado de saúde e falsificou a assinatura do Dr. José. Posteriormente, fez uso deste atestado médico falso, entregando-o a seu empregador para abono de falta do mês. Em tese, a conduta de Marcos configura um crime de:

- A)** falsidade de documento particular (art. 298 do C.P.)
- B)** falsidade ideológica (art. 299 do C.P.)
- C)** uso de documento falso (art. 304 do C.P.)
- D)** falsidade de atestado médico (art. 302 do C.P.)

02 O princípio da reserva legal significa que:

- A)** só a lei anterior pode determinar o que é crime e prever a sanção cabível.
- B)** o autor de um fato delituoso só pode ser julgado pelo Juiz competente.
- C)** o Juiz pode aplicar o fato delituoso em julgamento a lei que lhe parecer mais justa.
- D)** o autor de um fato delituoso só pode ser julgado através do processo legal.

03 Pedro, João e José estavam em um barco em alto mar. Sem motivo justo, João agrediu José e ambos entraram em luta corporal, comprometendo a estabilidade do barco, que ameaçava virar, colocando em perigo a integridade física e a vida de Pedro, que não sabia nadar. Com a intenção e a finalidade de evitar que o barco virasse, Pedro empurrou João, que continuava desferindo socos em José, para fora da embarcação, tendo o mesmo sofrido lesões corporais em razão de sua queda na água. Em tese, Pedro agiu em:

- A)** legítima defesa própria.
- B)** estado de necessidade.
- C)** exercício regular de um direito.
- D)** legítima defesa de terceiro.

04 Em processo por crime de furto ocorrido em 10 de maio de 1994, a denúncia foi recebida em 20 de junho de 1994 e a sentença condenatória, impondo a pena de um ano de reclusão, foi publicada em 23 de maio de 1995. Dela recorreu apenas o réu, que completou setenta anos de idade em 30 de novembro de 1996, sendo esta apelação julgada em 23 de maio de 1997. É de se reconhecer que:

- A)** ocorreu a prescrição retroativa da pretensão punitiva.
- B)** ocorreu a prescrição subsequente ou intercorrente da pretensão executória.
- C)** não ocorreu prescrição.
- D)** ocorreu a prescrição subsequente ou intercorrente da pretensão punitiva.

05 Mário negociou a aquisição de um carro com Joaquim, dando como pagamento um cheque, tendo sido estabelecido entre ambos que o veículo e seus documentos só seriam entregues a Mário após a liquidação do título pelo banco sacado. Apresentado o cheque por Joaquim, foi ele devolvido por falta de fundos e por estar encerrada a respectiva conta corrente. Em tese, a conduta de Mário:

- A)** tipifica-se no art. 171, § 2º, VI do C.P. (fraude no pagamento por meio de cheque).
- B)** tipifica-se no art. 171 "caput" do C.P. (estelionato consumado).
- C)** é atípica.
- D)** tipifica-se no art. 171 "caput" c.c.14, II do C.P. (tentativa de estelionato).

06 Segundo a teoria tradicional ou tridimensional, os elementos essenciais do crime são:

- A)** o agente, a vítima e o objeto jurídico.
- B)** o fato típico, a antijuricidade e a culpabilidade.

- C) o objeto jurídico, o objeto material e o resultado.
- D) a ilicitude, o dolo e a culpa.

07 Assinale a alternativa correta:

- A) As penas previstas no Código Penal são a de reclusão, a detenção e a multa e as acessórias são as restritivas de direito.
- B) A pena restritiva de direito será aplicada direta e originariamente pelo Juiz, em casos de condenação do réu, quando entender ser ela suficiente como reprimenda.
- C) A pena de multa não paga pelo condenado solvente será convertida em detenção.
- D) As penas restritivas de direitos são autônomas e, em determinadas circunstâncias, substituem as privativas de liberdade em casos de condenação.

08 Agindo sozinho e sem emprego de arma, Paulo abordou Carlos e,, mediante violência física, subtraiu-lhe o carro, mantendo-o amordaçado dentro do porta-malas. Levou-o consigo, medida necessária para garantir a subtração, restringindo-lhe assim, durante cerca de duas horas, a liberdade. Em tese, a conduta de Paulo configura:

- A) um crime de roubo simples, absorvido por este o de seqüestro.
- B) um crime de roubo simples e um de seqüestro em concurso material.
- C) um crime de roubo simples qualificado.
- D) um crime de roubo simples e um de seqüestro em concurso formal.

09 Assinale a alternativa correta:

- A) No crime de rapto mediante violência, o casamento do agente com a vítima é causa de extinção de sua punibilidade.
- B) No crime de estupro cometido mediante violência real, o casamento da ofendida com terceiro é causa de extinção de punibilidade, caso ela não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal em sessenta dias.
- C) No crime de sedução, o concubinato entre o agente e a vítima é causa de extinção de sua punibilidade.
- D) Em qualquer crime contra os costumes, o casamento do agente com a vítima é causa de extinção de punibilidade.

10 Assinale a alternativa correta:

- A) O arrependimento eficaz (art. 15 do C.P.) sempre torna atípica a conduta do agente.
- B) O arrependimento posterior (art. 18 do C.P.) tem como consequência a redução de pena e tem cabimento em crimes de qualquer natureza.
- C) A desistência voluntária (art. 15 do C.P.) e o arrependimento eficaz do agente, para que o beneficiem, devem ocorrer antes do resultado típico e o arrependimento posterior até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- D) A desistência voluntária do agente, para beneficiá-lo, deve ocorrer antes do resultado típico e os arrependimentos eficaz e posterior até o recebimento da denúncia ou da queixa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 33

01 É correto dizer-se que, quando o agente provoca lesões corporais, uma de natureza grave e outra de natureza gravíssima, contra a mesma vítima, num mesmo contexto de ação, ocorre

- A) concurso formal.
- B) crime continuado.
- C) concurso material.
- D) crime único.

02 Se o agente lesiona levemente a vítima, sabendo de seu estado de gravidez, e esta vem a abortar em virtude da ação do réu, o agente responderá por

- A) lesões leves.
- B) lesões gravíssimas.
- C) lesões graves.
- D) perigo para a vida ou à saúde de outrem.

03 Se o agente, após o abandono e conseqüente exposição do abandonado a perigo concreto, reassume o dever de assistência, ocorre

- A) arrependimento eficaz.
- B) desistência voluntária.
- C) arrependimento posterior.
- D) consumação de crime de abandono de incapaz.

04 O agente que, dolosamente, impede o socorro ao suicida que se arrependera do ato extremado e tentava buscar auxílio, comete

- A) crime de omissão de socorro.
- B) crime de homicídio.
- C) crime de induzimento ao suicídio.
- D) fato penalmente irrelevante.

05 É incorreto afirmar-se que

- A) para a realização do aborto sentimental, é prescindível a existência de autorização judicial.
- B) o namorado que acompanha a gestante que deseja abortar ou paga o aborto criminoso, a pedido dela, comete o crime de auto-aborto na condição de co-autor.
- C) em caso de aborto necessário feito por médico, nenhum crime pratica a enfermeira que o auxiliou.
- D) para a realização do aborto necessário é prescindível o consentimento da gestante ou de seus familiares.

06 Inexistindo médico em uma longínqua fazenda, é correto dizer-se que, no caso de aborto necessário feito por enfermeira, sem o consentimento da vítima,

- A) é aplicável ao caso a causa de exclusão de criminalidade prevista como aborto necessário.
- B) a enfermeira comete o crime de aborto sem o consentimento da gestante.
- C) a enfermeira deve ser absolvida pela justificativa do estado de necessidade de terceiro.
- D) a enfermeira é beneficiada pelo reconhecimento do exercício regular de direito.

07 Se o partícipe instiga outrem a praticar um crime de homicídio, mas durante a execução do ataque quis impedir que o resultado se produzisse, porém sem sucesso,

- A) é reconhecível a desistência voluntária.
- B) é reconhecível o arrependimento eficaz.
- C) é reconhecível o arrependimento posterior.
- D) beneficia-se pela participação de menor importância.

08 É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

- A) comete o crime de homicídio.
- B) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.
- C) age sob a égide do exercício regular de direito.
- D) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

09 É incorreto afirmar-se que

- A) o simples emprego de veneno qualifica sempre o crime de homicídio.
- B) o autor intelectual, inciente de que o executor material irá torturar a vítima antes de tirar-lhe a vida, não responderá pela qualificadora do emprego de meio cruel.

C) é admissível a tentativa de induzimento a suicídio quando a vítima não ultima o ato suicida, mas apenas sofre lesões corporais de natureza grave.

D) quem induz ou instiga um menor sem compreensão a matar-se, comete o crime de homicídio e não o crime de indução a suicídio.

10 O agente instiga a gestante a fazer auto-aborto mediante curetagem e esta vem a falecer em virtude das manobras abortivas, sem que o agente quisesse o evento morte da gestante. Nessa hipótese, o agente responderá

A) apenas pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe.

B) pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe e homicídio culposo.

C) pelo crime de auto-aborto, qualificado pela morte da gestante.

D) apenas pelo crime de auto-aborto como co-autor.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa B

Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa B

Direito Penal 34

01 Na tentativa de um crime, o Código Penal prevê a diminuição de um a dois terços da pena correspondente ao crime consumado. O critério fundamental para o Juiz efetuar tal redução é

A) avaliar os bons antecedentes do réu.

B) considerar a gravidade do delito cometido.

C) levar em conta o 'iter', ou o caminho percorrido pelo agente, na execução da tentativa.

D) ponderar a intensidade do dolo.

02 Bentinho, personagem do romance "Dom Casmurro", de Machado de Assis, desconfiado do adultério de Capitu, resolve oferecer uma xícara de café com veneno ao filho Ezequiel, mas recua no momento em que a criança abre a boca para tomar a bebida. O preceito da lei penal em que se enquadraria a conduta de Bentinho é

A) tentativa de homicídio qualificado.

B) arrependimento eficaz.

C) tentativa de homicídio privilegiado.

D) desistência voluntária.

03 Assinale a alternativa que indica, corretamente, a situação em que o curso da prescrição da pretensão punitiva não fica suspenso.

A) Enquanto não for resolvida, noutra processo, questão de que depende o reconhecimento da existência do crime.

B) Enquanto o réu cumpre pena em país estrangeiro.

C) Enquanto se processa o incidente de insanidade mental do acusado.

D) Enquanto o réu, citado por edital, não comparece em Juízo, nem constitui advogado.

04 Severino, ao retornar para sua casa, à noite, dispara uma arma de fogo na direção de Paulo, para assustá-lo, sem contudo atingi-lo com o tiro. Que infração penal teria ele cometido?

A) Contravenção de disparo de arma de fogo.

B) Tentativa branca de lesão corporal.

C) Perigo para a vida ou saúde de outrem.

D) Crime de arremesso de projétil.

05 Durante uma partida de futebol, que terminou num conflito entre jogadores, o torcedor Raimundo

invade o campo e passa a distribuir socos e pontapés nos contendores, um dos quais vem a sofrer ferimentos graves, causados por outra pessoa envolvida no tu multo. A infração penal cometida por Raimundo caracteriza-se como

- A)** contravenção de vias de fato.
- B)** participação em rixa qualificada.
- C)** crime de lesão corporal grave.
- D)** participação em crime de rixa simples.

06 Tício, após esconder no mato uma bicicleta que havia furtado, viu-se despojado dela por parte de Névio, que a subtraiu para si, com pleno conhecimento da origem do velocípede. Pode-se afirmar que o segundo ladrão

- A)** cometeu crime de apropriação de coisa achada.
- B)** cometeu crime de receptação dolosa.
- C)** cometeu crime de furto, em concurso com Tício.
- D)** não responde por nenhum delito, porque subtraiu para si coisa já furtada.

07 Em que dispositivo do Código Penal se enquadra, em tese, o chamado "pendura" praticado pelos estudantes de Direito, em comemoração à fundação dos cursos jurídicos no País?

- A)** Estelionato privilegiado, devido ao pequeno valor do prejuízo causado à vítima.
- B)** Delito de fraude, consistente em tomar refeição em restaurante, sem dispor de recursos para pagar a despesa.
- C)** Crime de dano qualificado, por motivo egoístico.
- D)** Em nenhum das capitulações supra, por se tratar de fato atípico.

08 O oficial de um Cartório de Notas, agindo com manifesta negligência, reconhece como verdadeira a assinatura falsa lançada no endosso de um certificado de propriedade de veículo a motor. É correto dizer que, no exercício da função pública, o oficial

- A)** cometeu delito por atestado ideologicamente falso.
- B)** cometeu delito por falso reconhecimento de firma ou letra.
- C)** cometeu delito por prevaricação.
- D)** não cometeu nenhum crime, por ausência de dolo.

09 Policarpo, que exerce a chefia numa repartição pública municipal, surpreendeu o funcionário Belarmino no momento em que ele furtava material do almoxarifado, mas movido por um sentimento de compaixão, deixou de responsabilizar o subordinado. Que infração penal teria o chefe cometido?

- A)** Favorecimento pessoal.
- B)** Prevaricação.
- C)** Omissão de comunicação de crime.
- D)** Condescendência criminosa.

10 Paulo, movido por um sentimento altruísta, assume a autoria de um crime de atropelamento de pedestre, cometido por sua namorada Lúcia, dando origem à abertura de inquérito policial sobre o fato. Qual o crime praticado, em tese, por Paulo?

- A)** Favorecimento pessoal privilegiado.
- B)** Comunicação falsa de crime.
- C)** Auto-acusação falsa.
- D)** Denúncia caluniosa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa D

Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa C

Direito Penal 35

01 Assinale a alternativa correta.

- A)** É admissível a tentativa na contravenção de vias de fato.
- B)** O transporte, sem a intenção de uso, de arma branca fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade, não configura a contravenção penal de porte ilegal de arma.
- C)** Não são aplicáveis às contravenções penais as medidas de segurança previstas no Código Penal.
- D)** A principal pena privativa de liberdade prevista para as contravenções penais é a de detenção.

02 O agente que, executando um roubo mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, atira na vítima e, por "aberratio ictus", mata o comparsa, comete

- A)** crimes de roubo qualificado e de homicídio doloso, em concurso material.
- B)** crimes de roubo qualificado e de homicídio culposo, em concurso material.
- C)** latrocínio tentado.
- D)** latrocínio consumado.

03 Para a consumação do crime de estupro, é exigida(o)

- A)** a introdução completa do pênis na vagina da vítima.
- B)** a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, com ejaculação.
- C)** somente a introdução parcial do membro viril na vagina da ofendida.
- D)** rompimento do hímen.

04 A medida de segurança, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, imposta aos agentes inimputáveis absolvidos com base no artigo 26 do Código Penal, dar-se-á

- A)** por tempo indeterminado, perdurando enquanto persistir a periculosidade do agente.
- B)** por prazo determinado, que o juiz fixará na sentença.
- C)** pelo prazo da pena mínima cominada ao crime cometido.
- D)** pelo prazo que a perícia médica entender suficiente.

05 O agente que pratica crimes, em continuidade delitiva, antes e depois de atingir a maioridade penal,

- A)** não responde por nenhum dos crimes.
- B)** responde por todos os crimes.
- C)** responde somente pelos crimes posteriores.
- D)** responde apenas pelo último crime.

06 Suponha-se que um médico, ante iminente perigo de vida, pratique uma intervenção cirúrgica arbitrariamente, ou seja, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal. O seu comportamento deve ser considerado

- A)** crime de lesão corporal culposa.
- B)** atípico.
- C)** crime de constrangimento ilegal.
- D)** crime de lesão corporal dolosa.

07 Assinale a alternativa correta.

- A)** Na detração penal não se computa, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão administrativa determinada pela autoridade judiciária.
- B)** Na segunda fase da operação de dosagem da pena, após fixar a pena-base, deve o juiz levar em consideração as causas de diminuição e de aumento.
- C)** No concurso formal e no crime continuado, a dosagem da multa segue o mesmo critério adotado para a pena privativa de liberdade.
- D)** A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

08 O agente que, ao ver um criminoso passar algemado e escoltado, bate-lhe acaloradas palmas, pratica

- A) crime de apologia de criminoso.
- B) delito de incitação ao crime.
- C) contravenção penal de conduta inconveniente.
- D) conduta atípica.

09 Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a.

- A) Nos crimes falimentares, a prescrição da pretensão punitiva é de dois anos.
- B) Constitui forma típica qualificada de porte ilegal de arma de fogo o fato de o agente possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- C) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes, estando comprovado que o réu praticou o delito e é semi-imputável, cumpre ao juiz absolvê-lo e aplicar-lhe medida de segurança.
- D) Nos crimes de sonegação fiscal, o pagamento do tributo posteriormente à denúncia não extingue a punibilidade do agente.

10 O agente que solicita dinheiro com a desculpa fantasiosa de que irá influenciar o juiz na decisão de uma causa comete crime de

- A) exploração de prestígio.
- B) corrupção passiva.
- C) tráfico de influência.
- D) advocacia administrativa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Penal 36

01 A pequena comarca do interior ficou estarecida quando se apurou que João, um rude lavrador, mantinha regularmente conjunção carnal com sua filha Terezinha, de apenas 13 anos de idade. Joana, mãe de Terezinha, mesmo possuindo total conhecimento dos fatos e ampla possibilidade de noticiá-los à autoridade competente, desde o início quedou-se inerte. Por esta conduta omissiva, Joana deverá responder:

- A) por um crime de estupro (art. 213, CP) a cada conjunção carnal verificada;
- B) por um crime de sedução (art. 217, CP) a cada conjunção carnal verificada;
- C) pelo crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem (art. 227, CP);
- D) pelo crime de favorecimento à prostituição (art. 228, CP);
- E) por crime algum, sendo sua conduta atípica uma vez que nossa legislação não contempla a participação por omissão.

02 Sobre a tipicidade é correto afirmar, exceto:

- A) em virtude do conceito de tipicidade material, excluem-se dos tipos penais aqueles fatos reconhecidos como de bagatela, nos quais têm aplicação o princípio da insignificância;
- B) a teoria da ratio essendi, também conhecida como teoria da identidade, desenvolvida por Mezger, concebe a tipicidade como a própria razão de existir da ilicitude, no âmbito do tipo-de-injusto;
- C) a tipicidade é uma decorrência natural do princípio da reserva legal;
- D) a tentativa é hipótese de adequação típica de subordinação mediata ou indireta, constituindo-se em causa de extensão da figura delituosa descrita nos diversos tipos penais e nas contravenções;
- E) para os adeptos da teoria dos elementos negativos do tipo, toda vez que não for ilícita a conduta do agente faltará a própria tipicidade.

03 O curso da prescrição interrompe-se, exceto:

- A)** pelo recebimento da denúncia ou da queixa;
- B)** pela sentença condenatória recorrível;
- C)** pela decisão confirmatória da pronúncia;
- D)** pelo acórdão confirmatório de condenação;
- E)** pela reincidência.

04 Averiguando notícia anônima que apontava o "Bar do Luiz" como local de consumo de drogas, policiais civis lograram êxito em surpreender três frequentadores fumando cigarros de maconha. Apurou-se posteriormente que o Sr. Luiz, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para que os fregueses fizessem uso de tais substâncias proibidas. De acordo com a Lei n.º 6368/76, o Sr. Luiz incorreu:

- A)** em delito algum, sendo sua conduta atípica;
- B)** nas mesmas penas do artigo 12, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao tráfico de drogas;
- C)** nas sanções do artigo 12, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância);
- D)** nas mesmas penas do artigo 16, sendo sua conduta equiparada pela referida legislação ao uso de drogas;
- E)** nas sanções do artigo 16, diminuídas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) por força do disposto no artigo 29, §1º, do Código Penal (participação de menor importância).

05 Marque a alternativa correta:

- A)** o reincidente específico em crime hediondo precisa cumprir 2/3 (dois terços) da soma das penas para atingir o estágio exigido ao livramento condicional;
- B)** o juiz pode suspender o curso do livramento condicional, ordenando a prisão do liberado, se este praticar outra infração penal. A revogação do benefício, entretanto, ficará dependendo da decisão final;
- C)** a LEP (Lei n.º 7.210/84) aplica-se exclusivamente ao preso cuja sentença condenatória houver transitado em julgado;
- D)** com realção às saídas temporárias, a LEP (Lei n.º 7.210/84) não fez distinção entre sentenciado primário e reincidente, exigindo de ambos o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena para obtenção do benefício;
- E)** todas as assertivas acima são falsas.

06 Sobre o crime de homicídio é correto afirmar, exceto:

- A)** tanto o sujeito passivo como o objeto material do delito é o ser humano com vida, pois sobre ele recai diretamente a conduta do agente;
- B)** sua execução pode se realizar sob variados meios, diretos ou indiretos, físicos ou morais, desde que idôneos à produção do resultado morte;
- C)** considera-se privilegiado o homicídio se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;
- D)** a premeditação não está incluída entre as qualificadoras do delito;
- E)** sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze)anos.

07 Antunes, um rico empresário, contratou os serviços do segurança Pedro para proteger seu patrimônio e integridade física. No contrato firmado entre ambos destacava-se a cláusula que obrigava Pedro a expor-se ao limite, arriscando a própria vida, para salvar o patrão de perigo direto e iminente. Todavia, durante uma viagem de rotina, o monomotor particular do empresário, pilotado por ele próprio, sofreu uma pane e os dois passaram a disputar o único pára-quadras existente na aeronave. Valendo-se de seu vigor físico, o segurança contratado impôs-se facilmente frente a seu opositor e logrou êxito em abandonar o aparelho, determinando, em consequência, a morte trágica do contratante. A conduta de Pedro:

- A)** embora típica, não é ilícita, tendo ele agido sob o amparo da excludente do estado de necessidade;
- B)** é típica, ilícita e culpável, devendo responder pelo crime de homicídio uma vez que sua posição de garantidor impede a alegação de qualquer justificativa legal;

- C)** embora típica, não é ilícita, tendo ele agido sob o amparo da excludente da legítima defesa;
- D)** é atípica, pois falta o elemento subjetivo do crime de homicídio, que é o dolo específico de matar;
- E)** é típica, ilícita e culpável, devendo responder pelo crime de homicídio porque tinha o dever contratual de enfrentar o perigo.

08 De acordo com os postulados da teoria da imputação objetiva é correto afirmar, exceto:

- A)** para que ocorra a imputação objetiva da conduta típica basta que o agente provoque situação de risco juridicamente proibido, pouco importando a materialização desse risco em resultado lesivo;
- B)** sendo a imputação objetiva tema afeto à tipicidade, a atuação nos limites do risco permitido não é penalmente típica, estando ausente o desvalor da conduta;
- C)** a imputação é excluída quando a conduta geradora do resultado se configurar como uma ação que diminuiu o risco existente ao invés de incrementá-lo;
- D)** para a identificação do risco proibido, além do princípio do incremento do risco permitido, é indispensável que se observe o princípio da finalidade protetiva da norma;
- E)** não há imputação se a conduta geradora do resultado, apesar de haver ocasionado um perigo relevante para o bem jurídico, é considerada socialmente adequada.

09 Sobre o momento consumativo do crime, assinale a alternativa falsa:

- A)** nos crimes materiais, a consumação ocorre com o evento ou resultado;
- B)** nos crimes culposos, só há consumação com o resultado naturalístico;
- C)** nos crimes formais a consumação ocorre com a própria ação, já que não se exige resultado naturalístico;
- D)** nos crimes permanentes, a consumação se protraí no tempo, desde o instante em que se reúnem os seus elementos até que cesse o comportamento do agente;
- E)** nos crimes omissivos impróprios, a consumação ocorre com a simples omissão do agente.

10 Ao surpreender o adolescente Fabinho no interior de seu pomar tentando subtrair alguns frutos, o lavrador José Pereira, armado com uma espingarda cartucheira municada com sal grosso, o colocou para fora antes mesmo de sofrer qualquer prejuízo. Em seguida, acreditando estar autorizado pelo ordenamento legal a castigá-lo fisicamente pelo fato de ter invadido sua humilde propriedade, efetuou contra ele um disparo, provocando-lhe lesões corporais leves. O agente não responderá pelo delito tipificado no artigo 129 do Código Penal porque a hipótese caracteriza:

- A)** erro de proibição direto;
- B)** erro de proibição indireto;
- C)** erro de tipo acidental;
- D)** erro de tipo essencial;
- E)** erro sobre pressuposto fático da legítima defesa.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 37

01 A expressão "abolitio criminis" significa

- A)** deixar o juiz de aplicar a pena quando as consequências da infração atingirem o agente de forma tão grave que a sanção se torne desnecessária.
- B)** a possibilidade de absolvição do agente quando a norma tipificadora da infração penal caiu em desuso.
- C)** revogação de norma que tipifica uma conduta como infração penal; ela não alcança os efeitos civis da condenação transitada em julgado.

- D)** abolição da pena dos criminosos, mediante decreto do Presidente da República, normalmente editado no Natal.
- E)** o mesmo que abolicionismo penal: corrente doutrinária que propugna forma de descriminalização.

02 A lei penal temporária

- A)** é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência se a lei posterior, de caráter permanente, for mais benigna.
- B)** é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência quando a lei posterior, também temporária, for mais benigna.
- C)** apenas pode vigorar durante o estado de emergência.
- D)** sempre se aplica a fatos ocorridos na sua vigência.
- E)** sempre se aplica a fatos ocorridos na sua vigência desde que nesse mesmo período sejam julgados definitivamente.

03 Assinale a alternativa correta.

- A)** O estrangeiro pode ser extraditado, ainda que o fato tenha sido alcançado pela prescrição, segundo a lei brasileira.
- B)** A lei brasileira é inaplicável a estrangeiro que cometer crime fora do Brasil.
- C)** Não há culpabilidade quando o agente não possui sequer a potencial consciência da ilicitude do fato típico praticado.
- D)** Um mês de prisão sempre corresponde a 30 dias de prisão.
- E)** A sentença condenatória estrangeira não pode servir de base à reincidência.

04 Responde pelo resultado lesivo final o agente

- A)** sempre que sua conduta típica o produziu.
- B)** cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa preexistente da qual tinha ciência e cujos efeitos aceitou.
- C)** cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa superveniente relativamente independente.
- D)** produtor da concausa superveniente relativamente independente, mesmo que sem culpa ou dolo.
- E)** produtor da concausa superveniente relativamente independente, agindo com culpa ou dolo, que assim afasta a responsabilidade do autor da conduta inicial por quaisquer fatos praticados.

05 Em relação aos fatos que podem, em tese, configurar os chamados crimes agravados pelo resultado,

- A)** por ele só responde o agente que o tiver causado com dolo, direto ou eventual.
- B)** por ele responde quem objetivamente lhe tenha dado causa, ainda que sem dolo ou culpa.
- C)** o agente que dolosamente o produziu responde, na verdade, por crime autônomo, se existente e que corresponda a tal resultado.
- D)** o agente é apenado segundo as regras do crime continuado, considerado o fato conseqüente como continuação do antecedente.
- E)** responde o partícipe, mesmo que tal resultado não lhe fosse nem sequer previsível, porque o crime é uma unidade lógica e a responsabilidade de todos deve ser igual.

06 A maioria penal começa

- A)** à zero hora do dia em que a pessoa completa dezoito anos de idade.
- B)** à hora correspondente à de seu nascimento, no dia do décimo-oitavo aniversário.
- C)** à meia-noite do dia do décimo-oitavo aniversário.
- D)** ao meio-dia do dia primeiro de março, se a pessoa completaria dezoito anos no dia vinte e nove de fevereiro e o ano não for bissexto.
- E)** ao meio-dia do dia do décimo-oitavo aniversário, na hipótese de ser desconhecida a hora exata do nascimento.

07 A pena de morte, no direito brasileiro,

- A)** é admitida para agentes de crimes hediondos de que resulte morte.
- B)** é admitida para agentes de crimes de tortura (Lei no 9455/97), desde que reincidentes em fatos da mesma natureza.
- C)** não é admitida.
- D)** é admitida para agentes de determinados crimes militares, em tempo de guerra declarada.

E) pode ser aplicada a condenados em estágio terminal de moléstia grave e incurável, desde que com isso concordem, já que, em relação a seu autor, o suicídio é penalmente atípico.

08 O casamento da ofendida com terceiro, em relação aos crimes contra a honra,

A) não constitui causa extintiva de punibilidade.

B) importa necessariamente em renúncia do direito de queixa.

C) extingue a punibilidade, desde que a vítima não requeira o prosseguimento da ação ou do inquérito.

D) extingue a punibilidade, sempre que o fato não for elemento constitutivo de infração mais grave.

E) extingue a punibilidade, desde que cometido o delito sem violência real ou grave ameaça e se a vítima não requerer o prosseguimento da ação ou do inquérito.

09 A faculdade presidencial de conceder indulto

A) só pode ser limitada pelo conteúdo de dispositivos constitucionais.

B) pode ser limitada por dispositivos contidos nas normas constitucionais, bem como na legislação ordinária.

C) é ato político e, como tal, não pode sofrer qualquer limitação de ordem normativa.

D) abrange a possibilidade de reduzir penas, resultantes de condenações já transitadas em julgado, por qualquer crime ou contravenção.

E) abrange a possibilidade de reduzir penas somente quando a condenação não houver transitado em julgado.

10 A chamada prescrição retroativa regula-se pela pena aplicada e se verifica nos prazos fixados em lei

A) que são aumentados de um terço se o condenado for reincidente.

B) quando houver decisão condenatória transitada em julgado para a Acusação, desde que pendente apelação da Defesa.

C) ainda que pendente recurso da Acusação objetivando o aumento da pena privativa de liberdade.

D) que não sofrem qualquer acréscimo, seja o condenado primário ou reincidente.

E) que não sofrem redução ou acréscimo, independentemente da condição pessoal do condenado.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa B

Questão 10 correta

Direito Penal 38

01 Assinale a alternativa incorreta.

A) O "sursis" é incompatível com a condenação por crime hediondo, mesmo tentado.

B) O Direito Penal não é um fim em si mesmo, existindo como fator de bem-estar entre os homens. Assim é que porventura considera relevantes circunstâncias não expressamente previstas na norma, que atenuem o desvalor da conduta incriminada. Tal possibilidade materializa-se, por exemplo, no julgamento pelo júri, face à desnecessidade de fundamentação das decisões.

C) A morte de um dos autores do roubo, em virtude de legítima defesa exercida pela vítima, não configura latrocínio, nem mesmo para os demais agentes do crime patrimonial.

D) O homicídio cometido por vingança pode ser considerado qualificado pelo motivo torpe.

E) Furto de uso é a subtração cometida sem a intenção de inverter a propriedade da coisa, que deve ser restituída nas mesmas condições em que se achava.

02 Quem, mentalmente são, pratica fato típico e antijurídico em estado de inconsciência, porque culposa ou voluntariamente sob influência do álcool,

- A)** pode ser submetido a pena ou a medida de segurança, esta pelo prazo mínimo de um a três anos.
- B)** pode ter a pena reduzida de um a dois terços.
- C)** deve ter a pena reduzida de um a dois terços.
- D)** deve ser submetido exclusivamente a medida de segurança.
- E)** é apenado normalmente, por força da adoção da teoria da "actio libera in causa".

03 Na hipótese de legítima defesa,

- A)** é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.
- B)** é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.
- C)** é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.
- D)** a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.
- E)** quando resultar a morte do agressor, o excesso doloso que eventualmente lhe deu causa implica automaticamente na configuração do homicídio privilegiado.

04 Em tema de concurso de pessoas,

- A)** comunicam-se as circunstâncias objetivas ainda que o partícipe delas não tivesse conhecimento.
- B)** responde pelo resultado quem, sem o dever de impedi-lo, mas podendo fazê-lo, se omitiu, assentindo com sua produção.
- C)** no caso do infanticídio, a elementar estado puerperal jamais se comunica ao partícipe homem, que será condenado, se for o caso, por crime de homicídio.
- D)** uma vez provado ausente o vínculo subjetivo entre os agentes, havendo incerteza quanto a quem imputar o resultado lesivo, devem todos ser absolvidos se um deles utilizou meio absolutamente impróprio para produzi-lo.
- E)** é necessário que o executor material da infração tivesse conhecimento da atuação dos demais, que agiram com o propósito de auxiliá-lo a viabilizar o resultado lesivo.

05 Dentre os enunciados abaixo, aponte o que reúne as medidas que melhor atendem ao princípio da individualização da pena.

- A)** Incomunicabilidade das circunstâncias subjetivas e ultratividade da lei penal temporária.
- B)** Fixação da pena de multa proporcionalmente ao prejuízo da vítima e graça.
- C)** Perda dos instrumentos do crime e fixação da multa em atenção à situação econômica do réu.
- D)** Possibilidade de imposição de penas à pessoa jurídica por crimes ambientais e anistia geral.
- E)** Progressão de regime prisional segundo o mérito do sentenciado e dosagem da pena-base em atenção aos antecedentes e à personalidade do agente.

06 Assinale a alternativa correta.

- A)** Diante da circunstância atenuante da menoridade, pode o juiz excepcionalmente fixar ao condenado pena privativa de liberdade inferior ao mínimo legal.
- B)** Detração significa a possibilidade de atenuação da pena para o agente de tráfico de entorpecente que denunciar à autoridade os demais autores da infração.
- C)** A progressão de regime prisional para condenados por crimes de tortura, implicitamente permitida pela Lei no 9455/97, se estende, por força da retroatividade da lei penal mais benigna, aos autores de crimes hediondos (Lei no 8072/90).
- D)** Considera-se qualificado o crime de receptação se o agente é dono de um desmanche de veículos e o comete no exercício dessa atividade, praticada nas dependências de sua casa.
- E)** Liberação condicional e livramento condicional têm o mesmo significado; é providência tomada quando se verifica a cessação de periculosidade do inimputável submetido a medida de segurança.

07 As penas restritivas de direito podem substituir as privativas de liberdade e, relativamente a condenados por crime de tráfico de entorpecente,

- A)** são, em tese, aplicáveis quando a pena for igual ou inferior a quatro anos, porque não se trata de infração cometida com violência ou grave ameaça.
- B)** não são aplicáveis porque o crime é equiparado aos hediondos, sua pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado e porque a Lei de Tóxicos, por ser especial, não se submete, nesse aspecto, aos ditames do Código Penal.
- C)** são, em tese, aplicáveis, independentemente do tempo em que tenha o crime sido cometido, porque a norma penal retroage em benefício do réu, mesmo condenado definitivamente.
- D)** são inaplicáveis porque o crime é equiparado aos hediondos, sua pena deve ser cumprida

integralmente em regime fechado e ainda porque o réu pode ser beneficiado com decreto de graça.

E) são, em tese, aplicáveis quando cometido o crime após a vigência da Lei no 9714/98 (que ampliou a abrangência das chamadas penas alternativas).

08 Aponte a alternativa incorreta.

A) O crime de furto, praticado em dependência de escritório de advocacia, fechado ao público, absorve o de violação de domicílio por força da absorção da norma menos abrangente pela mais abrangente (princípio da consunção).

B) As penas cominadas à pessoa jurídica pela prática de crimes lesivos ao meio ambiente são: multa, restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade.

C) O crime de homicídio absorve o de lesões corporais em razão do princípio da subsidiariedade (a norma primária envolve por inteiro a norma secundária).

D) Mesmo tendo sido constatado na seqüência de um flagrante preparado, subsiste o crime de tráfico de entorpecente se cometido sob a forma de ter em depósito, porque, nesse caso, o delito tem natureza permanente.

E) A falta de Permissão para Dirigir ou de Carteira de Habilitação torna-se fato penalmente irrelevante quando o agente, nessas condições, pratica crime de homicídio culposo, no trânsito.

09 Bruno, previamente ajustado com Eduardo, subtrai dinheiro de entidade paraestatal, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo que nela exerce, circunstância entretanto desconhecida de Eduardo. Mais tarde, em local seguro, dividem o produto do crime, quando são surpreendidos pela Polícia e presos em flagrante, sendo apreendido todo o dinheiro subtraído, enfim devolvido à vítima. Entende-se que

A) Bruno e Eduardo cometeram peculato consumado.

B) Bruno cometeu peculato e Eduardo cometeu furto, consumados.

C) Bruno e Eduardo cometeram furto tentado.

D) Bruno e Eduardo cometeram furto consumado.

E) Bruno cometeu apropriação indébita e Eduardo cometeu furto.

10 Aponte o enunciado falso.

A) O reconhecimento de concurso material entre os crimes de quadrilha armada e roubo agravado pelo emprego de arma, praticado pelos quadrilheiros, viola o princípio "ne bis in idem".

B) Omitir declaração sobre bens ou fatos para eximir-se de pagamento de imposto constitui crime contra a ordem tributária; extingue-se, entretanto, a punibilidade do agente que promover o pagamento do respectivo tributo e seus acessórios antes do recebimento da denúncia.

C) O princípio da presunção de inocência tutela o direito das pessoas de não serem apresentadas publicamente como criminosas, antes de condenação transitada em julgado.

D) Comete, em tese, abuso de autoridade, o diretor de cadeia pública que impede Promotor de Justiça, no âmbito de suas atribuições funcionais, de visitá-la.

E) É inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por multa, quando há cominação cumulativa de ambas na Lei de Tóxicos.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa E

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa E

Questão 6 alternativa D

Questão 7 alternativa B

Questão 8 alternativa E

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa A

Direito Penal 39

01 O disposto no artigo 156 do Código de Processo Penal, abaixo transcrito, consagra o chamado princípio:

"A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, mas o juiz poderá, no curso da instrução ou antes de proferir sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante."

- A)** do contraditório
- B)** da verdade real
- C)** da presunção de inocência
- D)** da inadmissibilidade da prova obtida por meio ilícito

02 O sistema acusatório adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil - art. 129, I - tem as seguintes características abaixo transcritas:

- A)** separação entre as funções de acusar, julgar e defender; publicidade dos atos processuais; contraditório; ampla defesa; sistema de provas é do livre convencimento e imparcialidade do órgão julgador
- B)** separação entre as funções de acusar, julgar e defender; publicidade dos atos processuais; sistema de provas da certeza legal e imparcialidade do órgão julgador
- C)** separação entre as funções de acusar, julgar e defender; publicidade dos atos processuais; o acusado é mero objeto do processo e sistema do livre convencimento
- D)** o juiz pode proceder ex officio; imparcialidade do órgão julgador; contraditório; ampla defesa; sistema da prova tarifada

03 Diante dos princípios do contraditório, da verdade real e da ampla defesa, bem como, do sistema de provas do livre convencimento e da natureza jurídica do inquérito policial, seria correto afirmar que o juiz:

- A)** só pode condenar com base nas provas do inquérito se o réu tiver sido preso em flagrante delito
- B)** pode, diante das evidências das provas colhidas no inquérito policial, condenar o réu com base apenas nas provas deste inquérito
- C)** não pode condenar com base apenas nas provas do inquérito sem que as mesmas tenham sido corroboradas no curso do processo judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa
- D)** deve analisar as provas colhidas no curso do processo e verificar se há compatibilidade com as provas colhidas no curso do inquérito policial a fim de, só assim, condenar o réu

04 Os princípios que regem, única e exclusivamente, a ação penal de iniciativa privada são:

- A)** disponibilidade; conveniência e oportunidade
- B)** indivisibilidade; intranscendência e disponibilidade
- C)** obrigatoriedade; divisibilidade; conveniência e oportunidade
- D)** disponibilidade; obrigatoriedade e conveniência e oportunidade

05 A natureza jurídica da competência é:

- A)** a condição para o regular exercício da ação penal
- B)** o pressuposto processual de validade do processo
- C)** o pressuposto processual de existência do processo
- D)** o requisito intrínseco do juízo de admissibilidade dos recursos

06 A pronúncia (art. 408 do CPP) tem a natureza jurídica de:

- A)** decisão interlocutória mista não terminativa
- B)** decisão interlocutória mista terminativa de mérito
- C)** sentença que extingue o processo com julgamento do mérito
- D)** sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito

07 Tício das Coves, ao acender um cachimbo dentro de um celeiro, situado em uma fazenda, prevê que é possível queimar o chão e ocasionar um incêndio, mas confia, convictamente, que isso não irá ocorrer esperando, sinceramente, que este resultado não se verifique. Podemos dizer que há:

- A)** dolo direto
- B)** dolo eventual
- C)** culpa consciente
- D)** culpa inconsciente

08 Quem realiza a ação típica através de outrem, que atua sem culpabilidade, utilizando-o como instrumento é:

- A)** co-autor

- B)** autor incerto
- C)** autor mediato
- D)** autor colateral

09 Osvaldo anuncia no jornal da cidade que deseja vender sua motocicleta pelo preço de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Mévio, após ler o anúncio e com o propósito prévio de lesar o patrimônio de Osvaldo, se apresenta como comprador da mesma e conversa sobre o valor, as condições de pagamento, o estado de conservação da motocicleta e etc. Mévio oferece a Osvaldo o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a vista o que é aceito pelo mesmo, de imediato, porém Mévio solicita para que, ambos, possam dar uma volta na praça com a motocicleta para "sentir a máquina", o que é feito. Após Osvaldo levar Mévio na garupa da referida motocicleta e haver grande interesse na aquisição da mesma, Mévio solicita a Osvaldo que segure sua bolsa para que ele possa dar, sozinho, uma volta na praça e "sentir mais uma vez a potência do motor". Osvaldo, segurando a bolsa de Mévio, lhe entrega a chave e Mévio sai devagar com a motocicleta e do outro lado da praça dá adeus a Osvaldo e vai embora com a mesma, momento em que Osvaldo constata que a bolsa de Mévio estava cheia de papel e de pedras. Diante dos fatos, podemos afirmar que Mévio cometeu o crime de:

- A)** receptação
- B)** estelionato
- C)** apropriação indébita
- D)** furto qualificado mediante fraude

10 Tício e Caio resolvem subtrair jóias da M. Jóias e Brilhantes LTDA, loja situada nesta cidade. Tício e Caio ajustam que enquanto Tício distrai a vendedora pedindo para que a mesma mostre algumas peças, Caio subtrai as peças mais caras sem que a mesma perceba ludibriando, assim, a atenção da vendedora que, deixando de exercer a vigilância sobre os bens, acaba por ser lesada, pois terá que pagar pelas peças subtraídas. Diante dos fatos podemos afirmar que ambos responderão pelo crime de:

- A)** estelionato
- B)** apropriação indébita
- C)** receptação qualificada
- D)** furto qualificado mediante fraude e concurso de agentes

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 40

01 Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

- A)** somente a mulher;
- B)** qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
- C)** qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
- D)** somente o homem.

02 Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir pessoa não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- A)** Erro sobre pessoa;
- B)** Erro na execução;
- C)** Erro sobre objeto;
- D)** Erro provocado por terceiro.

- 03** Tendo réu menor de 21 anos praticado crime com pena máxima de 04 anos, qual o prazo necessário à prescrição da pretensão punitiva?
- A)** 08 anos;
 - B)** 12 anos;
 - C)** 04 anos;
 - D)** 02 anos.
- 04** O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:
- A)** De causa que isente o agente de pena;
 - B)** De causa que privilegia o agente;
 - C)** De circunstância que atenua a pena do agente;
 - D)** De causa que qualifica o homicídio.
- 05** Sobre a prisão temporária, é correto afirmar:
- A)** Pode ser decretada pelo delegado de polícia;
 - B)** Não pode ser prorrogada sob quaisquer hipóteses;
 - C)** Somente pode ser decretada na fase de inquérito;
 - D)** Somente pode ser decretada pelo juiz e após o oferecimento da denúncia.
- 06** Constituem elementos do fato típico culposo, exceto:
- A)** resultado voluntário;
 - B)** previsibilidade objetiva;
 - C)** tipicidade;
 - D)** resultado.
- 07** A falsificação e uso de documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:
- A)** uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
 - B)** uso de documento falso;
 - C)** falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
 - D)** falsificação de documento público.
- 08** São algumas das causas interruptivas da prescrição, exceto:
- A)** A sentença condenatória recorrível;
 - B)** A pronúncia;
 - C)** O recebimento da denúncia ou queixa;
 - D)** A impronúncia.
- 09** Somente ocorre concurso material:
- A)** entre crimes idênticos ou não;
 - B)** entre crimes heterogêneos, apenas;
 - C)** entre crimes idênticos, apenas;
 - D)** entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.
- 10** Tentativa branca consiste:
- A)** na investida agressiva, utilizando-se o agente dos próprios punhos;
 - B)** na inexistência de lesão na vítima;
 - C)** na execução obstada por uma norma penal em branco;
 - D)** em levar a efeito investida fracassada com instrumento cortante, perfurante ou pérfuro-cortante.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa B

Direito Penal 41

01 É correto afirmar:

- A)** é imperfeita a tentativa quando o agente só praticou atos preparatórios e não deu início à execução da ação típica;
- B)** é imperfeita a tentativa quando o agente impede que o resultado se produza;
- C)** é imperfeita a tentativa quando os meios empregados são idôneos à consumação da ação típica;
- D)** é perfeita a tentativa quando, apesar da ação executiva ter-se esgotado, por intermédio de meios idôneos, não se alcançou, todavia, o resultado proposto, por razão alheia à vontade do agente.

02 O erro de tipo:

- A)** isenta de pena;
- B)** exclui o dolo;
- C)** é erro sobre a ilicitude do fato;
- D)** sempre exclui dolo e culpa.

03 O excesso na legítima defesa decorre:

- A)** do uso inadequado de meio empregado ou da falta de moderação na repulsa;
- B)** de uma provocação extremamente injusta;
- C)** da conduta em desacordo com o ordenamento jurídico;
- D)** do uso inadequado de meio empregado e da falta de moderação na repulsa;

04 Num crime de roubo, um dos co-autores é preso no ato, sem nada subtrair da vítima, mas o outro consegue fugir consumando o delito. Nesta hipótese:

- A)** o referido crime está consumado para ambos;
- B)** há roubo tentado para o primeiro e consumado para o segundo;
- C)** o primeiro está isento de pena porque não teve a posse tranqüila da 'res furtiva', só respondendo, o segundo, por roubo;
- D)** dá-se, em relação ao primeiro, a desclassificação para a tentativa de roubo qualificado, respondendo, o segundo, por roubo.

05 Sobre a participação de menor importância no concurso de pessoas, é correto dizer:

- A)** o juiz deverá reduzir a pena;
- B)** o juiz poderá reduzir a pena;
- C)** o juiz poderá deixar de aplicar a pena;
- D)** o juiz poderá reduzir a pena de 1/3 a 2/3.

06 O Código Penal brasileiro adota as seguintes espécies de pena:

- A)** privativas de liberdade e restritivas de direitos;
- B)** reclusão, detenção e multa;
- C)** privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- D)** privativas de liberdade, restritivas de direito, multa e medida de segurança.

07 Na aplicação da pena o juiz examina as circunstâncias atenuantes e as circunstâncias agravantes:

- A)** na fixação da pena-base;
- B)** logo após a fixação da pena-base;
- C)** nas causas de aumento de pena;
- D)** nas causas de aumento e diminuição da pena.

08 O concurso material ocorre quando o agente pratica:

- A)** duas ou mais infrações penais mediante duas ou mais ações;
- B)** uma infração penal mediante duas ou mais ações;
- C)** com uma só ação. dois ou mais crimes;
- D)** com duas ou mais ações, dois ou mais crimes ligados pela semelhança de tempo, lugar e modo de execução;

09 A prescrição retroativa regula-se pela pena:

- A)** em abstrato, e o dia do começo inclui-se no cômputo de prazo;
- B)** em concreto e volta-se para períodos anteriores à sentença;
- C)** em abstrato, após oferecida a denúncia, e volta-se para períodos anteriores a esta;
- D)** em concreto e volta-se para períodos anteriores à denúncia, tão somente.

10 É correto afirmar:

- A)** no dolo eventual o agente admite, mas não aceita o risco de produzir o resultado;
- B)** no dolo indireto a vontade do agente não se dirige a um ou outro resultado;
- C)** na culpa consciente o agente admite e aceita o risco de produzir o resultado;
- D)** no dolo direto o agente visa resultado certo e determinado.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa B

Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa B

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa D

Direito Penal 42

01 A exigência da anterioridade da lei é fundamento essencial do princípio:

- A)** in dubio pro reo;
- B)** da especialidade;
- C)** da isonomia;
- D)** da legalidade.

02 Considera-se praticado o crime:

- A)** no momento da ação ou da omissão do agente, ainda que seja outro o momento do resultado;
- B)** no momento do resultado, independentemente do momento da ação ou omissão;
- C)** sempre após o momento do resultado;
- D)** no período intermédio entre a ação ou omissão e o resultado.

03 Constitui (em) requisito (s) genérico (s) do crime:

- A)** as circunstâncias elementares do crime;
- B)** consciência e vontade;
- C)** a culpabilidade;
- D)** a tipicidade e antijuridicidade.

04 Os crimes preterdolosos, ou preterintencionais, não admitem tentativa porque:

- A)** o agente age com dolo eventual;
- B)** o objetivo do agente não é atingido;
- C)** ferem o princípio da reserva legal;
- D)** o evento de maior gravidade, não querido pelo agente é punido a título de culpa.

05 O benefício para a desistência voluntária é o de:

- A)** fazer desaparecer a figura da tentativa;
- B)** fazer desaparecer a figura do dolo, mas permitindo a condenação por culpa;
- C)** reduzir a pena face à ocorrência da consumação;
- D)** reduzir a pena como no arrependimento eficaz.

06 A coação moral irresistível e a obediência hierárquica são admitidas como:

- A)** causas excludentes da ilicitude;
- B)** causas dirimentes da imputabilidade;
- C)** causas dirimentes da punibilidade;

D) causas excludentes da culpabilidade.

07 No concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias:

- A)** e condições de caráter pessoal;
- B)** subjetivas pessoais;
- C)** condições de caráter subjetivo e objetivo;
- D)** e condições de caráter pessoal, quando elementares.

08 Sobre reincidência é correto afirmar:

- A)** além de agravante genérica é uma causa de interrupção da prescrição;
- B)** é apenas um agravante genérica, nada tendo com a prescrição;
- C)** além de agravante genérica é uma causa impeditiva da prescrição;
- D)** é uma agravante genérica e aumenta 1/3 o prazo da prescrição da pretensão punitiva.

09 É correto afirmar:

- A)** no crime de concussão, o agente exige, para si ou para outrem, vantagem indevida;
- B)** no crime de concussão, o sujeito recebe vantagem indevida;
- C)** no crime de concussão, o agente exige, para si ou para outrem, em razão de função, vantagem indevida;
- D)** no crime de concussão o sujeito solicita ou recebe, em razão da função, vantagem indevida.

10 É correto afirmar:

- A)** no furto privilegiado leva-se em conta o pequeno valor da "res furtiva";
- B)** no furto privilegiado, considera-se o pequeno prejuízo suportado pela vítima;
- C)** no furto privilegiado, considerado-se a primariedade do agente;
- D)** no estelionato privilegiado, considera-se o pequeno valor da "res furtiva".

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa D

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa A

Direito Penal 43

01 Determinado réu foi condenado por roubo qualificado (concurso de pessoas) à pena de 05 (cinco) ano e 04 (quatro) meses de reclusão. O réu é primário, de bons antecedentes, pessoa trabalhadora, e todas as circunstâncias lhe são favoráveis. Neste caso, para início do cumprimento da pena, o Juiz:

- A)** fixará obrigatoriamente o regime fechado.
- B)** fixará obrigatoriamente o regime aberto.
- C)** poderá fixar o regime semi-aberto.
- D)** a sentença que conceder o perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência

02 Quando o Juiz concede o perdão judicial significa que:

- A)** não extingue a punibilidade
- B)** extingue a punibilidade, mas, no entanto, será considerado para efeitos de reincidência
- C)** foi extinta a ação penal, haja vista que trata-se de inexistência do fato delituoso.
- D)** A sentença que conceder o perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência

03 No caso de concurso material de que forma incidirá a prescrição?

- A)** incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- B)** Incidirá apenas sobre a pena mais leve
- C)** Em caso de concurso material não é possível extinguir a punibilidade pela prescrição

D) Incidirá sobre a soma das penas.

04 Assinale a alternativa correta:

- A)** a embriaguez completa exclui a imputabilidade penal
- B)** a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal
- C)** a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal
- D)** quando se trata de embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior a pena é aumentada de 1/3 a 2/3

05 Sobre aplicação da pena é incorreto afirmar.

- A)** as circunstâncias atenuantes e agravantes são consideradas após a fixação da pena-base.
- B)** O desconhecimento da lei é uma circunstância atenuante
- C)** Atenua a pena ser o agente maior de 70 (setenta) anos na data da sentença
- D)** Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica da vítima

06 Ainda sobre a aplicação da pena assinale a alternativa correta:

- A)** caso a pena-base seja fixada no máximo cominado ao delito, não serão consideradas as causas de aumento da pena
- B)** a pena aplicada não pode ser superior a 30 (trinta) anos
- C)** os crimes militares próprios e políticos serão considerados para efeitos da reincidência
- D)** no concurso de infrações executar-se-á primeiramente a pena mais grave

07 Nos crimes contra a Administração da Justiça existe uma disposição legal que isenta o autor da pena. Trata-se de:

- A)** auxiliar motim de presos
- B)** prestar auxílio à ascendente no crime de favorecimento pessoal
- C)** exercício arbitrário das próprias razões
- D)** imputar crime a alguém que sabe ser inocente para ajudar descendente

08 Cracátoa, jogador de futebol, em uma partida normal e em jogada normal, provoca a queda de Ed Imundo que, em virtude do ferimento, vem a falecer. Cracátoa praticou algum crime?

- A)** Não, pois agiu em exercício regular de direito;
- B)** Sim, tentativa de homicídio;
- C)** Sim, lesão corporal seguida de morte;
- D)** Não, pois agiu em estrito cumprimento do dever legal.

09 Um jovem da Capital foi ao interior, onde conheceu uma moça com 15 anos de idade, e que sempre viveu na zona rural em uma fazenda sem ter tido qualquer namorado. O rapaz, três dias após tê-la conhecido, propôs-lhe mancebia e uma vida faustosa na Capital, caso ela cedesse, mantendo com ele conjunção carnal. A menina cedeu fugindo com o jovem para São Paulo. Uma semana após, o rapaz mandou a jovem de volta para a casa dos pais. Pergunta-se, será o jovem responsabilizado por:

- A)** sedução e rapto consensual.
- B)** posse sexual mediante fraude e rapto consensual.
- C)** corrupção de menores e rapto consensual;
- D)** somente rapto consensual.

10 As normas penais que determinam a licitude ou a impunidade de certas condutas típicas são denominadas:

- A)** permissivas.
- B)** complementares.
- C)** finais.
- D)** incriminadoras.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa C

Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa A
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa A

Direito Penal 44

01 As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado. O sentenciado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o início, cumpri-la em:

- A)** regime aberto;
- B)** regime semi-aberto;
- C)** regima domiciliar;
- D)** regime albergue-domiciliar.

02 A prescrição da condenação, afasta:

- A)** a prisão para o cumprimento da pena;
- B)** absolve e extingue o crime;
- C)** afasta o precedente criminal;
- D)** os efeitos da reincidência.

03 Tratando-se de duas agressões perfeitamente distintas, uma praticada com a mão limpa e outra, logo em seguida, contra a mesma vítima, consistente no disparo de arma de fogo, tem-se que:

- A)** houve um crime único;
- B)** houve um crime progressivo;
- C)** houve um crime continuado;
- D)** houve um concurso formal.

04 A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador, constitui:

- A)** crime de injúria;
- B)** crime de calúnia;
- C)** crime de difamação;
- D)** nenhuma das hipóteses.

05 Se o agente, através de promessa de um mal, exerce sobre a vítima inibitória, obstando-lhe a realização de trabalho para o qual fora contratado, comete o crime de:

- A)** constrangimento ilegal;
- B)** ameaça;
- C)** extorsão;
- D)** coação moral irresistível.

06 Manter pessoa escondida por longo tempo sem que familiares tenham conhecimento do local onde se encontra, caracteriza o delito de:

- A)** extorsão mediante sequestro;
- B)** constrangimento ilegal;
- C)** sequestro e cárcere privado;
- D)** sequestro.

07 Tício furta um rádio da residência de Caio, inexistindo qualquer tipo de violência. Perseguido pela polícia Tício dispara tiros para o alto não para assegurar a impunidade ou a detenção da coisa, mas, tão somente, para garantir sua fuga. Na hipótese ocorreu:

- A)** crime de furto;
- B)** crime de roubo;
- C)** crime de roubo impróprio;
- D)** crime de roubo com a agravante da violência.

08 Tício, fazendeiro, encontra em sua propriedade animais que sabe serem do vizinho e, ao invés de devolvê-los, vende-os como seus, comete o delito de:

- A) receptação;
- B) apropriação;
- C) apropriação indébita dolosa;
- D) apropriação de coisa havida por erro.

09 Servio, advogado, levantou em cartório numerário pertencente ao seu cliente Saulo decorrente de ação indenizatória que ajuizou perante a 8ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande. Servio, por entender-se credor de parte da quantia levantada, a título de despesas, custas e honorários advocatícios, ficou com a quantia levantada. Ocorreu na hipótese:

- A) a apropriação de uma verba da qual Sérgio se julgou com o direito de retê-la legitimamente;
- B) o delito de estelionato;
- C) o crime de apropriação indébita;
- D) crime de corrupção ativa.

10 Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, constitui o crime de:

- A) concussão;
- B) corrupção passiva;
- C) corrupção ativa;
- D) extorsão.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Penal 45

01 A norma inserida no artigo 1º do Código Penal "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal" é chamada de:

- A) princípio do tempo do crime;
- B) princípio da reserva legal e da anterioridade;
- C) princípio da retroatividade da lei mais benigna;
- D) princípio do conflito temporal de leis.

02 Assinale a opção incorreta, levando em conta a seguinte afirmativa: Pelo nosso Código Penal existe exclusão de ilicitude quando o agente pratica o fato:

- A) em estado de necessidade;
- B) em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito;
- C) em legítima defesa;
- D) no crime impossível.

03 Assinale a alternativa correta:

- A) a emoção ou a paixão excluem a imputabilidade penal;
- B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade;
- C) as penas são privativas de liberdade e restritivas de direitos;
- D) as penas de multa, pela nova sistemática do Código Penal, foram abolidas.

04 Assinale a alternativa incorreta:

- A) prescrição penal é a perda do direito de punir do Estado, causada pelo decurso do tempo fixado

em lei;

- B)** prescrição penal é a perda do direito de agir do Estado, antes de transitada a sentença condenatória;
- C)** perempção é a perda do direito de prosseguir na ação, por inércia ou abandono;
- D)** decadência é a extinção do direito de ação do ofendido, em razão do decurso do prazo que a lei fixa para o seu exercício.

05 Assinale abaixo o tipo penal em que a ação pública é incondicionada.

- A)** homicídio;
- B)** injúria;
- C)** calúnia;
- D)** sedução.

06 No caso de homicídio, definido no artigo 121 do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A)** consuma-se o crime independentemente da morte da vítima;
- B)** a figura do art. 121, caput, denomina-se homicídio simples justamente porque não concorrem na figura delituosa as circunstâncias que podem tornar a figura privilegiada ou qualificada;
- C)** no homicídio qualificado são agregadas circunstâncias que não alteram a essência do delito, mas não aumentam a pena;
- D)** no homicídio privilegiado são agregadas circunstâncias que não alteram a essência do crime, mas não diminuem a pena.

07 Fulano esfaqueia Beltrano e mata-o. No caput do artigo 121 do Código Penal figura como homicídio a ação de matar alguém. O fato de a ação de Fulano corresponder exatamente à descrição do Código é o que caracteriza:

- A)** a antijuridicidade;
- B)** a culpabilidade;
- C)** a relação de causalidade;
- D)** a tipicidade.

08 Nos crimes abaixo enumerados, assinale o crime patrimonial que é acessório do outro crime patrimonial

- A)** furto;
- B)** estelionato;
- C)** receptação;
- D)** roubo.

09 Em quais dos crimes abaixo a pena cominada à tentativa é idêntica à do crime consumado:

- A)** homicídio;
- B)** evasão mediante violência contra a pessoa;
- C)** furto;
- D)** constrangimento ilegal.

10 Qual a forma de exclusão de culpabilidade que sempre pressupõe uma relação administrativa:

- A)** obediência hierárquica;
- B)** homicídio privilegiado;
- C)** legítima defesa;
- D)** estado de necessidade.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa B

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa A

Direito Penal 46

- 01** Somente ocorre concurso material:
- A)** entre crimes idênticos ou não;
 - B)** entre crimes heterogêneos, apenas;
 - C)** entre crimes idênticos, apenas;
 - D)** entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.
- 02** O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:
- A)** de causa que isente o agente de pena;
 - B)** de causa que privilegia o agente;
 - C)** de circunstância que atenua a pena do agente;
 - D)** de causa que qualifica o homicídio.
- 03** A falsificação e uso de um documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:
- A)** uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
 - B)** uso de documento falso;
 - C)** falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
 - D)** falsificação de documento público.
- 04** Constituem elemento do fato típico culposo, exceto:
- A)** resultado voluntário;
 - B)** previsibilidade objetiva;
 - C)** tipicidade;
 - D)** resultado.
- 05** Tendo réu menor de 21 anos praticado crime com pena máxima de 04 anos, qual o prazo necessário à prescrição da pretensão punitiva?
- A)** 08 anos;
 - B)** 12 anos;
 - C)** 04 anos;
 - D)** 02 anos.
- 06** Tentativa branca consiste:
- A)** na investida agressiva, utilizando-se o agente dos próprios punhos;
 - B)** na inexistência de lesão na vítima;
 - C)** quando o agente lesiona a vítima com arma branca
 - D)** em levar a efeito investida fracassada com instrumento contundente.
- 07** Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:
- A)** somente a mulher;
 - B)** qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
 - C)** qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
 - D)** somente o homem.
- 08** Relativamente ao tempo, as lei temporárias são:
- A)** retroativas, se beneficiar o agente;
 - B)** retroativas, independentemente de prejudicar ou beneficiar o agente;
 - C)** retroativas se, embora prejudicando o agente, beneficiarem a sociedade;
 - D)** ultrativas.
- 09** Joseph Comellon pratica delito de sedução, em razão do qual, após condenado por esse delito, casa-se com a ofendida. Um ano depois, estupra uma prima de sua mulher. Diante disso, é correto afirmar que:
- A)** houve reincidência genérica;
 - B)** houve reincidência, tão somente;

- C) não há reincidência, porquanto houve a extinção da punibilidade em face do casamento com a ofendida;
- D) houve reincidência específica.

10 Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir terceira não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- A) Erro sobre pessoa;
- B) Erro na execução;
- C) Erro sobre objeto;
- D) Erro provocado por terceiro

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 47

01 Assinale a alternativa correta:

- A) a imposição de medida de segurança ao semi-imputável, em substituição à pena privativa de liberdade, não impede o reconhecimento da prescrição;
- B) a medida provisória, quando convertida em lei federal, pode estabelecer crimes e cominar penas;
- C) o princípio da determinação não é corolário do princípio da legalidade penal;
- D) é admissível que o juiz imponha ao condenado, ao mesmo tempo, no primeiro ano de prazo, as condições do § 1º e as do § 2º, do art. 78 do CP.

02 Assinale a alternativa correta:

Quando um dos membros do Conselho de Sentença exige e recebe do advogado de defesa soma em dinheiro para absolver o acusado, cumprindo o que prometera, comete o delito:

- A) extorsão direta;
- B) extorsão indireta;
- C) corrupção passiva;
- D) concussão.

03 Dois desafetos travam forte discussão numa mesa de bar, chegando às vias de fato. Um deles, tendo levado desvantagem na troca de agressões, vai até ao próprio carro e, empunhando uma arma de fogo, aciona várias vezes o gatilho, não ocorrendo nenhum disparo, porém, eis que um cauteloso amigo, prevendo o pior, havia retirado as balas do tambor. Pergunta-se: qual crime foi cometido?

- A) crime falho;
- B) crime impossível;
- C) tentativa perfeita;
- D) tentativa imperfeita.

04 A retratação, como causa extintiva da punibilidade, só é cabível nos delitos:

- A) de injúria, calúnia e difamação;
- B) exclusivamente de ação penal privada;
- C) de calúnia, difamação e falso testemunho;
- D) de falso testemunho e falsa perícia.

05 Para efeito de punição, admite-se:

- A) tentativa de contravenção penal;

- B)** tentativa nos crimes unisubsistentes;
- C)** co-autoria em crime culposo;
- D)** tentativa de crime culposo.

06 O promitente vendedor que se recusa a devolver o "sinal", conforme o avençado e judicialmente decidido, relativo a negócio por ele desfeito, pratica:

- A)** exercício arbitrário das próprias razões;
- B)** ilícito civil;
- C)** apropriação indébita;
- D)** estelionato.

07 A testemunha que, sob compromisso, narra fatos pertinentes à causa, ainda que isso signifique atribuir fato criminoso a alguém mas sem faltar com a verdade, age:

- A)** em estado de necessidade;
- B)** na prática do crime de calúnia;
- C)** no exercício regular de um direito;
- D)** no estrito cumprimento do dever legal.

08 Na aberratio ictus com lesão corporal a terceiro e à pessoa visada, haverá:

- A)** concurso de crimes;
- B)** crime único;
- C)** excesso culposo;
- D)** erro de tipo.

09 Quanto ao crime de receptação culposa, pode-se dizer que é crime:

- A)** subsidiário;
- B)** plurisubjetivo;
- C)** autônomo;
- D)** que admite tentativa.

10 Caracteriza-se o crime de apropriação indébita:

- A)** o fato de existir posse anterior da coisa apropriada, ainda que ilícita a posse;
- B)** a apropriação da coisa apenas para uso ocasional;
- C)** a inversão no título da posse;
- D)** o dolo é contemporâneo ao recebimento lícito da coisa apropriada

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 48

01 Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:

- A)** somente a mulher;
- B)** qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
- C)** qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
- D)** somente o homem.

02 Quando o agente, disparando arma de fogo em direção a seu desafeto, mas, errando o alvo, vem a atingir pessoa não visada, pode-se dizer que ocorreu:

- A) Erro sobre pessoa;
- B) Erro na execução;
- C) Erro sobre objeto;
- D) Erro provocado por terceiro.

03 Tendo réu menor de 21 anos praticado crime com pena máxima de 04 anos, qual o prazo necessário à prescrição da pretensão punitiva?

- A) 08 anos;
- B) 12 anos;
- C) 04 anos;
- D) 02 anos.

04 O homicídio praticado sob coação a que o agente poderia resistir implica no reconhecimento:

- A) De causa que isente o agente de pena;
- B) De causa que privilegia o agente;
- C) De circunstância que atenua a pena do agente;
- D) De causa que qualifica o homicídio.

05 Sobre a prisão temporária, é correto afirmar:

- A) Pode ser decretada pelo delegado de polícia;
- B) Não pode ser prorrogada sob quaisquer hipóteses;
- C) Somente pode ser decretada na fase de inquérito;
- D) Somente pode ser decretada pelo juiz e após o oferecimento da denúncia.

06 Constituem elementos do fato típico culposos, exceto:

- A) resultado voluntário;
- B) previsibilidade objetiva;
- C) tipicidade;
- D) resultado.

07 A falsificação e uso de documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:

- A) uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
- B) uso de documento falso;
- C) falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
- D) falsificação de documento público.

08 São algumas das causas interruptivas da prescrição, exceto:

- A) A sentença condenatória recorrível;
- B) A pronúncia;
- C) O recebimento da denúncia ou queixa;
- D) A impronúncia.

09 Somente ocorre concurso material:

- A) entre crimes idênticos ou não;
- B) entre crimes heterogêneos, apenas;
- C) entre crimes idênticos, apenas;
- D) entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.

10 Tentativa branca consiste:

- A) na investida agressiva, utilizando-se o agente dos próprios punhos;
- B) na inexistência de lesão na vítima;
- C) na execução obstada por uma norma penal em branco;
- D) em levar a efeito investida fracassada com instrumento cortante, perfurante ou pérfuro-cortante.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa C
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa B

Direito Penal 49

- 01** A falsificação e uso de um documento público, pelo mesmo agente, configura o delito de:
A) Uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal;
B) Uso de documento falso;
C) Falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
D) Falsificação de documento público.
- 02** Numa luta de boxe, um dos contendores, ao atacar o adversário, vem a falecer em virtude de forte contra-golpe empregado por este, que, por sua vez, agira estritamente dentro da regra. Em face do Direito Penal, a conduta realizada pelo pugilista sobrevivente deverá se interpretada como sendo:
A) Homicídio qualificado pela futilidade do motivo;
B) Legítima defesa, em razão da agressão a que se submetia;
C) Homicídio culposo;
D) Exercício regular do direito.
- 03** Constituem elemento do fato típico culposo, exceto:
A) Resultado voluntário;
B) Previsibilidade objetiva;
C) Tipicidade;
D) Resultado.
- 04** Joseph Comellon pratica delito de sedução, em razão do qual, após condenado por esse delito, casa-se com a ofendida. Um ano depois, estupra uma prima de sua mulher. Diante disso, é correto afirmar que:
A) Houve reincidência genérica;
B) Houve reincidência, tão somente;
C) Não há reincidência, porquanto houve a extinção da punibilidade em face do casamento com a ofendida;
D) Houve reincidência específica.
- 05** Relativamente ao tempo, as lei temporárias são:
A) Retroativas, se beneficiar o agente;
B) Retroativas, independentemente de prejudicar ou beneficiar o agente;
C) Retroativas se, embora prejudicando o agente, beneficiarem a sociedade;
D) Ultrativas.
- 06** Quando o agente não prevê o resultado que é previsível e quando prevê que ele não ocorrerá, são situações correspondentes, respectivamente, a:
A) Culpa consciente e dolo alternativo;
B) Culpa inconsciente e culpa consciente;
C) Culpa inconsciente e dolo eventual;
D) Dolo eventual e culpa consciente.
- 07** Pode ser sujeito passivo do delito de atentado violento ao pudor:
A) Somente a mulher;
B) Qualquer pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos;
C) Qualquer pessoa, homem ou mulher, com qualquer idade;
D) Somente o homem.
- 08** As duas espécies de interpretação extensiva permitidas pelo nosso ordenamento penal são:

- A) In bonam partem e praeter-legem;
- B) Intra-legem e in bonam partem;
- C) Intra-legem e ultra-legem;
- D) In bonam partem e secundum legem;

09 Somente ocorre concurso material:

- A) Entre crimes idênticos ou não;
- B) Entre crimes heterogêneos, apenas;
- C) Entre crimes idênticos, apenas;
- D) Entre crimes idênticos ou não, desde que ambos sejam dolosos.

10 Qual a providência cabível quando, embora presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, deixa o juiz de receber o recurso?

- A) Recurso em sentido estrito;
- B) Recurso especial;
- C) Carta testemunhável;
- D) Embargos infringentes.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Penal 50

01 A individualização da pena compreende:

- A) cominação
- B) cominação, aplicação e execução
- C) cominação e aplicação
- D) aplicação e execução
- E) cominação e execução

02 No crime qualificado pelo resultado, tem-se:

- A) dolo no antecedente e dolo no conseqüente
- B) culpa no antecedente e culpa no conseqüente
- C) culpa no antecedente e dolo no conseqüente
- D) dolo no antecedente e culpa no conseqüente
- E) responsabilidade objetiva

03 A, 17 anos, pratica atos de execução do crime de homicídio. Antes de ocorrer a morte, impede que o resultado se produza. A hipótese configura:

- A) crime consumado
- B) tentativa
- C) desistência voluntária
- D) arrependimento posterior
- E) inexistência de crime

04 A, imputável, inicia a execução de um crime; antes da consumação, por deliberação própria, deixa de prosseguir os atos delituosos. A hipótese caracteriza:

- A) arrependimento eficaz
- B) tentativa
- C) desistência voluntária

- D) consumação
- E) exaurimento

05 A, imputável, comete duas infrações penais. A segunda, depois de definitivamente condenado pela primeira. Assinale a hipótese de não reincidência.

- A) crime + crime
- B) crime + contravenção penal
- C) contravenção penal + contravenção penal
- D) contravenção penal + crime
- E) crime + tentativa de crime

06 A tentativa é incompatível com o crime:

- A) permanente
- B) instantâneo
- C) de dano
- D) de perigo
- E) complexo

07 "Constitui crime de tortura:

I - constringer alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental;

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa"

'Com o fim de obter informação' configura:

- A) dolo
- B) preterdolo
- C) elemento subjetivo do tipo
- D) qualificadora
- E) agravante

08 A, imputável, mediante uma só ação, conforme seu desejo, comete dois crimes, resultantes de desígnios autônomos. A hipótese caracteriza:

- A) concurso material
- B) concurso formal impróprio
- C) concurso formal próprio
- D) crime continuado
- E) reincidência

09 A participa com B da prática de um crime. Sua participação é de menor importância. A pena será:

- A) igual para A e B
- B) agravada
- C) atenuada
- D) excluída
- E) aplicada no mínimo legal

10 As circunstâncias atenuantes

- A) são exaustivamente relacionadas na lei
- B) acompanham cada tipo legal de crime
- C) são incompatíveis com os crimes de perigo
- D) podem ser constatadas pelo juiz independentemente de relacionadas na lei
- E) são incompatíveis com os crimes de dano

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa D

Direito Penal 51

01 Deixando o condenado solvente de pagar multa que lhe foi imposta na sentença condenatória transitada em julgado e, não tendo sido requerido o seu parcelamento, nem determinado o desconto sobre seus vencimentos, a sanção pecuniária será:

- A)** convertida em pena de detenção na base de um dia de detenção para cada dia-multa
- B)** convertida em pena de prisão simples
- C)** convertida em pena restritiva de direito
- D)** considerada dívida de valor
- E)** convertida em pena de prisão por prazo nunca superior a um ano

02 Crime vago é aquele que:

- A)** não tem objeto jurídico
- B)** não tem objeto material
- C)** tem como sujeito passivo uma coletividade destituída de personalidade jurídica
- D)** tem como sujeito passivo uma pessoa jurídica não identificada
- E)** não tem sujeito passivo

03 Qual dos requisitos abaixo relacionados não é exigível para a concessão do chamado "sursis" simples?

- A)** não reincidência em crime doloso em que a condenação anterior não tenha sido à pena de multa
- B)** reparação do dano
- C)** condenação à pena privativa de liberdade não superior a dois anos
- D)** não cabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito
- E)** que as circunstâncias judiciais sejam favoráveis ao condenado

04 Lei posterior que passa a cominar ao crime de uma pena menor:

- A)** não tem aplicação aos fatos anteriores porque cometidos anteriormente à sua vigência
- B)** tem aplicação aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- C)** tem aplicação aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória
- D)** tem aplicação aos fatos anteriores, mas tão somente para fazer cessar os efeitos civis da sentença condenatória
- E)** tem aplicação aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória para a defesa

05 Culpa imprópria é aquela em que:

- A)** o agente não quer o resultado, mas ele lhe era, no entanto, previsível
- B)** o agente tem apenas previsão quanto ao resultado
- C)** o agente quer o resultado, mas incide em erro vencível ou inescusável
- D)** o agente não quer o resultado, mas, com sua conduta, assume o risco de produzi-lo
- E)** o agente quer o resultado, mas, por erro de execução, acaba por atingir pessoa diversa da pretendida

06 Culpa consciente é aquela em que:

- A)** o agente prevê o resultado e, conscientemente, assume o risco de produzi-lo
- B)** o agente prevê o resultado mas, espera, sinceramente, que ele não ocorrerá
- C)** o agente não tem previsão quanto ao resultado, mas apenas a previsibilidade do mesmo
- D)** o agente não tem previsão quanto ao resultado, mas, conscientemente, o considera previsível
- E)** o agente tem previsão quanto ao resultado e, mesmo assim, atua, pouco importando se ele ocorrerá ou não

07 A coação moral irresistível é causa de:

- A)** exclusão da antijuridicidade

- B) exclusão da culpabilidade
- C) exclusão da tipicidade
- D) extinção da punibilidade
- E) diminuição especial da pena

08 O delito de rixa é considerado de concurso necessário porque:

- A) exige a participação de duas ou mais pessoas as quais devem agir com unidade de desígnios
- B) exige a participação de mais de quatro pessoas
- C) exige a participação de três ou mais pessoas identificáveis
- D) exige a participação de, no mínimo, quatro pessoas
- E) exige a participação de três ou mais pessoas

09 A associação de mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para a prática de crimes considerados como hediondos, tem o efeito de:

- A) acarretar maior punição aos agentes por se tratar de modalidade agravada do delito de quadrilha ou bando
- B) acarretar aos agentes a impossibilidade de progressão de regime prisional, sem qualquer reflexo na quantidade de pena prevista no artigo 288 do Código Penal
- C) acarretar maior punição aos agentes por se tratar de modalidade qualificada do crime de quadrilha ou bando
- D) acarretar aos agentes a impossibilidade de serem beneficiados com o livramento condicional
- E) acarretar aos agentes a impossibilidade de serem beneficiados com indulto, sem qualquer reflexo na quantidade de pena prevista no artigo 288 do Código Penal

10 Estando o sentenciado em cumprimento de pena restritiva de direito, consistente na prestação de serviços à comunidade e, advindo condenação à pena privativa de liberdade, por outro processo, deve o juiz:

- A) converter a pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade, ainda que a execução da pena imposta tenha sido suspensa
- B) converter a pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade, se a execução da pena imposta não tiver sido suspensa
- C) converter a pena restritiva de direito em pena de multa
- D) converter a pena restritiva de direito em outra de natureza diversa, após a oitiva do sentenciado
- E) converter a pena restritiva de direito em outra da mesma natureza, sem a oitiva do condenado

Direito Penal 51

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Penal 52

01 Antônio, durante a madrugada e mediante escalada, adentrou uma indústria de roupas objetivando praticar a subtração de vestimentas lá fabricadas. No momento em que se encontrava no interior do prédio, para realizar a subtração, foi surpreendido por um guarda particular da firma que, de arma em punho, lhe deu voz de prisão. Antônio, após de envolver em luta corporal com o guarda e arrebatar-lhe a arma, com a mesma deu-lhe uma coronhada na cabeça, ferindo-o e, ato contínuo, fugiu do local sem nada levar. Antônio, com sua conduta, deverá ser responsabilizado por:

- A) tentativa de furto qualificado em concurso material com o delito de lesões corporais
- B) tentativa de roubo impróprio
- C) tentativa de roubo próprio
- D) tentativa de furto qualificado em concurso formal com o delito de lesões corporais

E) tentativa de roubo impróprio em concurso material com o delito de lesões corporais

02 João, objetivando subtrair o relógio de Manoel, aponta-lhe um revólver. Manoel, assustado com o gesto ameaçador, permite que João lhe subtraia o relógio sendo, logo em seguida, em decorrência da grave ameaça, acometido de intenso choque nervoso, que o obriga a permanecer internado em um hospital por quarenta dias. João, com sua conduta, deverá ser responsabilizado por:

- A)** roubo qualificado pelo resultado lesão corporal de natureza grave
- B)** roubo agravado em concurso formal com o delito de lesão corporal de natureza grave
- C)** roubo agravado em concurso material com o delito de lesão corporal de natureza grave
- D)** furto qualificado em concurso formal com o delito de lesão corporal de natureza grave
- E)** furto qualificado em concurso material com o delito de lesão corporal de natureza grave

03 O crime de extorsão mediante seqüestro, em sua modalidade simples, está consumado quando:

- A)** ocorre a obtenção da vantagem patrimonial pretendida pelos agentes
- B)** a vítima é libertada ou morta após o pagamento do preço do resgate
- C)** foi realizado o primeiro contato dos agentes, exigindo a vantagem patrimonial indevida
- D)** houver decorrido o prazo de vinte e quatro horas do seqüestro
- E)** a vítima é seqüestrada

04 O perdão judicial é causa de:

- A)** exclusão de tipicidade
- B)** extinção da punibilidade
- C)** exclusão de antijuridicidade
- D)** exclusão de culpabilidade
- E)** extinção da ação penal

05 De acordo com a orientação sumular oriunda do Superior Tribunal de Justiça, quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, haverá:

- A)** falso
- B)** falso em continuidade delitiva com estelionato
- C)** falso em concurso material com estelionato
- D)** estelionato
- E)** falso em concurso formal com estelionato

06 A autoridade colateral existe quando:

- A)** há um vínculo subjetivo entre os participantes
- B)** apenas um dos agentes atua com a consciência de cooperação na conduta comum
- C)** apenas um dos agentes realiza diretamente a ação ou omissão típica
- D)** apenas um dos agentes não realiza diretamente a ação ou omissão típica, conseguindo a execução do delito, através de pessoa que atua sem culpabilidade
- E)** os agentes atuam sem consciência de cooperação na conduta comum

07 Qual das causas abaixo relacionadas não interrompe o curso da prescrição?

- A)** decisão de pronúncia
- B)** decisão confirmatória da pronúncia
- C)** sentença condenatória recorrível
- D)** início ou continuação do cumprimento da pena
- E)** oferecimento da denúncia ou da queixa

08 Para que se reconheça, em favor do agente, a causa especial de diminuição de pena, do homicídio privilegiado, é preciso que ele atue:

- A)** sob influência de emoção a que não podia resistir
- B)** sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima
- C)** sob o domínio de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima
- D)** sob o domínio de violenta emoção provocada por ato da vítima
- E)** sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima

09 A inabilitação temporária para o exercício de função pública cominada aos delitos de abuso de autoridade, previstos na Lei 4.898/65, quando aplicada de forma isolada e autônoma, tem a natureza

de:

- A)** pena principal
- B)** pena acessória
- C)** pena administrativa
- D)** pena restritiva de direito
- E)** efeito da condenação

10 O agente que é surpreendido de posse de um receituário médico falsificado, quando objetiva usá-lo para a aquisição de substância entorpecente, tem uma conduta classificada como:

- A)** crime falho
- B)** crime impossível
- C)** crime consumado
- D)** ato preparatório
- E)** crime tentado

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 53

01 Em 17 de abril de 1996, Alberto Jerônimo raptou mediante violência, para fim libidinoso, a recatada Fernanda Arantes, de 13 anos de idade. Alberto Jerônimo praticou ato libidinoso diverso da conjunção carnal com Fernanda Arantes, apenas uma vez no período da privação de liberdade, fato ocorrido no dia 14 de maio de 1996. Em 25 de junho de 1996 a polícia localizou o cativo e libertou a vítima. O crime de rapto, em 17 de abril de 1996, era punido com pena de reclusão de dois a quatro anos. Em 20 de maio de 1996 entrou em vigor uma lei que passou a punir o crime de rapto com pena de detenção de um a três anos. E, em 20 de junho de 1996 entrou em vigor uma lei nova que imputou ao crime de rapto a pena de reclusão de três a cinco anos. Quanto ao atentado violento ao pudor, até 03 de junho de 1996 vigia uma lei que atribuía ao crime uma pena de reclusão de três a nove anos e, em 04 de junho de 1996, passou a vigorar uma lei que imputou ao atentado violento ao pudor pena de reclusão de seis a dez anos. Quais as leis a serem aplicadas ao caso?

- A)** a lei intermediária menos severa para o crime de rapto e a lei menos severa para o crime de atentado violento ao pudor;
- B)** a lei do tempo do início da ação delituosa perpetrada no rapto e a lei menos severa para o crime de atentado violento ao pudor;
- C)** a lei mais severa durante o tempo da privação da liberdade da vítima para o rapto e a lei em vigor quando da libertação da vítima para o atentado violento ao pudor;
- D)** a lei mais severa durante o tempo da privação da liberdade da vítima para o rapto e a lei menos severa para o atentado violento ao pudor;
- E)** a lei do tempo do início da ação delituosa perpetrada no rapto e a lei em vigor quando da libertação da vítima para o atentado violento ao pudor.

02 Alberto Roberto foi julgado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Alexandria/RN, por haver no ano de 1983 cometido um homicídio contra Fernando Paulino. O Júri Popular absolveu o réu, reconhecendo a excludente de ilicitude de legítima defesa. A decisão transitou em julgado. Marinésio, escrivão que oficiou no feito, não satisfeito com a decisão irrecorrível, comentou incisivamente nos corredores do Fórum da Comarca que Alberto Roberto matou, premeditadamente, Fernando Paulino na pescaria e, portanto a "estória" de legítima defesa foi uma invenção para livrar a responsabilidade do assassino. Nesta situação:

- A)** Marinésio imputou a Alberto Roberto falsamente fato definido como crime, podendo retratar-se cabalmente da calúnia, até antes da sentença;
- B)** Marinésio imputou a Alberto Roberto fato definido como crime, podendo valer-se da exceção da verdade para demonstrar que o fato é verídico;
- C)** Não cometeu Marinésio qualquer crime, uma vez que sua conduta está protegida pela excludente de ilicitude, pois os comentários ocorreram na discussão da causa;
- D)** Marinésio imputou a Alberto Roberto falsamente fato definido como crime, podendo valer-se da notoriedade do fato para demonstrar que o comentário é verídico;
- E)** Marinésio imputou a Alberto Roberto fato ofensivo a sua reputação, podendo valer-se da exceção da verdade pois é funcionário público.

03 "Neusinha do morro", coagindo irresistivelmente Ferdinando, de dezessete anos de idade perito em explosivos, determinou a execução da morte de Albertina do pó" que estava ameaçando o seu domínio no tráfico de drogas do centro da cidade. Para a prática do crime, entregou Neusinha a Ferdinando um revólver Taurus, calibre 38, regularmente registrado em nome de "Neusinha do morro". Ferdinando, de posse da arma, foi à procura de Albertina que se encontrava no interior de um bar, motivo que o fez explodir o local, resultando na morte de Albertina. Ferdinando, ao retomar para casa em um beco sem saída, encontrou "Galeguinho da flauta", seu desafeto e também de Neusinha, e resolveu assassiná-lo com o revólver que recebeu de Neusinha, logrando pleno êxito. Neste caso, se imputará à Neusinha:

- A)** a autoria do crime de homicídio simples praticado contra Albertina, com pena aumentada até a metade, tendo em vista que o resultado mais grave era previsível;
- B)** a autoria do crime de homicídio qualificado pelo emprego de explosivo praticado contra Albertina;
- C)** a autoria do crime de homicídio simples praticado contra Albertina;
- D)** a autoria do crime de homicídio simples praticado contra Albertina, com pena agravada pelo emprego de explosivos;
- E)** a autoria do crime de homicídio qualificado pelo emprego de explosivo praticado contra Albertina e participação de menor importância no crime de homicídio simples praticado contra "Galeguinho da flauta".

04 Sobre o estado de necessidade:

- I. há estado de necessidade agressivo quando a conduta do sujeito atinge interesse de quem causou ou contribuiu para a produção da situação de perigo; e estado de necessidade defensivo quando a conduta do sujeito atinge bem jurídico de terceiro inocente;
- II. o estado de necessidade exculpante é causa extralegal de exclusão da culpabilidade, enquanto o estado de necessidade justificante é causa excludente de ilicitude do fato;
- III. no estado de necessidade putativo inexistente a justificativa, mas o agente não será punido pelo fato, por ausência de culpa, em decorrência do erro;
- IV. no estado de necessidade inexistente agressão ilícita; enquanto na legítima defesa há sempre uma opção pela prevalência do interesse legítimo que se opõe a uma agressão ilícita;
- V. justifica-se a excludente mesmo que o agente possa afastar o perigo através da fuga.

- A)** I, III e IV estão corretas;
- B)** I, II e V estão corretas;
- C)** II, III e IV estão corretas;
- D)** somente II e IV estão corretas;
- E)** somente III e V estão corretas.

05 Alfonso Pernalonga e Betinho Chaves, programadores de computador, criaram um programa para entrar no sistema operacional do Banco da Terra, com o objetivo de retirar as unidades de centavos das contas dos correntistas, depositando-as em uma conta previamente aberta por eles, sob nome falso. Dias depois do início da ação delituosa, Alfonso Pernalonga disse ao parceiro que não mais queria participar do golpe indo morar em outra cidade levando consigo parte do dinheiro arrecadado. A diretoria do banco depois de receber duas reclamações de correntistas, iniciou uma sindicância interna e comunicou o fato à polícia que instaurou o inquérito. Antes da conclusão das investigações, Betinho Chaves resolveu relatar o fato à diretoria do banco e devolver os valores subtraídos que se encontravam na conta corrente, sem se locupletar deles. Nessa situação:

- A)** praticou Alfonso Pernalonga o crime de furto consumado, sob a forma continuada; e Betinho Chaves o delito de furto consumado, sob a forma continuada, com pena diminuída em decorrência do arrependimento posterior;

- B)** praticou Alfonso Pernalonga o crime de furto consumado, sob a forma continuada; e Betinho Chaves o delito de furto consumado, sob a forma continuada, com pena atenuada;
- C)** praticou Alfonso Pernalonga o crime de furto consumado sob a forma continuada, com pena atenuada; e Betinho Chaves o delito de furto consumado, sob a forma continuada, com pena diminuída em razão de sua desistência voluntária;
- D)** praticaram Alfonso Pernalonga e Betinho Chaves o crime de furto consumado, sob a forma continuada, com a pena diminuída em razão do arrependimento posterior;
- E)** praticou Alfonso Pernalonga o crime de furto consumado, sob a forma continuada; e Betinho Chaves o delito de furto consumado, sob a forma continuada, com a pena diminuída pelo arrependimento eficaz.

06 Sobre os efeitos da condenação:

- I. a sentença que julga o agente inimputável, nos termos do art. 26, caput do Código Penal, aplicando-lhe medida de segurança, não constitui título executivo judicial na esfera civil;
- II. as glebas em que se localizarem culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão confiscadas como decorrência automática da sentença penal condenatória de tráfico de entorpecente;
- III. para a declaração de incapacidade ao exercício do pátrio poder tutela ou curatela é indispensável que se trate de condenação por crime doloso, cometido contra filho, tutelado ou curatelado, desde que, em tese, seja aplicável pena de reclusão;
- IV. a inabilitação para dirigir veículo é cabível quando este foi usado como meio material de execução do crime doloso, desde que motivadamente declarada na sentença;
- V. a condenação por crime de tortura acarreta a suspensão do cargo, função ou emprego público.

- A)** I, III e IV estão corretas;
- B)** I, II e III estão corretas;
- C)** II, IV e V estão corretas;
- D)** somente III e V estão corretas;
- E)** somente I e IV estão corretas.

07 Amado, funcionário do Banco Central do Brasil de férias na cidade de Corumbá/MS, aceitou uma oferta para comprar 10 Kg de cocaína, por um preço bem inferior ao que era praticado no mercado. O vendedor da droga indicou a Amado a pessoa de Bertoldo, um motorista de caminhão que era acostumado a levar este tipo de carga para Brasília/DF. Amado contratou os serviços de Bertoldo e indicou os destinatários da encomenda como sendo Clébio e Demóstenes, residentes no Núcleo Bandeirantes. Clébio, conhecido fornecedor de drogas, se encarregaria da venda do produto no varejo; e Demóstenes usaria a droga para consumo próprio. De acordo com a Lei nº 6.368/76, que trata dos crimes contra o tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes, será imputada aos agentes:

- A)** Amado, Bertoldo e Clébio a prática dos crimes de tráfico de entorpecente (art. 12) e associação para a prática de ilícito (art. 14) e Demóstenes a prática do crime de aquisição para uso próprio de substância entorpecente (art. 16);
- B)** Amado, Bertoldo, Clébio e Demóstenes a prática dos crimes de tráfico de entorpecente (art. 12) e associação para a prática de ilícito (art. 14);
- C)** Amado, Bertoldo e Clébio a prática dos crimes de tráfico de entorpecente (art. 12) e associação para a prática de ilícito (art. 14), sendo que para - Amado, ainda, incidirá a causa de aumento de pena por ser o agente funcionário público (art. 18, II) e Demóstenes a prática do crime de aquisição para uso próprio de substância entorpecente (art. 16);
- D)** Amado, Bertoldo e Clébio a prática do crime de tráfico de entorpecente (art. 12) com pena aumentada pela associação dos agentes (art. 18, III) e Demóstenes a prática do crime de aquisição para uso próprio de substância entorpecente (art. 16);
- E)** Amado, Bertoldo, Clébio e Demóstenes a prática do crime de tráfico de entorpecente (art. 12) com pena aumentada pela associação dos agentes (art. 18, III).

08 Zilton, conhecido investigador da Polícia Civil, efetuou uma busca na residência de Norton, sem mandado judicial, à procura dos objetos furtados da residência do senhor Secretário de Segurança Pública, no mês de maio de 1999. Após a busca, não foram encontrados os objetos subtraídos. Então, Zilton tentou obter de Norton informações a respeito do paradeiro dos bens e da confissão da autoria do crime de furto. Norton recusou-se a colaborar com o policial ocasião em que Zilton disse que, a partir daquele dia, todos os passos de Norton e seus familiares seriam seguidos até que se descobrisse a localização dos objetos furtados, o que deixou Norton apavorado. Nessa situação,

praticou Zilton:

- A)** o crime de violação de domicílio e abuso de autoridade;
- B)** somente o crime de abuso de autoridade;
- C)** os crimes de, violação de domicílio e constrangimento ilegal;
- D)** somente o crime de constrangimento ilegal, com a pena agravada pelo abuso de poder;
- E)** os crimes de abuso de autoridade e ameaça.

09 Sobre obediência hierárquica e coação irresistível:

I. para caracterizar a obediência hierárquica a relação de subordinação se pode fundamentar no direito administrativo, nas relações trabalhistas, familiares e religiosas;

II. para o acolhimento da exculpante da obediência hierárquica deve haver o estrito cumprimento de ordem não manifestamente ilegal, porque, se a ordem for legal, o problema deixa de ser de culpabilidade, podendo caracterizar causa de exclusão de ilicitude;

III. a coação irresistível que exclui a culpabilidade é a moral; tratando-se de coação física irresistível, o problema não é de culpabilidade, mas sim de fato típico, que não existe em relação ao coato por ausência de conduta voluntária;

IV. na hipótese de coação resistível, não haverá exclusão da culpabilidade penal do coagido, mas uma redução da sua pena pelo acolhimento de uma causa de diminuição prevista na parte geral do Código Penal;

V. o coator será sempre punível: na coação irresistível, na condição de autor mediato, na coação resistível, na condição de co-autor ou de partícipe na medida de sua culpabilidade.

- A)** I, II e III estão corretas;
- B)** II, III e V estão corretas;
- C)** I, III e IV estão corretas;
- D)** somente II e V estão corretas;
- E)** somente IV e V estão corretas.

10 Pitágoras, dirigindo um veículo corsa, em alta velocidade e em sentido proibido colidiu com Muriel que trafegava pela avenida das Flores, com velocidade aproximada de 70 Km/h. No acidente morreu Jane e ficou gravemente ferido Gerônimo, passageiros do veículo conduzido por Pitágoras. Muriel, ciente de que não contribuía para o acidente, deixou o local dirigindo o seu veículo que possuía condição de uso. Pitágoras fugiu para se eximir da responsabilidade. Após a fuga dos condutores dos veículos envolvidos no acidente, um taxista prestou socorro às vítimas, conduzindo-as para o hospital mais próximo. Nessa situação, segundo o Código de Trânsito (Lei nº 9.503/97);

- A)** praticou Muriel o crime de omissão de socorro;
- B)** a conduta de Muriel não pode ser tida como ilícita;
- C)** a conduta de Muriel de se afastar do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que porventura lhe pudesse ser atribuída, é considerada tipo penal;
- D)** praticou Pitágoras o crime de homicídio e lesão corporal culposos, sob a forma simples, em concurso formal heterogêneo;
- E)** praticou Pitágoras os crimes de homicídio e lesão corporal culposos sob a forma simples, em concurso material com o crime de omissão de socorro.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

Direito Penal 54

01 Assinale a alternativa CORRETA:

A edição de lei mais favorável ("abolitio criminis") possibilita ao réu:

- A)** ver cessada a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

- B)** ver cessada a execução e os efeitos civis da sentença condenatória.
- C)** obter "sursis".
- D)** eximir-se da obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- E)** livrar-se de confisco.

02 Assinale a alternativa CORRETA:

A pena restritiva de direitos, se aplicada isoladamente, prescreverá:

- A)** em dois anos.
- B)** em cinco anos.
- C)** no mesmo prazo da pena privativa de liberdade.
- D)** no dobro do prazo da pena privativa de liberdade.
- E)** na metade do prazo da pena privativa de liberdade.

03 Assinale a alternativa CORRETA:

A suspensão condicional da pena é viável se:

- A)** houver condenação em pena de multa.
- B)** houver condenação em pena restritiva de direitos.
- C)** houver reparação do dano causado pela infração.
- D)** houver imposição de pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- E)** houver confisco de bens.

04 Assinale a alternativa CORRETA:

- A)** A pena de prestação pecuniária se confunde com a multa reparatória.
- B)** Se o ofendido propuser ação civil para reparação do dano e ocorrer condenação, desta será descontada a prestação pecuniária.
- C)** A pena de prestação pecuniária é limitada a dois salários mínimos.
- D)** Recolhimento domiciliar também é pena restritiva de direitos.
- E)** As penas restritivas de direitos são aplicáveis só aos crimes dolosos.

05 Assinale a alternativa CORRETA

"A", "B", "C" e "D" participam de um "racha" (corrida automobilística sem licença da autoridade) em rua de pouco movimento, presentes várias pessoas. Os veículos de "B" e "D" derrapam durante a disputa e se precipitam sobre a platéia improvisada, matando duas pessoas. O processo correspondente deverá indicar que:

- A)** só "B" e "D" responderão pelos crimes.
- B)** "A" e "C" responderão por contravenção.
- C)** "B" responderá por uma morte e "D" por outra.
- D)** todos os participantes do "racha" responderão pelas infrações ocorridas.
- E)** cada agente responderá pelo resultado que produziu. Assim, se um carro apenas matou os dois assistentes, seu condutor será o único responsável pelos delitos.

06 Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo resolve atirar em José que está conversando com Afonso. E mesmo prevendo que poderá atingir o terceiro (Afonso), não desiste do seu intento e atira, acertando-o. Responderá pelo crime a título de:

- A)** dolo direto.
- B)** dolo alternativo.
- C)** dolo eventual.
- D)** culpa inconsciente.
- E)** dolo indireto.

07 Assinale a alternativa CORRETA:

O arrependimento posterior do agente, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, implica em redução da pena se:

- A)** houver apreensão da coisa pela polícia,
- B)** ocorrer devolução por coação moral ou física
- C)** decisão judicial determinar a reparação.
- D)** houver ressarcimento por terceiro.
- E)** houver restituição ou reparação pessoal do agente.

08 Assinale a alternativa CORRETA:

Absolvido em processo-crime porque teria agido sob o pálio da legítima defesa putativa, o réu é acionado pela vítima, no juízo cível, para haver indenização pelas lesões sofridas. No seu modo de ver, o que poderá acontecer?

- A)** Não cabe pedido de indenização porque o ato não foi ilícito.
- B)** A decisão na área criminal afastou a indenização pleiteada.
- C)** Embora ilícito o ato, a absolvição afastou a reparação pretendida.
- D)** O réu poderá ser obrigado a indenizar, apesar da absolvição na área criminal.
- E)** O réu terá necessariamente que indenizar a vítima.

09 Assinale a alternativa CORRETA:

Dois grupos de jovens entram em conflito durante festival, estabelecendo-se confusão generalizada e agressões entre grande número de participantes do evento, sendo impossível a identificação da autoria individualizada das hostilidades. Qual a infração penal?

- A)** Lesões corporais.
- B)** Crimes de maus-tratos.
- C)** Contravenções de vias de fato.
- D)** Rixa.
- E)** Lesões corporais recíprocas.

10 Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo, para defender-se de João, retira a arma que está na posse de Aldo. Haverá:

- A)** legítima defesa subjetiva e legítima defesa sucessiva.
- B)** legítima defesa putativa e legítima defesa sucessiva,
- C)** estado de necessidade e exercício regular de direito.
- D)** legítima defesa e estado de necessidade.
- E)** legítima defesa e estrito cumprimento de dever legal.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa D

Direito Penal 55

01 Comete o crime previsto no art. 313-A do Código Penal, pelo acréscimo dado pela Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, o funcionário

- A)** autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- B)** não autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, somente se com o fim de obter vantagem indevida para si.
- C)** autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública para obter vantagem indevida somente se a vantagem era para si próprio.
- D)** autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública somente se para causar dano a terceiros.
- E)** autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar nos sistemas informatizados

ou bancos de dados da Administração Pública somente se o fim era obter vantagem indevida para outrem.

02 Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei constitui

- A)** contravenção penal pelo emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- B)** crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- C)** infração administrativa pelo emprego indevido de verbas ou rendas públicas.
- D)** crime contra a fé pública.
- E)** crime contra a administração da justiça.

03 Constitui crime de denúncia caluniosa, de acordo com a redação dada pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000,

- A)** apenas dar causa a instauração de investigação administrativa e a inquérito civil contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- B)** apenas dar causa a instauração de investigação policial e de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- C)** apenas dar causa a processo judicial e a instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- D)** dar causa a instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- E)** somente dar causa a instauração de investigação policial, de processo judicial e ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

04 Constitui crime de falso testemunho ou de falsa perícia, conforme redação dada pela Lei nº 10.268, de 28 de agosto de 2001,

- A)** fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em administrativo e em juízo arbitral.
- B)** fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em processo judicial.
- C)** fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em processo judicial e inquérito policial.
- D)** fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.
- E)** fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em juízo arbitral.

05 Constitui crime de coação no curso do processo

- A)** usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.
- B)** usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em processo judicial.
- C)** usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em processo administrativo.
- D)** usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em processo judicial e procedimento policial.
- E)** usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em juízo arbitral.

06 Aquele que se apropria de dinheiro ou de qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem, pratica

- A)** contravenção penal.
- B)** crime de peculato mediante erro de outrem.
- C)** ilícito administrativo.

- D) irregularidade funcional.
- E) crime de apropriação indébita.

07 Pratica crime de emissão de título ao portador sem permissão legal o agente que emite

- A) com permissão legal, apenas nota, bilhete, ficha e vale.
- B) com permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago.
- C) sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago.
- D) sem permissão legal, apenas nota, bilhete, ficha e vale.
- E) com permissão legal, apenas nota, bilhete, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador.

08 Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio (Decreto nº 201, de 27 de fevereiro de 1967)

- A) é crime punido apenas com detenção e multa.
- B) é crime de ação privada.
- C) é crime punido apenas com reclusão e multa;
- D) é crime de ação pública.
- E) é crime que depende do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

09 O crime de usurpação de função pública pode ser cometido

- A) somente por funcionário público.
- B) por qualquer pessoa.
- C) somente por funcionário que exerce função que não lhe compete.
- D) somente por particular.
- E) somente por quem exerce função pública gratuita.

10 Pratica o crime de explosão o agente que expõe a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem,

- A) mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- B) apenas mediante explosão.
- C) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- D) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância sem efeitos análogos.
- E) apenas mediante simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

Direito Penal 56

01 A lei excepcional ou temporária é aplicada ao fato praticado durante sua vigência,

- A) embora não decorrido o período de sua duração.
- B) somente quando decorrido o período de sua duração.
- C) somente quando cessadas as circunstâncias que a determinaram.

- D) embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- E) embora não cessadas as circunstâncias que a determinaram.

02 A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, porém o dever de agir incumbe a quem

- A) apenas assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- B) tenha por lei apenas obrigação de cuidado.
- C) apenas assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.
- D) apenas, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- E) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

03 Se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se, de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de

- A) um sexto a um terço.
- B) um terço à metade.
- C) um a dois terços.
- D) um quinto a um terço.
- E) um quarto a um terço.

04 Pela redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas

- A) com diminuição de metade.
- B) em igualdade de condições.
- C) na medida de sua culpabilidade.
- D) com diminuição de um a dois terços.
- E) com diminuição de um sexto a um terço.

05 As penas previstas no Código Penal, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, são

- A) somente privativas de liberdade.
- B) somente restritivas de direitos.
- C) somente de multa.
- D) somente privativas de liberdade e de multa.
- E) privativas de liberdade; restritivas de direitos; de multa.

06 João argüiu nulidade da ação penal que lhe move a Justiça Pública através de habeas corpus. Concedida a ordem,

- A) será decretada a absolvição.
- B) o processo será arquivado.
- C) o processo será renovado.
- D) será declarada extinta a punibilidade.
- E) haverá recurso ex officio para o STJ.

07 Recebida a denúncia, se o réu estiver no Brasil, mas fora do território da jurisdição do juiz processante, ele será citado

- A) por carta precatória.
- B) por carta rogatória.
- C) por ofício.
- D) pelo Correio.
- E) pelo telefone.

08 João foi preso em flagrante por prática de crime contra o patrimônio. Nesse caso, o inquérito deverá

- A) terminar em cinco dias.
- B) terminar no prazo de 30 dias.

- C) ser remetido ao Juiz para fixar prazo de encerramento.
- D) terminar no prazo de dez dias.
- E) terminar em 20 dias.

09 É da competência do Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos:

- A) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 122, parágrafo único, consumados ou tentados.
- B) nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados.
- C) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 127, consumados ou tentados.
- D) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 122, parágrafo único, consumados.
- E) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 127, consumados.

10 Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado

- A) somente em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- B) somente em estado de necessidade e em legítima defesa.
- C) somente em legítima defesa e em estrito cumprimento de dever legal.
- D) somente em estado de necessidade e em estrito cumprimento de dever legal.
- E) em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa E
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa E

Direito Penal 57

01 Indivíduo que subtrai o relógio de uma pessoa, após ter colocado substância entorpecente na bebida que ela estava ingerindo, fazendo-a ficar em estado de sono profundo, pratica o delito de:

- A) furto qualificado pela destreza;
- B) roubo impróprio;
- C) roubo próprio;
- D) furto simples;
- E) apropriação indébita.

02 Fornecer substância entorpecente gratuitamente para adolescente configura:

- A) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- B) tráfico de entorpecente com causa de aumento;
- C) uso de entorpecente coletivo;
- D) tráfico de entorpecente;
- E) corrupção de menor.

03 João ingressa no imóvel de Maria, durante o repouso noturno, sem sua autorização, quando é por ela surpreendido. Maria chama a polícia e o conduz à delegacia. Pode-se afirmar que o fato:

- A) é penalmente irrelevante;
- B) constitui crime de violação de domicílio qualificado;
- C) configura tentativa de furto;
- D) configura crime de violação de domicílio;
- E) constitui crime de furto noturno.

04 A tentativa configura-se quando o agente:

- A) não consuma o delito porque desistiu voluntariamente de prosseguir no iter criminis;
- B) repara o dano causado, não gerando qualquer prejuízo ao lesado;

- C) é preso em sua casa, algumas horas após o crime, ainda de posse do bem subtraído;
- D) retorna ao local do crime e devolve o bem subtraído ao lesado;
- E) não atinge o fim pretendido em decorrência de intervenção de terceira pessoa.

05 Divulgar num panfleto distribuído entre os condôminos de um edifício fato criminoso que sabe inverídico, atribuindo-o a determinada pessoa, com o fim de prejudicá-la, configura:

- A) calúnia;
- B) injúria real;
- C) denúncia caluniosa;
- D) injúria;
- E) difamação.

06 Guardar, na residência, pistola calibre 45, sem registro, constitui:

- A) crime previsto no artigo 10, caput da Lei 9.437/97;
- B) contravenção de porte de arma;
- C) crime previsto no artigo 10, § 2º da Lei 9.437/97;
- D) crime contra a segurança nacional;
- E) contravenção de detenção de arma ou munição.

07 Configura legítima defesa repelir agressão:

- A) injusta passada, com moderação e através dos meios necessários;
- B) justa atual, de forma comedida e através dos meios necessários;
- C) injusta iminente, utilizando qualquer meio com moderação;
- D) que lhe pareça injusta, pretérita, com moderação e através dos meios necessários;
- E) injusta iminente, de forma comedida, usando o meio disponível.

08 Deixar de lavrar o auto de prisão em flagrante, visando o futuro recebimento de dinheiro por parte do autor de fato delituoso, como forma de agradecimento, configura:

- A) corrupção ativa;
- B) corrupção passiva;
- C) prevaricação;
- D) concussão;
- E) peculato.

09 Matar alguém, com o fim de receber encomenda valiosa que será encaminhada à pessoa no dia seguinte, constitui:

- A) homicídio qualificado;
- B) lesão corporal seguida de morte;
- C) homicídio simples;
- D) latrocínio;
- E) homicídio privilegiado.

10 A única hipótese que não configura causa de extinção da punibilidade é:

- A) casamento do autor com a vítima no crime de estupro;
- B) morte do agente;
- C) prescrição;
- D) indulto;
- E) reparação do prejuízo no crime de dano ao bem público.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa E

Direito Penal 58

- 01** O dolo eventual é aquele em que o agente da infração
- A)** atua por interposta pessoa.
 - B)** inconscientemente assume o risco de produzir o resultado.
 - C)** conscientemente assume o risco de produzir o resultado.
 - D)** atua fraudulentamente.
 - E)** atua insidiosamente.
- 02** Segundo a teoria finalista, em sua versão hoje dominante, a classificação técnica e analítica mais rigorosa dos elementos subjetivos do crime dispõe que o
- A)** dolo integra o tipo e a culpa integra a culpabilidade.
 - B)** dolo e a culpa integram o tipo.
 - C)** dolo e a culpa integram a culpabilidade.
 - D)** dolo integra a antijuridicidade e a culpa integra o tipo.
 - E)** dolo e a culpa integram a antijuridicidade.
- 03** No direito brasileiro, crimes e contravenções são
- A)** infrações de ação penal pública ou privada.
 - B)** voluntários ou involuntários.
 - C)** consumados ou tentados.
 - D)** apenados com até 30 anos de privação de liberdade.
 - E)** infrações que ensejam a aplicação de medidas de segurança.
- 04** O chamado furto famélico constitui em tese exemplo de
- A)** estado de necessidade.
 - B)** coação irresistível.
 - C)** legítima defesa real.
 - D)** legítima defesa putativa.
 - E)** legítima defesa social.
- 05** A prescrição penal
- A)** é apenas da pretensão punitiva.
 - B)** é apenas da pretensão executória.
 - C)** não ocorre nos crimes hediondos ou assemelhados.
 - D)** pode não impedir futura reincidência.
 - E)** não admite interrupção.
- 06** A ação penal pública condicionada é
- A)** privativa do ofendido.
 - B)** dependente de representação ou requisição.
 - C)** dependente de queixa subsidiária.
 - D)** dependente de autorização ou formulação.
 - E)** dependente de queixa.
- 07** A simples conduta de um funcionário público que solicita propina de um particular para não o multar caracteriza em tese
- A)** tentativa de corrupção ativa.
 - B)** tentativa de corrupção passiva.
 - C)** prevaricação.
 - D)** corrupção passiva consumada.
 - E)** concussão.
- 08** A concessão por lei, 60 dias antes do término de uma legislatura, de aumento de salário para certa categoria de funcionários públicos caracteriza
- A)** crime de responsabilidade fiscal para todos que ordenaram, autorizaram ou executaram o pagamento respectivo.

B) crime de responsabilidade fiscal, salvo para aqueles que agiram sob estrito cumprimento de dever legal.

C) crime de responsabilidade fiscal, salvo para aqueles que agiram sob o estado de necessidade.

D) crime de responsabilidade fiscal, salvo para aqueles que agiram sob obediência hierárquica.

E) conduta penalmente atípica.

09 Determinado empregador não repassa ou não recolhe o valor de tributo ou contribuição que antes descontara ou cobrara de seus empregados, alegando que não o fizera por falta de condições financeiras, pois, caso contrário, teria que também despedir tais empregados. Essa alegação é de

A) estrito cumprimento de dever legal.

B) legítima defesa.

C) estado de necessidade ou inexigibilidade de conduta diversa.

D) exercício regular de direito.

E) erro sobre a ilicitude do fato.

10 Após transportá-lo para o Uruguai, funcionário público ali vende, como se fosse seu, automóvel da Administração Pública de que tinha a posse em razão do cargo. Sua conduta caracteriza em tese

A) peculato-apropriação.

B) peculato-desvio.

C) peculato-furto.

D) facilitação de contrabando.

E) facilitação de descaminho.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa E

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa B

Questão 6 alternativa E

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa D

Direito Penal 59

01 A única hipótese que NÃO constitui elemento do crime culposo é:

A) imperícia;

B) imprevisibilidade;

C) resultado involuntário;

D) nexa de causalidade;

E) negligência.

02 João, vendedor ambulante, adquiriu um aparelho de DVD de marca importada, sem nota fiscal, de um conhecido de parca situação financeira, de apenas 16 anos de idade, que o subtraiu do chefe para aquisição de drogas com o produto da venda. A conduta de João constitui:

A) crime de furto simples;

B) crime de receptação culposa;

C) fato penalmente irrelevante;

D) crime de receptação qualificada;

E) crime de furto qualificado.

03 Delegado de Polícia que deixa de colocar em liberdade pessoa acautelada por força de prisão temporária, cujo prazo já se expirou e o pedido de revogação foi negado pelo Magistrado, concedendo a liberdade ao indiciado, comete o delito de:

A) cárcere privado;

B) prevaricação;

C) abuso de autoridade;

- D) constrangimento ilegal;
- E) seqüestro.

04 A única hipótese abaixo que NÃO admite tentativa é:

- A) peculato;
- B) latrocínio;
- C) induzimento ao suicídio;
- D) infanticídio;
- E) seqüestro.

05 Rogério, com a intenção de causar a morte de Paulo, e sabendo que este coloca ração, todas as manhãs, para um cachorro num terreno próximo a sua residência, passa na vasilha destinada à colocação do alimento do animal um veneno que acarreta a morte em algumas horas, com um simples contato do corpo. Entretanto, para surpresa de Rogério, na manhã esperada, em lugar de Paulo, comparece para alimentar o cão o filho de seu desafeto, Lucas, que acaba por tocar a vasilha e contaminar-se. Com o escopo de afastar qualquer suspeita, Rogério tranca Lucas num cômodo existente no local, impedindo-o de solicitar socorro. Em seguida, ao constatar que Lucas já havia falecido, Rogério retira-lhe o relógio do pulso, guardando-o em sua residência. Indique o(s) crime(s) perpetrado(s) por Rogério:

- A) tentativa de homicídio em relação a Paulo e homicídio culposo em relação a Lucas;
- B) homicídio qualificado e roubo;
- C) latrocínio;
- D) homicídio qualificado e furto;
- E) homicídio qualificado.

06 A obediência hierárquica configura causa de:

- A) exclusão da culpabilidade;
- B) exclusão da ilicitude;
- C) exclusão de tipicidade;
- D) diminuição de pena;
- E) inimputabilidade.

07 Pedro e José, ambos armados, acreditando que a proprietária estivesse viajando, ingressam no interior de uma residência para prática de furto. Coube ao primeiro subtrair os bens do andar térreo e ao segundo subtrair os bens do pavimento superior. Após efetuada a subtração, José depara-se com a moradora no interior da sauna, sem qualquer roupa, situação que desperta sua libido, fazendo com que pratique com a mesma conjunção carnal, mediante grave ameaça. É correto afirmar que:

- A) ambos respondem pelos crimes de furto qualificado e estupro;
- B) Pedro responde pelo crime de furto qualificado e José pelos crimes de furto qualificado e estupro;
- C) Pedro responde pelo crime de roubo e José pelos crimes de roubo e estupro
- D) Pedro responde pelo crime de furto simples e José pelos crimes de furto simples e estupro;
- E) Pedro responde pelo crime de furto e José pelos crimes de roubo e estupro.

08 Aponte o item abaixo que impede a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito:

- A) pena de reclusão de 4 anos;
- B) reincidência específica em crime doloso;
- C) nova prática de crime culposo;
- D) crime praticado mediante fraude;
- E) pena de cinco anos em crime culposo.

09 Luís, funcionário público, ao receber uma representação no exercício de suas funções, leva-a para sua residência. Dois meses após o incidente, Mário, chefe do funcionário, inconformado com o péssimo desempenho de Luís, obtém a transferência deste para outro setor. Indignado, Luís encaminha a representação para a comissão de sindicâncias, esclarecendo que Mário não deu prosseguimento ao expediente para proteger o representado, com quem mantinha relação amorosa. Instaura-se procedimento para investigação da veracidade das informações. Indique os delitos cometidos por Luís:

- A) subtração de documento e calúnia;
- B) extravio ou sonegação de documento e calúnia;

- C) subtração de documento e denúncia caluniosa;
- D) supressão de documento e denúncia caluniosa;
- E) extravio ou sonegação de documento e denúncia caluniosa.

10 Ana adquiriu grande quantidade de substância entorpecente para seu próprio uso. Durante o percurso para sua residência, Ana é abordada por um menor que, mediante grave ameaça, exige-lhe a entrega de todos os valores. Como não dispusesse de qualquer bem além da droga e temendo ser agredida pelo infrator, Ana fornece-lhe certa quantidade do entorpecente que é por ele aceita. No exato momento em que se fazia a tradição, um policial militar passa pelo local e ao avistar a entrega da droga, dá voz de prisão a Ana e ao menor. Indique a correta autuação das condutas de Ana:

- A) tráfico de entorpecente;
- B) uso e tráfico de entorpecente;
- C) uso, tráfico e corrupção de menores;
- D) uso de entorpecente e corrupção de menores;
- E) uso de entorpecente.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa E

Direito Penal 60

01 "A", imputável, inicia atos de execução de um crime; antes de ocorrer o resultado, deixa de praticar os demais atos para atingir a consumação. A consumação não acontece. A hipótese configura:

- A) tentativa
- B) arrependimento posterior
- C) desistência voluntária
- D) arrependimento eficaz
- E) crime impossível

02 "A", imputável, comete contravenção penal depois de haver praticado um crime. Depois de definitivamente condenado por contravenção penal, pratica outro crime. A hipótese caracteriza:

- A) reincidência de contravenção e crime
- B) reincidência de crime e crime
- C) reincidência de crime e contravenção
- D) reincidência de contravenção e contravenção
- E) inexistência de reincidência

03 "A", imputável, desejando vingar-se de várias pessoas, joga, no recinto fechado em que estavam, gás tóxico, ofendendo a saúde de algumas. A hipótese configura:

- A) crime continuado
- B) concurso material
- C) concurso formal próprio
- D) concurso formal impróprio
- E) tentativa

04 "A", imputável, credor de "B" (comerciante), ante a recusa do devedor de pagar a dívida, mediante violência retira do bolso de "B" a respectiva importância. A hipótese descreve crime de:

- A) furto
- B) roubo

- C) constrangimento ilegal
- D) apropriação indébita
- E) exercício arbitrário das próprias razões

05 A Lei no 8.666/93 define como crime "impedir injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos respectivos registros cadastrais" (art. 98). Na espécie, injustamente, significa elemento:

- A) normativo
- B) objetivo
- C) subjetivo
- D) natural
- E) presumido

06 "A", para participar de licitação pública, para pavimentação de via pública, comprova capacidade técnica, exibindo os documentos solicitados. Além disso, como acréscimo, junta um documento falso. Em considerando a hipótese narrada, a apresentação desse documento configura:

- A) crime consumado
- B) crime tentado
- C) inexistência de crime
- D) post factum impunível
- E) ante factum impunível

07 A Lei no 4.898/65 (Abuso de Autoridade) descreve vários crimes e define "autoridade". O crime por ela praticado, nessa qualidade, quanto ao agente, é:

- A) próprio
- B) comum
- C) instantâneo
- D) privativo
- E) coletivo

08 Constitui crime contra a ordem econômica "revender derivados de petróleo, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei" (Lei no 8.176/91, art. 1o, I). A hipótese caracteriza:

- A) crime imperfeito
- B) crime de consumação antecipada
- C) norma penal em branco
- D) norma penal inconstitucional
- E) crime acessório

09 Omitir dizeres sobre a nocividade de produtos em publicidade (Lei no 8.078/90, art. 61) configura:

- A) crime culposo
- B) impossibilidade de tentativa
- C) culpa consciente
- D) consumação antecipada
- E) crime de dano

10 A interceptação de comunicações telefônicas é admitida para prova em:

- A) instrução processual penal
- B) instrução processual penal e civil
- C) instrução processual penal e bancária
- D) instrução processual penal e inquérito policial
- E) instrução processual bancária e inquérito policial

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa D

SIMULADO DIREITO PENAL 01

Princípios Constitucionais do Direito Penal

01. Marque a alternativa incorreta:

- a) É na Constituição Federal que todos os ramos do Direito Público encontram suas normas basilares.
- b) O Código Penal e a Lei das Contravenções Penais constituem, no Brasil, o que denominamos o Direito Penal básico ou fundamental, ao passo que o Direito Penal complementar enfeixa o numeroso elenco de leis extravagantes.
- c) O Direito Penal é estritamente condicionado por inúmeros princípios registrados nas declarações de direitos e garantias, como os que vedam determinadas penas.
- d) Ao lado do Direito Penal comum, dirigido a uma classe ou categoria de pessoas, encontra-se o Direito Penal Especial, que se aplica a todos os indivíduos.

02. Marque a alternativa incorreta:

- a) Normas penais são também as que ampliam o sistema penal com seus princípios gerais e disposições sobre os limites e aplicação das normas incriminadoras.
- b) Dentre os princípios constitucionais inerentes a matéria penal, pode-se destacar o Princípio da Legalidade ou Reserva Legal
- c) A Norma Penal está contida na Lei Penal, na Constituição Federal e nos Códigos Civil e Comercial.
- d) A Norma Penal obedece à peculiar técnica legislativa, que deriva do princípio da reserva legal (nullum crimen, nulla poena sine lege).

03. Enquanto o Direito Penal se consubstancia o jus puniendi, o o realiza.

- a) Direito Administrativo
- b) Direito Processual Penal
- c) Direito Constitucional
- d) Direito Penal Militar.

04. Marque a alternativa incorreta:

- a) Para que haja crime, é necessário uma Lei anterior que o defina. Somente quando um fato se ajusta a um modelo legal de crime é que o Estado adquire o direito de punir.
- b) A lei mais severa não retroage, não possui eficácia além do instante de sua revogação, não é retroativa, nem ultra-ativa.
- c) Com relação a lei mais severa aplica-se o princípio da extra-atividade, que se constitui dos princípios da legalidade e ultra-atividade.
- d) A lei mais benéfica possui extra-atividade, quando se constitui princípios da retroatividade e da ultra-atividade.

05. O Princípio da "A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu".

- a) retroatividade da lei mais benigna
- b) irretroatividade da lei mais gravosa
- c) Reserva Legal
- d) Legalidade

06. Marque a alternativa incorreta:

- a) Não há crime sem que, antes de sua prática, haja uma lei descrevendo-o como fato punível.
- b) A pena pode ser aplicada sem lei anterior que a contenha.
- c) Dois princípios regem os conflitos de Direito Penal intertemporal.
- d) O direito adquirido do sujeito consiste em fazer tudo que não é proibido pela norma penal e, assim, não sofrer pena além das cominadas para os casos previstos.

07. O Princípio da , constitui um direito subjetivo de liberdade com fundamento nos incisos XXXVI e XL do art. 5º da Constituição Federal.

- a) retroatividade da lei mais benigna
- b) irretroatividade da lei mais gravosa
- c) Reserva Legal
- d) Legalidade

08. Marque a alternativa incorreta:

- a) Pelo "abolitio criminis" desaparece o delito e todos os seus reflexos penais, permanecendo os civis
- b) A sentença condenatória transitada em julgada, sem embargo da "abolitio criminis" torna curta a

obrigação de indenizar o dano causado pelo crime (art. 91, I, do CP)

c) O art. 2º, caput do CP, não tem efeitos civis ou processuais civis ("abolitio criminis")

d) O "abolitio criminis" não alcança os fatos definitivamente julgados

09. Ocorre o quando a Lei nova já não incrimina fato que anteriormente era considerado como ilícito penal.

a) "novatio legis incriminadora"

b) "abolitio criminais"

c) "novatio legis in pejus"

d) "novatio legis in Mellius"

10. O Princípio da determina que não há crime, sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia imposição legal. (CF, art. 5º, XXIX)

a) retroatividade da lei mais benigna

b) anterioridade

c) Legalidade

d) irretroatividade da lei mais gravosa

11 . "Ninguém pode ser punido por fato que Lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos Penais da sentença condenatória". (art. 2º, caput, do CP), trata-se do que denominamos:

a) "novatio legis in Mellius"

b) "novatio legis in pejus"

c) "novatio legis incriminadora"

d) "abolitio criminais"

12. Marque a alternativa incorreta:

a) Não se exige, para as medidas de segurança, a anterioridade da lei ao fato delituoso que é pressuposto de sua aplicação.

b) As medidas de segurança estão subordinadas ao Princípio da Reserva Legal, pois ninguém pode ser submetido às medidas restritivas de direitos não previstas em Lei.

c) Nossa Lei Penal vigente abandonou o sistema do duplo binário, sistema este que dominou após a primeira grande guerra e que previa, ao lado da pena, a medida de segurança.

d) O Juiz pode aplicar medida de segurança não prevista expressamente, como também pode utilizar-se da analogia para aplicação de medidas dessa natureza.

13. A frase "NULLUM CRIMEN NULLA POENA SINE PRAEVIA LEGE" contém os seguintes princípios:

I. da legalidade;

II. da anterioridade;

III. da isonomia;

a) a I e II estão corretas;

b) a I e III estão corretas;

c) a II e III estão corretas;

d) todas as alternativas estão corretas.

Lei Penal no Tempo; Lei Penal no Espaço e Interpretação da Lei Penal

14. A Lei Penal quando conflita com a anterior pode apresentar as seguintes situações distintas:

a) A Lei nova suprime normas incriminadoras existentes anteriormente (abolitio criminis);

b) A Lei nova incrimina fatos considerados anteriormente (novatio legis incriminadora);

c) A Lei nova modifica o regime anterior, agravando a situação do sujeito (novatio legis in pejus);

d) A Lei nova modifica o regime, beneficiando o sujeito (novatio legis in mellius).

e) Todas as alternativas estão corretas.

15. A Lei Penal, como todas, nasce, vive e morre. Apresenta quatro momentos distintos, a saber.

a) votação, promulgação, sanção, edição e irretroatividade;

b) edição, promulgação, veto e publicação;

c) votação, edição, publicação e extinção;

d) sanção, promulgação, publicação e revogação;

16. Todas as alternativas abaixo dispõem sobre os casos de Lei Penal posterior que, de qualquer modo, favorece o sujeito, excetuando-se quando:

a) A Leinova adiciona causas de exclusão da antijuridicidade, da culpabilidade ou escusas absolutórias, que inexistiam anteriormente.

b) A Leiposterior, dependendo do caso, inclui a concessão de extradição.

c) A Lei nova inclui condições de procedibilidade anteriormente não exigidas.

e) A Lei nova comina pena menos rigorosa.

17. Dois princípios regem os conflitos de direito intertemporal:

a) Princípio da Legalidade e Princípio da Reserva Legal;

b) Princípio da Anterioridade e Princípio da Legalidade;

c) Princípio da Irretroatividade da lei mais gravosa e o Princípio da Retroatividade da lei mais benigna;

d) Princípio da Irretroatividade da lei mais benigna e o Princípio da Retroatividade da lei mais gravosa.

18. Marque a alternativa incorreta:

a) O Princípio da Irretroatividade da lei penal mais severa é um Direito Subjetivo de liberdade previsto na CF.

b) Se a Lei nova define uma conduta como crime, antes lícita os fatos cometidos no período anterior à sua vigência não podem ser apenados.

c) Não é possível, em nenhuma hipótese, a aplicação de uma Lei Penal não obstante cessada a sua vigência.

d) Leis temporárias são aquelas que vigoram durante certo tempo, por elas próprias fixado.

19. Marque a alternativa incorreta:

a) Ao analisar o âmbito temporal da aplicação da Lei Penal não há necessidade de se fixar o momento em que se considera o delito cometido ("tempus commissi delicti").

b) A determinação do tempo em que se julga praticado o delito tem importância jurídica para fixar a Lei que o vai reger e para determinar a imputabilidade do sujeito.

c) A tendência dominante é de considerar tempo do crime o tempo da ação ou omissão.

d) Nos crimes omissos, considera-se tempo do crime, o momento em que o agente transgredir o dever jurídico de atuar, ou de impedir o resultado (crimes comissivos por omissão).

20. Ocorre o quando duas ou mais normas entram em vigor ao mesmo tempo, regulando a mesma matéria, sendo certo que uma delas exclui as demais, tendo em vista as relações existentes entre elas.

a) concurso excludente de normas;

b) concurso temporal de normas;

c) concurso aparente de normas;

d) concurso de agentes.

21. O Princípio da dispõe que a Lei Penal é aplicada a todo e qualquer fato punível, independentemente da nacionalidade do agente e da vítima, ou o local de sua prática.

a) Personalidade; c) Territorialidade;

b) Justiça Universal; d) Defesa;

22. O Princípio da dispõe que a Lei Penal é aplicada no território onde se exerce a soberania do Estado, independentemente da nacionalidade do agente.

a) Personalidade; c) Defesa;

b) Territorialidade; d) Justiça Universal;

23. No Princípio da a Lei Penal é aplicada ao agente onde quer que ele encontre, considerando-se apenas a nacionalidade.

a) Personalidade; c) Defesa;

b) Territorialidade; d) Justiça Universal;

24. O Princípio da leva em conta a nacionalidade do bem jurídico atingido pela ação delituosa, onde quer que seja ela praticada e seja qual for a nacionalidade do agente.

a) Personalidade; c) Defesa;

b) Territorialidade; d) Justiça Universal;

25. Marque a alternativa incorreta:

a) Território é todo espaço onde se exerce a soberania do Estado.

b) O espaço territorial é delimitado pelas fronteiras do país, incluindo os rios, lagos, mares interiores, ilhas e porções de terra.

c) O mar territorial é o espaço aéreo e porção atribuída pelo Direito Internacional a cada Estado, de rios e lagos fronteirços.

d) Não são considerados territórios os navios e aeronaves de bandeira nacional, comerciais, em águas nacionais ou em alto-mar.

26. Relacione a coluna da esquerda com a da direita: Teorias que fixam o "local do crime":

(1) Teoria da Ação ou da Atividade () "Lugar do crime é onde se dá o resultado típico do crime, não importando a intenção do agente e o lugar em que a ação foi praticada".

(2) Teoria do Resultado ou Teoria do Efeito ou do Evento

() "Lugar do crime tanto é aquele em que se pratica a ação como

aquele em que se dá o resultado ou aquele em que o bem jurídico é atingido. É a teoria dominante da Doutrina e das Legislações Penais”.

(3) Teoria da Ubiquidade, Mista ou da Unidade

() “É considerado lugar do crime aquele em que o agente desenvolveu a atividade criminosa, onde praticou os atos executórios”.

- a) 1 – 2 – 3
- b) 2 – 3 – 1
- c) 3 – 2 – 1
- d) 2 – 1 – 3

27. Marque a alternativa incorreta:

a) O nosso Código Penal adotou a Teoria do Resultado como se observa no artigo 6º deste Diploma Legal.

b) Será pois passível de punição o crime cometido no todo ou em parte, no território nacional ou o que nele embora parcialmente, produziu o resultado.

c) O crime não se fraciona por ultrapassar as fronteiras e será punido integralmente mesmo que só parcialmente tenha sido executado em nosso território.

d) Lugar do crime é tanto aquele onde foram praticados os atos de execução, quanto, o lugar onde o crime se teria consumado.

28. Marque a alternativa incorreta:

a) A extraterritorialidade da Lei Penal brasileira dá-se em duplo critério.

b) As condições indispensáveis previstas em nosso Código para a extraterritorialidade de nossa Lei são várias e devem ocorrer simultaneamente.

c) Para o C. P. brasileiro é considerado "lugar do crime" apenas o lugar onde foram praticados os atos de execução do crime.

d) "A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas”.

29. "A concessão de privilégios a representantes, relativamente aos atos ilícitos por eles praticados, é antiga praxe no direito das gentes, fundando-se no respeito e consideração ao Estado que representam, e na necessidade de cercar sua atividade de garantia para o perfeito desempenho de sua missão diplomática", denomina-se:

- a) imunidades diplomáticas;
- b) imunidades parlamentares;
- c) imunidades de deputados estaduais;
- d) anistia internacional

30. A "prerrogativa que assegura aos membros do Congresso a mais ampla liberdade de palavra, no exercício de suas funções, e os protege contra abusos e violações por parte dos outros Poderes constitucionais", denomina-se:

- a) imunidade diplomática;
- b) imunidades parlamentares;
- c) imunidade de deputados estaduais;
- d) isenção legislativa.

GABARITO

01. D	09. D	17. B	25. C
02.	10. B	18. C	26. D
03. C	11. B	19. C	27. B
04. B	12. D	20. A	28. A
05. C	13. D	21. C	29. C
06. A	14. A	22. B	30. A
07. B	15. E	23. B	31. B
08. B	16. D	24. A	

DIREITO PENAL SIMULADO 02

Infração Penal: elementos, espécies. Sujeito Ativo e Passivo nas Infrações Penais

01. Os requisitos do crime são indispensáveis, faltando um deles, não há a figura delituosa, são eles:

I. o fato típico;

II. a antijuridicidade;

III. a pena;

a) I e a II estão corretas;

b) I e a III estão corretas;

c) II e a III estão corretas;

d) todas as alternativas estão corretas;

02. Marque a alternativa incorreta:

a) O artigo 1º da Lei de Introdução ao CP considera crime "a infração penal a que a Lei comina a pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa".

b) Crime é pois, o fato individual que viola a Lei; é a conduta humana que infringe a Lei Penal, ou seja, lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela Lei.

c) A essência do crime é ofensa ao bem jurídico, pois toda Norma Penal tem por finalidade sua tutela.

d) A ação humana (1º momento objetivo ou material do delito) para ser criminosa, há de corresponder a conduta descrita pela Lei, contrariando a ordem jurídica e encomendando seu autor no juízo de censura ou reprovação social; considera-se, então, o delito como ação atípica, jurídica e culpável.

03. As "várias formas em que os requisitos genéricos do crime se manifestam nas diversas figuras delituosas", denominam-se:

a) elementares ou elementos;

b) circunstâncias;

c) fatos típicos;

d) atenuantes ou agravantes do tipo.

04. Marque alternativa incorreta:

a) Crime instantâneo é aquele que, uma vez consumado, está encerrado, não se prolonga.

b) Crime permanente ocorre quando a consumação se prolonga no tempo, dependente da ação do sujeito ativo.

c) Crimes omissivos são os que exigem uma atividade negativa do agente.

d) Crimes omissivos ou omissivos puros - são os que são descritos com uma conduta negativa, de não fazer o que a Lei determina, sendo a omissão, uma transgressão da norma jurídica, não necessitando de qualquer resultado naturalístico. Para a existência do crime basta que o autor se omita quando deve agir.

05. "Os crimes são aqueles que podem ser praticados por uma só pessoa, embora nada impeça a co-autoria ou participação"

I. crimes unissubjetivos;

II. crimes monossubjetivos;

III. crimes unilaterais;

a) I e a II estão corretas;

b) I e a III estão corretas;

c) II e a III estão corretas;

d) todas as alternativas estão corretas;

06. Como exemplos de crimes unissubjetivos temos a:

I. rixa;

II. adultério;

III. o roubo;

a) I e a II estão incorretas;

b) I e a III estão corretas;

c) II e a III estão corretas;

d) todas as alternativas estão corretas;

07. Os acontecem quando, consumada a infração em dado momento, os efeitos permanecem, não dependendo da vontade do sujeito ativo.

a) crimes tentados;

b) crimes permanentes;

c) crimes instantâneos;

d) crimes instantâneos de efeitos permanentes;

08. Cometem crime os que não dão assistência à pessoa ferida (art. 135 do CP)

- a) comissivo puro;
- b) omissivo puro;
- c) ação prolongada;
- d) impossível.

09. O crime é o tipo básico, que contém os elementos mínimos e estabelece seu conteúdo subjetivo isento de qualquer circunstância que aumente ou diminua sua gravidade.

- I. qualificado;
- II. simples;
- III. privilegiado.

- a) I e a II estão corretas;
- b) I e a III estão incorretas;
- c) II e a III estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão incorretas;

10. Crime é o formado por uma reiteração de atos, constituindo um todo, um delito apenas, traduzindo em geral um modo ou estilo de vida.

- I. omissivo;
- II. profissional;
- III. habitual;

- a) I e a II estão incorretas;
- b) I e a III estão corretas;
- c) II e a III estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão incorretas;

11. No crime não há necessidade de realização daquilo que é pretendido pelo agente e o resultado previsto no tipo ocorre ao mesmo tempo em que se desenrola a conduta, havendo separação lógica e não cronológica e o resultado.

- a) vago; c) formal;
- b) de dano; d) de ação única;

12. Marque a alternativa incorreta.

a) Os crimes acessórios pressupõem a existência de uma infração penal anterior, ligada a ele pelo

dispositivo penal que faz referência àquela.

b) Crimes vagos são aqueles em que o sujeito passivo é uma coletividade sem personalidade jurídica, como a família, amigo etc.

c) Como exemplo de crime vago temos a "violação de sepultura" (CP art. 210).

d) Os crimes principais são os que dependem da prática de crime anterior.

13. Marque a alternativa incorreta:

a) Sujeito ativo ou agente é quem pratica o fato delituoso.

b) Sujeito passivo é a pessoa ou entidade que sofre os efeitos do delito.

c) Só o ser humano pode ser sujeito ativo do crime.

d) Os menores de 21 anos são considerados penalmente irresponsáveis, escapando à alçada penal.

14. Chamam-se aqueles em que a lei comina uma pena mais severa no caso de ocorrer um resultado mais grave do que descrito no tipo fundamental.

- a) crime qualificado pelo resultado;
- b) crime preterdoloso;
- c) crime preterintencional;
- d) todas as alternativas estão corretas.

15. Marque a alternativa incorreta:

a) Confunde-se a figura de sujeito ativo com a de autor de um delito.

b) Na figura do sujeito ativo tem-se em vista o conjunto de requisitos necessários ao homem para a prática de qualquer crime.

c) Na figura do autor de um delito, cuida-se das condições exigidas para o cometimento de determinado crime.

d) São sujeitos ativo o autor e o partícipe.

16. Na fase do inquérito policial recebe o sujeito ativo a denominação de:

- a) detento;
- b) indiciado;
- c) denunciado;

d) querelante.

17. O sujeito ativo que já sofreu sentença condenatória é chamado de:

- a) sentenciado;
- b) condenado;
- c) recluso ou detento;
- d) todas as alternativas estão corretas.

Tipicidade. Ilicitude. Culpabilidade. Punibilidade. Excludentes de Ilicitude e de Culpabilidade.

Erro de Tipo e Erro de Proibição. Imputabilidade Penal.

18. Ocorre a quando, excluída a "elementar" o sujeito não responde por nenhuma infração:

- a) tipicidade relativa; c) atipicidade absoluta;
- b) tipicidade absoluta; d) atipicidade relativa;

19. Ocorre a quando, excluída a "elementar", não subsiste o crime de que se cuida, ocorrendo uma desclassificação para outro delito.

- a) atipicidade absoluta;
- b) atipicidade relativa;
- c) tipicidade absoluta;
- d) tipicidade relativa;

20. A ausência de uma "elementar" do crime pode produzir os seguintes efeitos:

- I. atipicidade absoluta;
- II. tipicidade nula;
- III. atipicidade relativa;

- a) I e a II estão corretas;
- b) I e a III estão corretas;
- c) II e a III estão corretas;
- d) todas as alternativas estão corretas.

21. O fato típico é composto dos seguintes elementos:

- a) a conduta humana (dolosa ou culposa).
- b) o resultado (salvo nos crimes de mera conduta).
- c) nexos de causalidade entre a conduta e o resultado (com exceção dos crimes de mera conduta e formais);
- d) enquadramento do fato material (conduta, resultado e nexos) e uma norma penal incriminadora.
- e) todas as alternativas estão corretas.

22. Leia, analise e responda:

I. O dolo e a culpa STRICTO SENSU constituem elementos do conceito de culpabilidade.

II. A tipicidade nos crimes culposos determina-se através da comparação entre a conduta do agente e o comportamento presumível que, nas circunstâncias, teria uma pessoa de discernimento e prudência ordinários.

III. É típica a ação que provocou o resultado quando se observa que atendeu o agente ao cuidado e à atenção adequados às circunstâncias.

- a) I e a II estão corretas;
- b) I e a III estão corretas;
- c) II e a III estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão corretas;

23. Marque a alternativa incorreta:

- a) São tipos abertos os dos crimes culposos, que somente descrevem resultados e devem ser completados com a ação ou omissão contrária ao dever objetivo de cuidado.
- b) A ação típica dos crimes culposos deve causar certo resultado e deve ser praticada com negligência, imprudência ou imperícia.
- c) Compreende-se em legítima defesa o agente que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem (art. 25 CP).
- d) o primeiro requisito da legítima defesa é a existência de agressão lícita atual ou iminente.

24. Leia e responda a questão:

I. Agressão é todo comportamento que tende a lesionar ou pôr em perigo um bem jurídico.

II. A agressão é injusta quando é praticada ilicitamente.

III. Há legítima defesa, ainda, se a provocação constitui verdadeira agressão.

- a) I e a II estão corretas;
 - b) I e a III estão corretas;
 - c) II e a III estão corretas;
 - d) Todas as alternativas estão corretas;
25. Leia, analise e marque a questão:
- I. Se ao reagir diante de agressão injusta o agente atinge, por erro, pessoa inocente, diferente do agressor, ocorrerá estado de necessidade e não legítima defesa, isto porque inexistente agressão por parte da pessoa atingida, que estará em estado de necessidade.
- II. Na legítima defesa a ação de defesa deve ser necessária. Empregar moderadamente os meios necessários significa usar os meios disponíveis, na medida em que são necessários para repelir a injustiça.
- III. A injustiça da agressão se exclui pela provocação (RF 249 / 294).
- a) I e a II estão corretas;
 - b) I e a III estão corretas;
 - c) II e a III estão corretas;
 - d) Todas as alternativas estão corretas;
28. A "capacidade de culpa", constituindo pressuposto e não elemento da culpabilidade, denomina-se;
- a) ilicitude penal;
 - b) imputabilidade penal;
 - c) antijuridicidade;
 - d) antipicidade;
29. As causas excludentes da culpabilidade são:
- a) erro de proibição (art. 21, caput); e exceção moral irresistível (art. 22, 1ª parte);
 - b) obediência hierárquica (art. 22, 2ª parte) e imputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (art. 26, caput)
 - c) imputabilidade por menoridade penal (art. 27, sendo certo que essa causa está contida no "desenvolvimento mental incompleto") e imputabilidade por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior (art. 28, § 1º).
 - d) todas as alternativas estão corretas.
30. Marque a alternativa incorreta:
- a) Constitui característica essencial do estado de necessidade que o sacrifício do bem de pessoa inocente seja inevitável para salvar o bem em perigo.
 - b) A pessoa atingida pela ação praticada em estado de necessidade pode reagir em legítima defesa, não podendo agir em estado de necessidade.
 - c) Não pode alegar estado de necessidade quem tem o dever legal de enfrentar o perigo (CP, art. 24 § 1º).
 - d) Se o agente excede os limites da necessidade, responde pelo excesso, a título de dolo ou culpa (art. 23, parágrafo único do CP).
31. Quanto à "agressão" pode-se dizer
- I. No caso de agressão real, quando o agente atinge terceiro inocente, suspeitando ser ele o agressor, ocorrerá legítima defesa putativa (erro de proibição).
- II. Apenas o ser humano é capaz de agressão, não havendo legítima defesa, mas estado de necessidade contra o ataque de animais.
- III. A agressão deve ser real, atual ou iminente. É iminente quando está se desenvolvendo e é real quando está em via de efetivação imediata.
- a) I e a II estão corretas;
 - b) I e a III estão corretas;
 - c) II e a III estão corretas;
 - d) Todas as alternativas estão corretas;
32. "O agente que voluntariamente desiste de prosseguir na execução só responde pelos atos já praticados", trata-se do(a):
- a) arrependimento eficaz;
 - b) desistência voluntária;
 - c) arrependimento posterior;
 - d) crime impossível;
33. Marque a alternativa incorreta:
- a) O erro de tipo exclui o dolo.

- b) O erro do tipo permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
 c) O erro de tipo não difere do erro de proibição.
 d) No erro de tipo o agente se engana sobre um elemento do tipo
34. "Só responde pelos atos já praticados o agente que impede que o resultado se produza, depois de realizados todos os atos necessários à consumação (art. 15 do CP), trata-se do(a):
 a) arrependimento eficaz;
 b) desistência voluntária;
 c) arrependimento posterior;
 d) crime impossível.
35. No erro o engano não incide sobre o tipo, mas relaciona-se com a consciência da antijuridicidade, levando o agente a pensar erroneamente que o fato é permitido.
 a) accidental; c) na execução;
 b) de proibição; . d) sobre o objeto.
36. A imputabilidade tem a ver, dentre outros casos, com a menoridade penal que ocorre com pessoas de:
 a) idade entre 12 e 16 anos;
 b) idade entre 18 e 21 anos;
 c) idade inferior a 18 anos;
 d) idade inferior a 14 anos;
37. A ignorância ou a má compreensão do texto legal constitui erro , que não exige de pena.
 a) de proibição; c) de tipo;
 b) de direito; d) de execução;
38. Caio dispara um tiro de revólver no que supõe seja um animal bravo, vindo a matar um homem. Ocorreu
 a) erro accidental; c) erro de tipo;
 b) erro de direito; d) erro de proibição;
39. Marque a alternativa incorreta:
 a) O "estado de necessidade" é uma causa de exclusão da antijuridicidade;
 b) A coação que exclui a culpabilidade é a moral.
 c) A obediência hierárquica, não manifestamente ilegal, constitui causa de exclusão da culpabilidade.
 d) A imputabilidade por doença mental é causa de exclusão da culpabilidade.

GABARITO

01. A	08. B	15. A	22. A
02. D	09. B	16. B	23. D
03. A	10. A	17. D	24. A
04. C	11. C	18. C	25. A
05. D	12. D	19. B	
06. A	13. D	20. B	
07. D	14. D	21. E	

26. * Requisitos do crime

I. Fato típico 1. Estado de necessidade

II. Antijuridicidade 2. Legítima defesa

- 3. Estricto cumprimento do dever legal

- 4. Exercício regular de direito

27. ** Culpabilidade (pressuposto de pena)

Causas de exclusão 1. Erro de proibição (art. 21)

- 2. Coação moral irresistível (art. 22, 1a parte)

- 3. Obediência hierárquica (art.22, 2a parte)

- 4. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (art. 26 caput)

- 5. Inimputabilidade por menoridade penal (art. 27)

- 6. Inimputabilidade por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior (CP, art 28, par. 1o)

28. B
29. D
30. B

31. A
32. B
33. C

34. A
35. B
36. C

37. B
38. C
39. D

SIMULADO DIREITO PENAL 03
Concurso de Pessoas

01. Marque a alternativa incorreta:

- a) Crimes de mão própria ou de atuação pessoal são passíveis de serem cometidos por qualquer pessoa - ninguém os pratica por intermédio de outrem.
- b) Autor de uma conduta delituosa é aquele que realiza diretamente a ação típica ou quem a realiza mediante outrem, nos casos da chamada autoria mediata.
- c) Partícipe é todo aquele, que de qualquer modo concorre para a ação delituosa; é ainda em sentido estrito aquele que, sem realizar conduta típica, contribui para a ação típica de outrem.
- d) No caso de participação não se estende a pena a quem não realiza a conduta típica.

02. Marque a alternativa incorreta:

- a) Denomina-se co-autor a pessoa que executa, junto com outras, a ação ou omissão que configura o delito.
- b) João e José, disparando suas armas, alvejaram Pedro, matando-o. Aqueles serão considerados co-autores.
- c) Não é exigida combinação prévia, basta a consciência de cooperação na ação comum, mais os componentes subjetivos do tipo para ocorrer a co-autoria.
- d) João e José, desconhecendo cada um deles a atuação do outro, alvejaram simultaneamente Pedro, vindo este a falecer. João e José em nenhuma hipótese serão considerados co-autores nesta conduta descrita.

03. Marque a alternativa incorreta:

- a) Denomina-se autor não só o que realiza diretamente a ação ou omissão que configura o delito, mas também quem realiza a ação por meio de terceiro, atuando sem culpabilidade.
- b) A enfermeira que, de boa fé, cumprindo a ordem do médico, ministra remédio mortífero, será considerada autora da ação delituosa.
- c) Há autoria mediata não só quando o executor atua sem dolo, em virtude de erro, como no exemplo da alternativa "b", mas também quando atua sob coação irresistível ou quando é inimputável (doente mental etc.).
- d) Inexiste autoria mediata na obediência hierárquica.

04. Marque a alternativa incorreta:

- a) Na autoria mediata, a realização é indireta.
- b) Os crimes de mão própria, ou seja, crimes em que a ilicitude está em função da execução pessoal da conduta punível podem ser cometidos em autoria mediata.
- c) Nos crimes de mão própria é admissível a participação.
- d) A autoria conceitua-se a partir da conduta típica.

05. Marque a alternativa incorreta:

- a) Objetivamente, a participação constitui contribuição causal ao delito.
- b) Se o agente ajuda a assegurar o proveito do crime, interferindo somente após a consumação, praticará o crime de favorecimento real (art. 349, CP).
- c) Se o agente auxiliar autor de crime a subtrair-se à ação da autoridade, comete o crime de favorecimento pessoal (art. 348, CP).
- d) Nossa legislação permite tentativa de participação.

06. Marque a alternativa incorreta:

- a) A participação é a contribuição ao crime realizado por outrem, apresentando-se sob a forma de investigação ou cumplicidade.
- b) Inexiste participação inócua e participação depois que o crime já se consumou.
- c) A participação está sempre em função da conduta típica realizada por outrem, sendo, pois, acessória.
- d) O auxílio prometido com antecedência não constitui participação.

07. Marque a alternativa incorreta:

- a) O crime permanente (ex.: seqüestro, art. 148 CP) considera participação enquanto durar a ação.
- b) Subjetivamente, a participação requer vontade livre e consciente de cooperar na ação delituosa de outrem.
- c) Na participação não se exige o prévio concerto, basta que o partícipe tenha consciência de

contribuir para o crime.

d) Existe participação culposa em crime doloso.

08. Marque a alternativa incorreta:

a) Pode existir participação dolosa em crime culposo.

b) Instigar significa determinar a prática do delito, atuando sobre a vontade do agente.

c) Difere a instigação da autoria mediata, porque nesta última o agente se utiliza de terceiro não culpável, que funciona como mero instrumento.

d) A instigação se realiza através de mandato, persuasão, conselho, comando, ameaça etc.

09. Marque a alternativa incorreta:

a) Inexiste instigação genérica, ela se dirige à prática de crime determinado.

b) Ao instigador não será aplicável pena alguma, se o instigado não chegou a iniciar, a execução (art. 31, CP).

c) É concebível a instigação por omissão.

d) A instigação exige sempre comportamento ativo.

10. "João, afirmando que sua arma está descarregada, entrega-a a José, para que dê um susto em Pedro, alvejando-o simuladamente. A arma, entretanto, estava carregada e Pedro faleceu, o que constitui o resultado pretendido por João".

Marque a alternativa correta sobre o fato acima narrado:

a) João é autor (mediato) de homicídio doloso.

b) José é autor de homicídio culposo, pois faltou o cuidado que a situação requeria, isto é, o exame da arma.

c) Inexiste concurso de agentes sem homogeneidade da participação subjetiva.

d) Todas as alternativas estão corretas.

11. Marque a alternativa incorreta:

a) Denomina-se cúmplice aquele que contribui ajudando à ação delituosa, com conhecimento de causa.

b) Não se exclui a hipótese de cumplicidade por omissão, quando o sujeito tinha o dever jurídico de evitar o resultado que podia impedir.

c) Inexistindo o dever jurídico de atuar, não há que se falar em cumplicidade e sim simples convivência, de natureza impunível.

d) A participação por omissão constitui mera abstenção da atividade, ela exige o componente subjetivo (a vontade de aderir à prática do crime), anuindo à sua realização, como bem explicita Nelson Hungria.

12. Marque a alternativa incorreta

a) Perante a Lei brasileira não há distinção entre as várias categorias de pessoas que concorrem na ação comum. Todos são autores.

b) Na participação é dispensável a consciência de cooperar na ação comum.

c) Aquele que, concorre para o crime, de qualquer modo, incide nas penas a ele cominadas.

d) A escala penal aplicável a todos os que concorrem no crime é a mesma, entretanto, a pena a ser fixada para cada um em concreto, depende da culpabilidade individual.

13. Marque a alternativa incorreta

a) A legislação penal determina que a pena deve ser diminuída de um sexto a um terço. "Se a participação for de menor importância" (art. 29, § 1º CP).

b) Outras circunstâncias agravantes e atenuantes encontram-se determinadas no concurso de agentes.

c) A pena deve ser agravada em relação a quem promove ou organiza a ajuda cooperativa no crime ou quem direciona a atividade dos demais agentes.

d) É atenuada a pena em relação ao que coage outrem à execução material do crime. (art. 62 II CP).

14. Marque a alternativa incorreta:

a) Será agravada a pena, quando o agente instiga ou determina o cometimento do crime a alguém sujeito à sua autoridade ou será não punível, face às condições ou qualidades pessoais, bem como se o agente executa o crime ou mesmo nele participe, mediante paga ou promessa de recompensa (art. 62, III e IV CP).

b) Ocorrendo circunstâncias atenuantes ou agravantes de natureza obrigatória, o "quantum" deve ser determinado livremente, pelo poder discricionário do juiz não se dispensando a motivação.

c) O Código Penal vigente prevê que pelo excesso no fim responde apenas o partícipe se o fim for previsível.

d) A tipicidade da conduta não conduz à ilicitude.

15. Sobre o "concurso necessário" pode-se dizer:

I. É denominado plurissubjetivo ou coletivo.

II. Só pode ser cometido por uma pluralidade de agentes.

III. Não admite a "participação".

a) I e a II estão corretas;

b) I e a III estão corretas;

c) II e a III estão corretas;

d) Todas as alternativas estão corretas;

16. Leia, analise e marque a alternativa que responde a questão.

I. Na autoria incerta, todos respondem pelo resultado.

II. A participação do agente na ação do co-autor é irrelevante e não implica em pluralidade de crimes.

III. A participação impõe a presença do número necessário de agentes a fim de integrar a estrutura do crime plurissubjetivo.

a) I e a II estão corretas;

b) I e a III estão corretas;

c) II e a III estão corretas;

d) Todas as alternativas estão corretas;

17. Quanto aos "elementos objetivo e subjetivo da infração penal", pode-se dizer:

I. O "tipo" é objetivo quando descreve particularidades e modalidades de conduta.

II. O "tipo" é subjetivo quando inseridos elementos referentes ao estado anímico do sujeito.

III. Os elementos subjetivos do tipo se referem à culpabilidade.

a) I e a II estão corretas;

b) I e a III estão corretas;

c) II e a III estão corretas;

d) Todas as alternativas estão corretas;

18. O concurso necessário ocorre quando a ação de todos os autores converge para um único fim:

a) bilateral;

c) "de encontro";

b) unilateral;

d) simples;

19. O concurso necessário ocorre, quando os agentes se apresentam em oposição uns aos outros, ou em recíproca agressão.

a) bilateral; c) simples;

b) unilateral; d) composto;

20. É exemplo de "crime de concurso necessário":

a) rixa (art. 137 CP);

a) formação de quadrilha (art. 288 CP).

b) bigamia;

c) todas as alternativas estão corretas.

21. Os requisitos do concurso de pessoas são os seguintes:

a) pluralidade de agentes (e de conduta);

b) relevância causal das várias condutas com o resultado.

c) identidade de crime.

d) vínculo subjetivo entre os agentes.

e) todas as alternativas estão corretas.

Crimes contra a Pessoa

22 . Marque a alternativa incorreta:

a) O dolo geral existe nos casos em que o agente, supondo ter conseguido o resultado pretendido, pratica nova ação que vem a resultar o evento.

b) No caso da vítima de golpe de faca em tentativa de homicídio que é jogada no mar pelo agente, na suposição de já tê-lo eliminado, causando-lhe a morte por afogamento.

Responderá o agente por homicídio doloso consumado, em conseqüência do dolo geral, quando, haveria, tecnicamente, tentativa de homicídio seguida de homicídio culposo.

c) A pena não varia em quantidade, de acordo com a espécie de dolo, o que é previsto no art. 18 inciso I do Código Penal.

d) No homicídio simples, a pena será cominada para o crime (reclusão de 6 a 20 anos) dependendo do tipo de dolo (direto ou eventual).

23. Uma mulher, sob a influência do estado puerperal, vem a matar o próprio filho, logo após o parto. Esta conduta tipifica a prática de qual crime?

- a) homicídio doloso.
- b) infanticídio
- c) homicídio culposo
- d) infanticídio culposo
- e) N.R.A.

24. Antônio discute com José vindo-Ihe a desferir um soco na face com a intenção de lhe causar lesão corporal. Em consequência deste golpe, José cai ao solo, batendo com a cabeça no meio fio da calçada, vindo a falecer. Pergunta-se: Qual a conduta delituosa de Antônio?

- a) homicídio doloso.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) lesão corporal dolosa combinada com homicídio culposo.
- d) homicídio culposo.
- e) N.R.A.

25. O crime de perigo de contágio venéreo é de:

- a) ação penal pública incondicionada.
- b) ação penal privada subsidiária da pública.
- c) ação penal privada personalíssima.
- d) ação penal pública condicionada a requisição.
- e) ação penal pública condicionada a representação.

26. Não é crime contra a pessoa:

- a) infanticídio.
- b) Homicídio
- c) Aborto
- d) latrocínio.
- e) N.R.A.

27. Com relação as figuras típicas do homicídio privilegiado:

I. matar alguém impelido por motivo de relevante valor social, desde que logo após a injusta provocação da vítima.

II. matar alguém impelido por motivo de relevante valor moral.

III. matar alguém sob o domínio de violenta emoção, desde que logo após injusta provocação da vítima.

IV. matar alguém impelido por motivo de relevante valor social.

V. matar alguém sob o domínio de violenta emoção.

- a) as alternativas II, III e IV estão corretas.
- b) as alternativas I, II e V estão corretas.
- c) as alternativas I e III estão corretas.
- d) as alternativas II, IV e V estão corretas.
- e) N.R.A..

28. Não é qualificadora do crime de homicídio:

- a) motivo fútil.
- b) mediante promessa de recompensa.
- c) violenta emoção.
- d) assegurar a ocultação de outro crime.
- e) emprego de veneno.

29. É hipótese de aborto necessário, desde que praticado por médico.

I. se a gravidez resulta de estupro, com ou sem consentimento da gestante.

II. se não há outro meio de salvar a vida da gestante, desde que com o seu consentimento.

III. se a gravidez resulta de estupro, desde que haja consentimento da gestante.

IV. se não há outro meio de salvar a vida da gestante, com ou sem o seu consentimento.

- a) as alternativas I e III estão corretas.
- b) as alternativas II e IV estão corretas.
- c) todas as alternativas estão corretas.
- d) as alternativas I e IV estão corretas.
- e) as alternativas III e IV estão corretas.

30. Quando duas pessoas têm participação na prática de um crime o artigo 29 do C.P. estipula que: "quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na

medida de sua culpabilidade". Assim sendo podemos afirmar que na hipótese de um indivíduo planejar um roubo e o outro o executar, os dois responderão pelo crime do artigo 157 do C.P. Pergunta-se: O mesmo ocorrerá na hipótese de aborto praticado por médico com o consentimento da gestante, ou seja, os dois responderão pelo crime tipificado no artigo 124 do C. P?

- a) sim, aplica-se o artigo 124 combinado com o artigo 29 do C.P.
- b) não, somente o médico irá responder pelo crime do artigo 124 do C.P.
- c) não, somente a gestante irá responder pelo crime do artigo 124 do C.P.
- d) não, no caso do aborto ocorre uma situação excepcional, pois apesar de ter ocorrido apenas um crime (aborto), o médico irá responder por uma conduta típica prevista no artigo 126 do C.P. e a gestante responderá pela conduta típica prevista no artigo 124 do C.P.
- e) N.R.A..

31. Qual(ais) crime(s) contra à vida que não admite(m) a modalidade culposa?

- I. infanticídio.
- II. homicídio.
- III. aborto.
- IV. induzimento, instigação e auxílio ao suicídio.

- a) as alternativas I e IV.
- b) as alternativas III e IV
- c) todas as alternativas.
- d) as alternativas II e III.
- e) as alternativas I, III e IV.

GABARITO

01. D	09. C	17. A	25. D
02. D	10. D	18. B	26. D
03. D	11. D	19. A	27. A
04. B	12. B	20. D	28. C
05. D	13. D	21. E	29. E
06. D	14. D	22. D	30. D
07. D	15. A	23. B	31. E
08. A	16. D	24. B	

SIMULADO DIREITO PENAL 04

Crimes contra o Patrimônio

01 . É hipótese de crime contra o patrimônio:

- I. roubo.
 - II. furto.
 - III. latrocínio
 - IV. infanticídio.
 - V. constrangimento ilegal.
- a) as alternativas I, II estão corretas.
 - b) as alternativas II, III e V estão corretas.
 - c) somente a alternativa III está incorreta.
 - d) as alternativas I, II e III estão corretas.
 - e) N.R.A.

02. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa caracteriza o crime de:

- a) furto. d) roubo.
- b) apropriação indébita. e) extorsão indireta.
- c) extorsão.

03. Indique a alternativa correta:

- a) rapto e seqüestro são sinônimos.
- b) no seqüestro o fim a ser alcançado é de obter vantagem, como condição de preço ou resgate, já no rapto além deste interesse há o da finalidade libidinosa.
- c) roubo e extorsão são sinônimos.

d) no furto diferentemente do roubo, existe a presença da grave ameaça.

e) N.R.A.

04. Não é qualificadora do crime de furto:

a) destruir obstáculo à subtração da coisa.

b) mediante fraude.

c) mediante grave ameaça a pessoa.

d) emprego de chave falsa.

e) mediante concurso de duas ou mais pessoas.

05. Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar

causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, tipifica o crime de:

a) não há crime, pois o fato é atípico.

b) não há crime, pois a hipótese é de exercício regular de um direito.

c) extorsão.

d) concussão.

e) extorsão indireta.

06. Qual é o elemento normativo do tipo no crime de furto:

a) a qualidade de ser alheia a coisa.

b) a subtração da coisa.

c) o meio empregado na subtração.

d) o erro de proibição.

e) N.R.A..

07. Em relação ao estelionato:

I. no crime de estelionato, no caso do meio empregado para induzir em erro ser grosseiro, que torne impossível a consumação do crime, não haverá crime.

II. no crime de estelionato, no caso do meio empregado para induzir em erro ser grosseiro, que torne impossível a consumação do crime, a hipótese será de tentativa de estelionato.

III. não há estelionato na forma tentada.

IV. também incorre nas mesmas penas do estelionato quem vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria.

a) somente a alternativa I está incorreta.

b) somente a alternativa II está incorreta.

c) as alternativas I e IV estão corretas.

d) somente a alternativa IV está correta.

e) N.R.A.

08. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência tipifica o crime de:

a) roubo.

d) extorsão.

b) furto.

e) extorsão indireta.

c) furto qualificado.

09. Sigismundo entra na residência de Florismundo para praticar um assalto e diante da resistência deste vem a matá-lo com 3 tiros e foge, sem nada roubar. Qual o crime praticado por Sigismundo e quem será competente para julgá-lo?

a) latrocínio tentado, sendo julgado pelo Tribunal do Júri, que é o órgão com competência para os crimes dolosos contra a vida.

b) homicídio doloso combinado com tentativa de roubo, sendo julgado pelo Tribunal do Júri.

c) latrocínio consumado, sendo julgado pelo juiz singular de uma das varas criminais existentes na respectiva comarca.

d) latrocínio consumado, sendo julgado pelo Tribunal do Júri.

e) homicídio doloso combinado com tentativa de roubo, sendo julgado pelo juiz singular de uma das varas criminais existentes na comarca.

10. Qual(ais) crime(s) contra o patrimônio que admite(m) a modalidade culposa?

I. receptação.

II. roubo.

III. estelionato.

IV. furto.

V. extorsão.

a) somente a alternativa I.

- b) nenhum deles admite a modalidade culposa.
- c) somente as alternativas I e III.
- d) somente as alternativas II e V.
- e) N.R.A..

Crimes contra a Administração Pública. Abuso de Autoridade.

11. Ao proceder a uma condução coercitiva de testemunha, um agente federal, diante da negativa da testemunha em acompanhá-lo, empurrou-a. Em decorrência deste empurrão a testemunha feriu-se ao cair no solo. Ele cometeu o crime de:

- a) condescendência criminosa;
- b) violência arbitrária;
- c) concussão;
- d) prevaricação;
- e) nenhuma das alternativas.

12. Caracteriza crime de concussão:

- a) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da Lei, para satisfazer interesse pessoal;
- b) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da Lei, para satisfazer sentimento pessoal;
- c) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente
- d) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
- e) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida

Assinale a alternativa que indique o crime praticado em cada questão

13. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

- a) exploração de prestígio;
- b) concussão;
- c) peculato;
- d) corrupção ativa;
- e) corrupção passiva.

14. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

- a) exploração de prestígio;
- b) concussão;
- c) peculato;
- d) corrupção ativa;
- e) corrupção passiva;

15. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

- a) exploração de prestígio;
- b) concussão;
- c) peculato;
- d) corrupção ativa;
- e) corrupção passiva.

16. Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

- a) exploração de prestígio;
- b) concussão;
- c) peculato;
- d) corrupção ativa;
- e) corrupção passiva.

17. Um funcionário público apropria-se, em proveito próprio, de dinheiro público de que tem a

posse em razão de seu cargo. Em tese ocorreu crime de:

- a) corrupção ativa; c) concussão;
- b) peculato; d) corrupção passiva.

18. Para satisfazer interesse pessoal, um oficial de justiça retarda ato de seu ofício. Em princípio ele cometeu:

- a) excesso de exação;
- b) exploração de prestígio;
- c) prevaricação;
- d) condescendência criminosa.

19. Um funcionário público revela ato de que tem conhecimento em razão de seu cargo e que deve permanecer em segredo. Em tese ele praticou crime de:

- a) violação de sigilo profissional;
- b) advocacia administrativa;
- c) violação de sigilo de proposta de concorrência;
- d) exploração de prestígio.

20. Alguém oferece, a um funcionário público, vantagem indevida para que ele pratique ato de sua atribuição. Em princípio aquela pessoa praticou crime de:

- a) concussão;
- b) advocacia administrativa;
- c) corrupção passiva;
- d) corrupção ativa.

21. Alguém obtém, em proveito próprio, vantagem patrimonial a pretexto de influir em funcionário público no exercício de sua função. Em princípio aquela pessoa cometeu crime de:

- a) corrupção passiva;
- b) tráfico de influência;
- c) advocacia administrativa;
- d) corrupção ativa.

22. Em um inquérito, servindo como intérprete de testemunha que não fala português, A, propositadamente, faz afirmações diversas das que forem, no idioma estrangeiro, proferidas pelo depoente. Em tese ocorreu crime:

- a) de condescendência criminosa;
- b) de violação de sigilo profissional;
- c) de falsa perícia;
- d) de advocacia criminosa.

23. O crime de falso testemunho:

- a) admite a co-autoria;
- b) admite a autoria mediata;
- c) não admite a co-autoria por tratar-se de crime de mão própria;
- d) "a" e "b" estão corretas
- e) N.D.A.

24. O particular que desacata funcionário público fora do exercício de suas funções pratica o crime de:

- a) desacato; c) desobediência;
- b) resistência; d) prevaricação.

25. Um acusado por crime de falso testemunho veio a arrepender-se no curso do processo, declarando a verdade antes de ser proferida a sentença. Neste caso:

- a) o crime deixa de existir, como se a agente nada tivesse praticado, e não há pena a ser aplicada;
- b) o crime existe, mas não se julga o mérito e o processo é arquivado;
- c) o crime não chegou a existir pela falta de elemento subjetivo e o acusado é absolvido;
- d) o crime existe, mas deixa de ser punível, declarando-se extinta a punibilidade do réu;
- e) N.D.A.

26. O funcionário público que pratica violência, no exercício da função, ou a pretexto de exercê-la, estará sujeito às penas:

- a) previstas para a violência arbitrária, somente;
- b) previstas para prevaricação e violência arbitrária;
- c) previstas para prevaricação e violência arbitrária;
- d) previstas para a violência arbitrária e a correspondente à violência.

27. Para efeitos penais, considera-se funcionário público:

- a) somente quem exerce função pública remunerada;
- b) somente quem exerce cargo público remunerado;
- c) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública;
- d) somente quem exerce cargo público estável.

28. O crime de resistência configura-se:

- a) quando o particular se opõe, de qualquer forma, à execução do ato legal;
- b) quando o particular se opõe à execução do ato legal mediante violência ou ameaça ao funcionário competente para executá-lo;
- c) quando o particular impede a execução de ato do funcionário competente para executá-lo, mediante fraude;
- d) quando o particular impede a execução do ato do funcionário competente para executá-lo, mediante informações falsas.

29. Qual o tipo de ação penal para o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento?

- a) ação penal pública condicionada;
- b) ação penal pública incondicionada;
- c) ação penal pública privada.
- d) N.D.A.

30. O Beltrano, encarregado de levar ao Dr. Delegado de Polícia documento apreendido nos autos, para ser submetido a perícia, destruiu o documento, quando percebeu que incriminava um conhecido. Sua conduta:

- a) tipifica o delito de inutilização de livro ou documento;
- b) constitui ato atentatório à dignidade da justiça;
- c) representa mera irregularidade administrativa;
- d) N.D.A.

31. Funcionário Público Municipal que tinha sob sua guarda bens da municipalidade acaba esquecendo, não intencionalmente, mas por negligência, abertas as portas do local onde estavam os bens. Durante a noite aqueles objetos são subtraídos. Esse funcionário será responsabilizado por crime:

- a) de peculato mediante erro de outrem;
- b) de peculato-furto;
- c) de peculato culposo;
- d) de o fato é atípico penalmente.

32. Assinale a alternativa correta:

- a) o funcionário que retarda ou deixa de praticar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido de outrem, comete delito de prevaricação;
- b) deixar o funcionário público, por indulgência de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo comete crime de prevaricação;
- c) o funcionário que, por negligência, extravai livro oficial de que tinha a guarda em razão do cargo, comete delito de extravio culposo de livro;
- d) para configuração do delito de peculato culposo, é necessário que o funcionário público tenha culposamente, concorrido para o crime de outrem.

33. Assinale a alternativa falsa:

- a) o delito de resistência prescinde, para que se o possa considerar como consumado, que o ato não se execute.
- b) a testemunha que comparece em audiência e, perante o juiz, se nega a depor comete o crime de desobediência.
- c) o funcionário público que, em razão de suas funções, simplesmente recebe promessa de vantagem indevida, sem contudo recebê-la, comete o crime de corrupção passiva na sua forma consumada;
- d) o crime de exploração de prestígio, quer quando atinja a Administração em geral, quer quando atinja a Administração da Justiça, tanto pode ser praticado por um funcionário público, quanto pode sê-lo por um particular.

34. O crime de desacato a autoridade aplica-se:

- a) a qualquer servidor com poderes de mando ou chefia
- b) somente às autoridades públicas (diretores, gerentes, juizes, promotores, delegados de polícia, etc)
- c) somente a funcionário que detenha subordinados e perceba gratificação por função comissionada
- d) aplica-se a qualquer servidor, indistintamente.

GABARITO

01. D	10. A	19. A	28. B
02. C	11. B	20. D	29. B
03. E	12. E	21. B	30. A
04. C	13. C	22. C	31. C
05. E	14. E	23. C	32. D
06. A	15. D	24. A	33. A
07. C	16. A	25. D	34. D
08. A	17. B	26. D	
09. C	18. C	27. C	

SIMULADO DIREITO PENAL 05

Tráfico e Uso Indevido de Substância Entorpecente

01. A repressão ao tráfico internacional de substância entorpecente compete primordialmente:
- a) a polícia civil estadual. d) a guarda municipal.
 - b) a polícia militar. e) N.R.A.
 - c) a polícia civil federal.
02. O tráfico ilícito de entorpecente é:
- a) crime hediondo.
 - b) crime equiparado a hediondo, e como tal sofre mesmo tratamento.
 - c) crime equiparado a hediondo, porém não sofre mesmo tratamento.
 - d) crime imprescritível. e) N.R.A.
03. No tráfico ilícito de entorpecentes, estando o indiciado preso, os autos quando recebidos em juízo, será aberta vista ao Ministério Público para oferecer a denúncia no prazo de:
- a) 5 dias. d) 15 dias.
 - b) 8 dias. e) 3 dias.
 - c) 10 dias.
04. Quantas testemunhas poderão ser arroladas pelas partes nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes?
- a) 8 testemunhas.
 - b) 5 testemunhas.
 - c) 3 testemunhas.
 - d) 10 testemunhas.
 - e) não há número pré-estabelecido.
05. Qual o prazo para a remessa dos autos de inquérito pela autoridade policial a juízo, no caso de indiciado solto?
- a) 5 dias. d) 30 dias.
 - b) 8 dias. e) N.R.A.
 - c) 15 dias.
06. Existem características que diferem o processo comum estabelecido no Código de Processo Penal para os crimes em geral, do processo especial estabelecido na Lei 6.368/76 que trata da repressão ao tráfico de entorpecentes. Em qual das alternativas abaixo não há nenhuma diferença entre eles.
- a) em relação ao prazo de remessa dos autos de inquérito.
 - b) em relação ao prazo para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
 - c) em relação ao número de testemunhas a serem oferecidas pelas partes.
 - d) em relação a impossibilidade do Ministério Público pedir em alegações finais a absolvição do réu.
 - e) N.R.A.
07. Qual o prazo para a remessa dos autos de inquérito pela autoridade policial a juízo, estando o indiciado preso?
- a) 5 dias. d) 30 dias.
 - b) 8 dias. e) N.R.A.
 - c) 15 dias.
08. O crime de tráfico ilícito de substância entorpecente será punido com pena de:

- a) reclusão. d) detenção e multa.
- b) detenção. e) N.R.A.
- c) reclusão e multa.

09. Com relação ao tráfico ilícito de substância entorpecente podemos afirmar que:

- a) é infiançável, porém admite a graça ou a anistia.
- b) é infiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- c) é afiançável, admitindo também a graça e a anistia.
- d) é afiançável, porém insuscetível de graça ou a anistia.
- e) N.R.A.

10. Qual a pena cominada em relação ao crime de tráfico (artigo 12) e ao crime de usuário (artigo 16) da Lei 6.368/76?

- a) os dois são apenados com reclusão e multa.
- b) os dois são apenados com detenção e multa.
- c) o crime do artigo 12 é apenado com reclusão e multa, ao passo que o crime do artigo 16 com detenção e multa.
- d) o crime do artigo 12 é apenado com reclusão e multa, ao passo que o crime do artigo 16 é apenado com detenção ou multa.
- e) N.R.A.

11. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola constitui crime, cuja competência para processar e julgar será da(o):

- a) Justiça do Trabalho.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Estadual.
- d) Superior Tribunal de Justiça.
- e) Supremo Tribunal Federal.

12. Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa constitui crime contra a:

- a) organização do trabalho.
- b) Administração Pública.
- c) administração da Justiça.
- d) fé pública.
- e) N.R.A.

Sonegação Fiscal. Crimes contra a Ordem tributária. Crimes contra a Ordem Econômica.

Crime Penal Tributário. Outros crimes de interesse tributário. Ilícitos Tributários. Contrabando e Descaminho. Crimes assemelhados a contrabando, descaminho e sonegação fiscal. Serviços de interesse da União ou crimes de repercussão tributária.

13. Não é crime de sonegação fiscal:

- a) prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se do pagamento de tributo devido por lei.
- b) inserir elementos inexatos, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública.
- c) alterar faturas com o propósito de fraudar à Fazenda Pública.
- d) exigir para si, qualquer percentual sobre a parcela dedutível ou deduzida do Imposto sobre a Renda como incentivo fiscal.
- e) N.R.A.

14. Os crimes de sonegação fiscal são punidos com pena de:

- a) detenção. d) reclusão e multa.
- b) reclusão. e) detenção e multa.
- c) multa.

15. Caso o acusado cometa o crime de sonegação fiscal aproveitando-se do cargo público que exerce, a pena será aumentada de:

- a) 2/3. d) dobro.
- b) 1/6. e) 3/5.
- c) 1/2

16. Em relação ao contrabando e descaminho, indique a alternativa incorreta:

- a) a competência para apreciar e julgar estes crimes será da Justiça Federal.

- b) contrabando significa importar ou exportar mercadoria proibida.
 - c) descaminho significa iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, saída ou pelo consumo de mercadoria.
 - d) nos dois casos o elemento subjetivo do tipo é a culpa consciente.
 - e) nos dois casos a tentativa é possível.
17. Não é crime contra a ordem econômica:
- a) tráfico de influência.
 - b) moeda falsa.
 - c) emissão de título ao portador sem permissão legal.
 - d) fabricar petrechos para falsificação de moeda.
 - e) N.R.A.
18. Imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor imobiliário caracteriza:
- a) crime contra o sistema financeiro.
 - b) crime contra a Administração Pública.
 - c) crime contra a paz pública.
 - d) crime contra a incolumidade pública.
 - e) N.R.A.
19. Indique a alternativa incorreta:
- a) é de comunicação obrigatória ao Ministério Público Federal os crimes de natureza tributária ou com eles conexos.
 - b) compete a Justiça Federal processar e julgar os crimes de contrabando e descaminho.
 - c) a Justiça Estadual será competente para julgar os crimes contra a organização do trabalho.
 - d) os crimes contra a ordem tributária serão processados e julgados perante a Justiça Federal, portanto a competência para instaurar inquérito policial será da polícia federal.
 - e) N.R.A.
20. Segundo o previsto na Lei 8.884 de 11/06/94, não é crime contra a ordem econômica:
- a) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
 - b) dominar mercado relevante de bens ou serviços.
 - c) exercer de forma abusiva posição dominante.
 - d) obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes.
 - e) conquistar o mercado em razão de processo natural fundado na maior eficiência do agente econômico em relação a seus competidores.
21. Nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, também é penalmente responsável as seguintes pessoas:
- I. o controlador da Instituição Financeira.
 - II. os administradores da Instituição Financeira.
 - III. o interventor da Instituição Financeira.
 - IV. o liquidante da Instituição Financeira.
 - V. o síndico da Instituição Financeira.
- a) as alternativas I, II e III.
 - b) as alternativas II, III e V.
 - c) as alternativas I, IV e V.
 - d) as alternativas II, III e IV.
 - e) todas as alternativas.
22. Incorrem nas mesmas penas do contrabando ou descaminho quem:
- I. pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.
 - II. pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho.
 - III. vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no país.
 - IV. adquire, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, acompanhada de documentação legal.
- a) as alternativas I, II e III.
 - b) as alternativas II, III e IV.
 - c) todas as alternativas.

- d) as alternativas I, III e IV.
e) N.R.A.

GABARITO

01. C	07. A	13. E	19. C
02. B	08. C	14. E	20. E
03. E	09. B	15. B	21. E
04. B	10. C	16. D	22. A
05. D	11. B	17. A	
06. D	12. A	18. A	

SIMULADO DIREITO PENAL 06

Crimes Hediondos

01. São considerados hediondos os crimes de:
- latrocínio (art. 157, § 3º, "in fine");
 - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º CP);
 - genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei 2.889/56), tentados ou consumados;
 - todas as alternativas estão corretas.
02. Não é crime hediondo, mas equiparado a tal:
- tortura.
 - genocídio.
 - latrocínio.
 - atentado violento ao pudor.
 - epidemia com resultado morte.
03. Não é crime hediondo:
- crimes contra a saúde pública previstos no artigo 272 do C.P.
 - extorsão qualificada pela morte do artigo 158 parágrafo 20 do C.P.
 - homicídio qualificado do artigo 121 parágrafo 20 do C.P.
 - estupro previsto no artigo 213 do C.P.
 - N.R.A.
04. Os crimes hediondos são:
- imprescritíveis, somente.
 - insuscetíveis de graça anistia, admitindo apenas o indulto.
 - inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, admitindo a graça e o indulto.
 - imprescritíveis, insuscetíveis de graça, anistia e indulto, além de inafiançáveis.
 - inafiançáveis, e insuscetíveis de graça, anistia e indulto.
05. Qual o prazo da prisão temporária para os crimes hediondos?
- 5 dias, improrrogável.
 - 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - 15 dias, improrrogável.
 - 30 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - 30 dias, improrrogável.
06. Nos crimes hediondos para o condenado obter o livramento condicional, além de preencher alguns requisitos previstos no artigo 83 do Código Penal, qual o tempo mínimo de cumprimento da pena?
- mais de 1/3 se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
 - mais de 1/2 se o condenado for reincidente em crime doloso.
 - mais de 1/2 se o condenado não for reincidente específico em crime desta natureza.
 - mais de 2/3 se o condenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
 - mais de 2/3 se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
07. Qual a pena cominada para os crimes hediondos?
- reclusão e multa.
 - detenção e multa.
 - reclusão, somente.
 - detenção, somente.
 - N.R.A.
08. Indique a alternativa incorreta:
- homicídio privilegiado não é crime hediondo.

- b) não há crime hediondo na modalidade culposa.
- c) apesar da lei 8.072/90 estipular que nos crimes hediondos não haverá a concessão de liberdade provisória, a jurisprudência não é unânime neste sentido.
- d) a União manterá estabelecimentos penais de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, entre eles os condenados por crimes hediondos.
- e) vender substância destinada à falsificação de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, não é crime hediondo, mas equiparado a tal.

09. O participante e o associado que denunciar o bando ou quadrilha, possibilitando o seu desmantelamento, nos casos de crimes hediondos, será beneficiado da seguinte forma:

- a) não há nenhuma previsão na lei que dispõe sobre os crimes hediondos (Lei 8.072/90), porém será beneficiado de acordo com o disposto no Código Penal, como atenuante genérica.
- b) terá a pena reduzida em 1/2.
- c) terá a pena reduzida de 1/3 a 2/3.
- d) terá a pena reduzida de 1/2 a 2/3.
- e) terá a pena reduzida a 1/3.

10. Com relação aos crimes hediondos:

I. em caso de sentença condenatória, o juiz não poderá conceder ao réu o direito de apelar em liberdade, em razão de que a própria lei proíbe a concessão da liberdade provisória.

II. somente a mulher poderá ser sujeito passivo do crime hediondo de estupro.

III. somente a mulher poderá ser sujeito passivo do crime hediondo de atentado violento ao pudor.

IV. somente o homem poderá responder como sujeito ativo do crime hediondo de estupro, não se admitindo que a mulher figure como partícipe.

- a) as alternativas I, II e IV estão corretas.
- b) somente a alternativa II está correta.
- c) todas as alternativas estão corretas.
- d) somente a alternativa III está incorreta.
- e) as alternativas I e II estão corretas.

LEI 6.368/76 - Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes

11. Ocorrendo prisão em flagrante nos crimes definidos na Lei 6.368/76, a autoridade policial dela fará comunicação imediata ao juiz competente, remetendo-lhe juntamente uma cópia do auto lavrado e o respectivo auto nos seguintes.

- a) 10 dias
- b) 5 dias
- c) 15 dias
- d) 8 dias

12. Nos casos em que não ocorrer prisão em flagrante, o prazo para remessa dos autos do inquérito a juízo será de

- a) 8 dias
- b) 5 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias

13. Recebidos os autos de que trata o artigo 20 da Lei 6.368/76 em juízo será aberta vista ao Ministério Público para no prazo de dias, oferecer denúncia, arrolar testemunhas até o máximo de e requerer as diligências que entender necessárias.

- a) 5 (cinco) / 3 (três)
- b) 3 (três) / 5 (cinco)
- c) 2 (dois) / 3 (três)
- d) 6 (seis) / 8 (oito)

14. Recebida a denúncia de que trata o art. 22 da Lei 6.368/76, o juiz, em horas, ordenará a citação ou requisição do réu e designará dia e hora para o interrogatório, que se realizará dentro dos 5 (cinco) dias seguintes.

- a) 24 (vinte e quatro)
- b) 36 (trinta e seis)
- c) 48 (quarenta e oito)
- d) 72 (setenta e duas)

15. Se o réu não for encontrado nos endereços constantes dos autos, o juiz ordenará sua citação por edital, com prazo de dias, após o qual decretará sua revelia. Neste caso, os prazos correrão independentemente de intimação.

- a) 8 (oito)
- b) 15 (quinze)
- c) 10 (dez)
- d) 5 (cinco)

16. Findo o prazo do § 6o do artigo 22 da Lei 6.368/76, o juiz proferirá despacho saneador, em horas, no qual ordenará as diligências indispensáveis ao julgamento do feito e designará, para um dos dias seguintes, audiência de instrução e julgamento, notificando-se o réu e as testemunhas que nela devam prestar depoimento, intimando-se o defensor e o Ministério Público, bem como cientificando-se a autoridade policial e os órgãos dos quais dependa a

remessa de peças ainda não constantes dos autos.

- a) 24 (vinte e quatro) / 10 (dez) b) 48 (quarenta e oito) / 8 (oito)
c) 72 (setenta e duas) / 8 (oito) d) 36 (trinta e seis) / 15 (quinze)

17. Na hipótese de ter sido determinado, conforme o artigo 23 da Lei 6.368/76, exame de dependência, o prazo para a realização da audiência será de

- a) 5 (cinco) dias b) 15 (quinze) dias
c) 48 (quarenta e oito) horas d) 30 (trinta) dias

18. Na audiência, de que trata o artigo 23 da Lei 6.368/76, após a inquirição das testemunhas, será dada a palavra, sucessivamente, ao órgão do Ministério Público e ao defensor do réu, pelo tempo de minutos para cada um, prorrogável por mais , a critério do juiz que, em seguida, proferirá sentença.

- a) 20 (vinte) / 10 (dez) b) 15 (quinze) / 10 (dez)
c) 10 (dez) / 10 (dez) d) 15 (quinze) / 15 (quinze)

19. Se o juiz não se sentir habilitado a julgar de imediato a causa, ordenará que os autos lhe sejam conclusos para, no prazo de dias, proferir a sentença.

- a) 10 (dez) b) 5 (cinco)
c) 8 (oito) d) 15 (quinze)

20. Nos casos em que couber fiança, sendo o agente menor de anos, a autoridade policial, verificando não ter o mesmo condições de prestá-la, poderá determinar o seu recolhimento domiciliar na residência dos pais, parentes ou de pessoa idônea, que assinarão termo de responsabilidade.

- a) 16 (dezesseis) c) 21 (vinte e um)
b) 14 (quatorze) d) 18 (dezoito)

21. Marque a alternativa incorreta:

a) Ficam proibidos em todo o território brasileiro o plantio, a cultura, a colheita e a exploração, por particulares, de todas as plantas das quais possa ser extraída substância que determine ou não dependência física.

b) As plantas dessa natureza, nativas ou cultivadas, existentes no território nacional, serão destruídas pelas autoridades policiais, ressalvados os casos previstos na alternativa "c".

c) A cultura dessas plantas com fins terapêuticos ou científicos só será permitida mediante prévia autorização das autoridades competentes.

d) Para extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, possuir, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir para qualquer fim substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou matériaprima destinada à sua preparação, é indispensável licença da autoridade sanitária competente, observadas as demais exigências legais.

e) Fica dispensada da exigência prevista na alternativa "d" a aquisição de medicamentos mediante prescrição médica, de acordo com os preceitos legais ou regulamentares.

22. As penas dos crimes definidos na Lei 6.368/76 serão aumentadas de um terço a dois terços:

a) no caso de tráfico com o exterior ou de extraterritorialidade de lei penal;

b) quando o agente tiver praticado o crime prevalecendo-se de função pública relacionada com a repressão à criminalidade ou quando, muito embora não titular de função pública, tenha missão de guarda e vigilância;

c) se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação;

d) todas as alternativas estão corretas.

23. Marque a alternativa incorreta:

a) As atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica serão integradas num Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão, constituído pelo conjunto de órgãos que exerçam essas atribuições nos âmbitos federal, estadual e municipal.

b) O sistema de que trata o artigo 3o da Lei 6.368/76 será formalmente estruturado pelo Poder Legislativo, que disporá sobre os mecanismos de coordenação e controle globais de atividades, e sobre os mecanismos de coordenação e controle incluídos especificamente nas áreas de atuação dos governos federal, estaduais e municipais.

c) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino ou hospitalares, ou de entidades sociais, culturais, recreativas, esportivas ou beneficentes, adotarão, de comum acordo e sob a orientação técnica de autoridades especializadas, todas as medidas necessárias à prevenção do

tráfico ilícito e do uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, nos recintos ou imediações de suas atividades.

d) A não-observância do disposto na alternativa "c" implicará a responsabilidade penal e administrativa dos referidos dirigentes.

24. Marque a alternativa incorreta:

a) Nos programas dos cursos de formação de professores de que trata o artigo 5º da Lei 6368/76 serão incluídos ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos.

b) Dos programas das disciplinas da área de ciências naturais, integrantes dos currículos dos cursos de 1º grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

c) Compete concorrentemente ao Ministério da Justiça e da Saúde, através de seus órgãos especializados, baixar instruções de caráter geral ou especial sobre proibição, limitação, fiscalização e controle da produção, do comércio e do uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e de especialidades farmacêuticas que as contenham.

d) A competência fixada na alternativa "c", no que diz respeito à fiscalização e ao controle, poderá ser delegada a órgãos congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

25. Marque a alternativa incorreta:

a) As redes dos serviços de saúde dos Estados, Territórios e Distrito Federal contarão, sempre, com estabelecimentos próprios para tratamento dos dependentes de substâncias a que se refere a Lei 6368/76

b) O Ministério da Previdência e Assistência Social providenciará no sentido de que as normas previstas no artigo 9º e seu § 1º da Lei 6368/76 sejam também observadas pela sua rede de serviços de saúde

c) O tratamento sob regime de internação hospitalar será obrigatório quando o quadro clínico do dependente ou a natureza de suas manifestações psicopatológicas assim o exigirem.

d) Quando verificada a desnecessidade de internação, o dependente será submetido a tratamento em regime extra-hospitalar, com assistência do serviço social competente.

26. Marque a alternativa incorreta:

a) A pena de multa prevista no artigo 38 da Lei 6368/76 consiste no pagamento à vítima, de uma soma em dinheiro que é fixada em dias-multa.

b) O montante do dia-multa será fixado segundo o prudente arbítrio do juiz;

c) A pena pecuniária terá como referência os valores do dia-multa que vigorarem à época do fato

d) Para efeito de caracterização dos crimes definidos na Lei 6368/76, a autoridade atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação criminosa, às circunstâncias da prisão, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

27. Marque a alternativa incorreta:

a) As autoridades sanitárias, policiais e alfandegárias organizarão e manterão estatísticas, registros e demais informes, inerentes às suas atividades relacionadas com a prevenção e repressão de que trata a Lei 6368/76, deles fazendo remessa ao órgão competente com as observações e sugestões que julgarem pertinentes à elaboração do relatório que será enviado semestralmente ao órgão internacional da fiscalização de entorpecentes.

b) Todas as substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, apreendidas por infração a qualquer dos dispositivos da Lei 6368/76, serão obrigatoriamente remetidas, após o trânsito em julgado da sentença, ao órgão competente do Ministério da Saúde ou congêneres estadual, cabendo-lhes providenciar o seu registro e decidir do seu destino

c) Ficarão sob a guarda e responsabilidade das autoridades policiais, até o trânsito em julgado da sentença, as substâncias referidas na alternativa "b"

d) Quando se tratar de plantação ou quantidade que torne difícil o transporte ou apreensão da substância na sua totalidade, a autoridade policial recolherá quantidade suficiente para exame pericial destruindo o restante, de tudo lavrando auto circunstanciado

28. Para os réus condenados à pena de detenção, pela prática de crime previsto na Lei 6368/76, o prazo para requerimento da reabilitação será de anos.

- a) 1 (um)
- b) 3 (três)
- c) 5 (cinco)
- d) 2 (dois)

GABARITO

01. D	08. E	15. D	22. D
02. A	09. C	16. B	23. B
03. E	10. B	17. D	24. C
04. E	11. B	18. A	25. A
05. D	12. D	19. B	26. A
06. D	13. B	20. C	27. A
07. A	14. A	21. A	28. D

SIMULADO DIREITO PENAL 07

LEI 4.898/65 - Abuso de Autoridade

01. A Lei regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativo civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

- a) 6.368/76
- b) 8.176/91
- c) 4.898/65
- d) 8.072/90

02. Marque a alternativa incorreta:

Não constitui abuso de autoridade

- a) ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;

03. Considera-se autoridade, para os efeitos da Lei 4.898/65, quem exerce:

- a) apenas cargo público
- b) apenas emprego público
- c) apenas função pública
- d) cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitariamente e sem remuneração

04. São sanções administrativas:

- a) advertência e exoneração
- b) repreensão e suspensão até 200 (duzentos) dias
- c) demissão e cassação de disponibilidade
- d) destituição de função

05. A Lei nº 4898/65 regula:

- I. o direito de representação
- II. o processo de responsabilidade administrativa civil;
- III. o processo de responsabilidade administrativa penal.

- a) apenas I e II estão corretas
- b) apenas I e III estão corretas
- c) apenas II e III estão corretas
- d) todas estão corretas

06. A representação de que trata o art. 2º da Lei 4898/65 será feita em e conterà a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

- a) quatro vias
- b) duas vias
- c) três vias
- d) N.R.A.

07. Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de

- a) 2 (dois) a 6 (seis) anos;
- b) 2 (dois) a 4 (quatro) anos;
- c) 1 (um) a 5 (cinco) anos;

d) 1 (um) a 3 (três) anos;

08. O abuso de autoridade sujeitará o seu ator à sanção:

- a) exclusivamente administrativa
- b) exclusivamente civil
- c) exclusivamente penal
- d) administrativa, civil e penal

09. O direito de representação será exercido por meio de petição:

I. dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade, civil ou militar culpada, a respectiva sanção;

II. dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

III. dirigida sempre ao Poder Judiciário;

- a) a I e II estão corretas c) a II e III estão corretas
- b) a I e III estão corretas d) todas estão corretas

10. Marque a alternativa incorreta:

Não constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;
- b) à inviolabilidade de consciência
- c) ao sigilo da correspondência
- d) à liberdade de crença

11. Marque a alternativa incorreta:

a) Recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato

b) O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

c) Não existindo no Município, no Estado ou na legislação militar normas reguladoras do inquérito administrativo serão aplicadas, supletivamente, as disposições dos arts. 219 a 225 da Lei no. 1.711, 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, em vigor, é a Lei no. 8112/90

d) O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

12. Marque a alternativa incorreta:

a) A sanção aplicada por abuso de autoridade será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar b) Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida, pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.

c) A ação civil serão aplicáveis as normas do Código do Processo Penal.

d) A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

13. Marque a alternativa incorreta:

a) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da representação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao procurador-geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o juiz atender.

b) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado na Lei 4898/63, será admitida ação privada.

c) O órgão do Ministério Público poderá porém aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

d) A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado sucinto que será acompanhado da primeira via da representação e da denúncia.

14. Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

- a) 72 (setenta e duas) c) 24 (vinte e quatro)
- b) 48 (quarenta e oito) d) 36 (trinta e seis)

15. A denúncia de que trata o artigo 13 da Lei 4898/65 será apresentada:

- a) pelo Delegado de Polícia
- b) obrigatoriamente datilografada
- c) em duas vias
- d) pelo juízo competente

16. Recebidos os autos, o juiz, dentro do prazo de proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

- a) 48 horas
- b) 24 horas
- c) 72 horas
- d) 5 dias

17. No despacho em que receber a denúncia, o juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de

- a) 8 (oito) dias
- b) 48 (quarenta e oito) horas
- c) 10 (dez) dias
- d) 5 (cinco) dias

18. Marque a alternativa incorreta:

- a) O perito ou as testemunhas farão o seu relatório e prestarão seus depoimentos verbalmente, ou o apresentarão por escrito, querendo, na audiência de instrução e julgamento.
- b) As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentadas em juízo, desde que intimadas.
- c) Não serão deferidos pedidos de precatória para a audiência ou a intimação de testemunhas ou, salvo o caso previsto no art. 14, b, da Lei 4898/65, requerimentos para a realização de diligências, perícias ou exames, a não ser que o juiz, em despacho motivado, considere indispensáveis tais providências.
- d) À hora marcada, o juiz mandará que o porteiro dos auditórios ou o oficial de justiça declare aberta a audiência, apregoando em seguida o réu, as testemunhas, o perito, o representante do Ministério Público ou o advogado que tenha subscrito a queixa e o advogado ou defensor do réu.

19. A audiência de instrução e julgamento será pública, se contrariamente não dispuser o juiz, e realizar-se-á em dia útil, entre, na sede do juízo ou, excepcionalmente, no local que o juiz designar.

- a) 10 (dez) e 17 (dezesete) horas
- b) 8 (oito) e 17 (dezesete) horas
- c) 8 (oito) e 18 (dezoito) horas
- d) 10 (dez) e 18 (dezoito) horas

20. Depois de ouvidas as testemunhas e o perito, o juiz dará a palavra, sucessivamente, ao Ministério Público ou ao advogado que houver subscrito a queixa e ao advogado ou defensor do réu, pelo prazo de para cada um, prorrogável por mais, a critério do juiz.

- a) 10 (dez) minutos / 15 (quinze)
- b) 10 (dez) minutos / 10 (dez)
- c) 15 (quinze) minutos / 10 (dez)
- d) 15 (quinze) minutos / 15 (quinze)

21. Marque a alternativa incorreta:

- a) A audiência somente deixará de realizar-se se ausente o réu.
- b) Se até meia hora depois da hora marcada o juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se devendo o ocorrido constar do livro de termos de audiência.
- c) Aberta a audiência o juiz fará a qualificação e o interrogatório do réu, se estiver presente.
- d) Não comparecendo o réu nem seu advogado, o juiz nomeará imediatamente defensor para funcionar na audiência e nos ulteriores termos do processo.

22. Marque a alternativa incorreta:

- a) Encerrado o debate, o juiz proferirá imediatamente a sentença.
- b) Do ocorrido na audiência o escrivão lavrará no livro próprio, ditado pelo juiz, termo que conterá, em resumo, os depoimentos e as alegações da acusação e da defesa, os requerimentos e, por extenso, os despachos e a sentença.
- c) Subscreverão o termo o juiz, o representante do Ministério Público ou o advogado que houver subscrito a queixa, o advogado ou defensor do réu e o escrivão.
- d) Nas comarcas onde os meios de transporte forem difíceis e não permitirem a observância dos prazos fixados na Lei 4898/65, o juiz poderá aumentá-los, sempre motivadamente, até o quádruplo.

LEI 8.176/91 - Crimes contra a ordem econômica

23. Constitui crime contra a ordem econômica:

I. adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei;

II. usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.

III. produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.

a) a I e II estão corretas

b) a I e III estão corretas

c) a II e III estão corretas

d) todas estão corretas

24. A Lei define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis

a) 6.368/76 c) 4.898/65

b) 8.176/91 d) 7.960/89

25. A pena imposta a prática dos crimes contra a ordem econômica definidos no artigo 1º da Lei 8.176/91 é de:

a) reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa;

b) reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

c) detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

d) detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

26. A pena imposta a prática dos crimes contra o patrimônio definidos no artigo 2º da Lei 8176/96 é de:

a) reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa;

b) detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa;

c) detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa;

d) reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

27. A Lei 8176/91:

I. instituiu o Sistema Nacional de Estoque de Combustíveis;

II. criou o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis

III. criou os crimes contra o patrimônio

a) a I e II estão corretas

b) a I e III estão corretas

c) a II e III estão corretas

d) todas estão corretas

28. A pena imposta àquele que, sem autorização legal, adquirir, transportar, industrializar, tiver consigo, consumir ou comercializar produtos ou matéria-prima obtidos na forma prevista no caput do art. 2º da Lei 8.176/91, será de:

a) reclusão de 1 (um) a 6 (seis) anos;

b) detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

c) detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa;

d) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

LEI 8.072/90 - Crimes hediondos

29. São considerados hediondos os seguintes crimes, consumados ou tentados:

a) homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V);

b) latrocínio (art. 157, § 3º, in fine);

c) extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º)

d) todas as alternativas estão corretas

30. Todos os itens abaixo contêm crimes considerados hediondos, excetuando-se:

a) extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º);

b) estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único);

c) atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único);

d) epidemia com resultado morte ou não (art. 267)

31. Os crimes hediondos são insuscetíveis de:
- I. fiança;
 - II. prisão preventiva
 - III. liberdade provisória
- a) a I e II estão corretas
 - b) a I e III estão corretas
 - c) a II e III estão corretas
 - d) todas estão corretas
32. São insuscetíveis de anistia, graça e indulto:
- a) os crimes hediondos;
 - b) a prática da tortura
 - c) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins
 - d) o terrorismo
 - e) todas as alternativas estão corretas
33. A pena por crime de terrorismo será cumprida:
- a) parcialmente em regime aberto e fechado
 - b) integralmente em regime semi-aberto
 - c) integralmente em regime aberto
 - d) integralmente em regime fechado
34. A prisão temporária sobre a qual dispõe a Lei no. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, dos crimes hediondos, terá o prazo de dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- a) 10 (dez)
 - b) 60 (sessenta)
 - c) 30 (trinta)
 - d) 15 (quinze)
35. A prática da tortura é insuscetível de:
- I. prisão preventiva
 - II. liberdade provisória
 - III. fiança
- a) a I e II estão corretas
 - b) a I e III estão corretas
 - c) a II e III estão corretas
 - d) todas as alternativas estão corretas
36. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal é crime previsto com a pena de:
- a) reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos
 - b) reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa;
 - c) detenção, de 6 (seis) a 10 (dez) anos;
 - d) detenção, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e multa;
37. O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será cumprida:
- a) parcialmente em regime aberto e fechado
 - b) parcialmente em regime semi-aberto e aberto
 - c) integralmente em regime fechado
 - d) parcialmente em regime fechado
38. "Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate" é crime previsto com pena de:
- a) detenção, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos
 - b) detenção, de 8 (oito) a 10 (dez) anos
 - c) reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos
 - d) reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos
39. Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha, a pena será de:
- a) reclusão, de 8 (oito) a 10 (dez) anos
 - b) reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos
 - c) detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos
 - d) detenção, de 12 (doze) a 15 (quinze) anos
40. Será de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de:
- a) crimes hediondos
 - b) prática da tortura

- c) tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins
d) terrorismo
e) todas as alternativas estão corretas
41. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça, é crime previsto com a pena de:
a) reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos;
b) reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos;
c) detenção, de 8 (oito) a 10 (dez) anos;
d) detenção, de 6 (seis) a 12 (doze) anos.
42. Se no crime descrito na questão 13 a ofendida menor de 14 (catorze) anos, a pena será de:
a) detenção, de 8 (oito) a 10 (dez) anos;
b) detenção, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa;
c) reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos;
d) reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.
43. "Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos", é crime previsto com pena de:
a) detenção, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa;
b) reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa;
c) reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos;
d) detenção, de 8 (oito) a 10 (dez) anos, e multa.
44. "Envenenar água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo":
a) reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos;
b) reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos;
c) detenção, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa;
d) detenção, de 8 (oito) a 10 (dez) anos, e multa.

GABARITO

01. C	12. C	23. A	34. C
02. C	13. D	24. B	35. C
03. D	14. B	25. C	36. A
04. D	15. C	26. B	37. C
05. D	16. A	27. A	38. C
06. B	17. D	28. C	39. B
07. C	18. B	29. D	40. E
08. D	19. D	30. D	41. A
09. A	20. C	31. B	42. D
10. B	21. A	32. E	43. C
11. D	22. D	33. D	44. B

SIMULADO DIREITO PENAL 08

1. José Paulo, dono de um bar, serviu uma bebida alcoólica a um menor de 10 anos, dentro de seu estabelecimento, às 15 horas de um sábado. No momento em que, com o copo às mãos, o menor ia tomá-la, ocorreu uma "batida policial", o que o impediu de ingeri-la. José Paulo cometeu:

- a) tentativa de contravenção penal;
b) contravenção penal impossível;
c) contravenção penal;
d) fato penalmente irrelevante;
e) crime de abandono material.

2. (Cespe/Polícia Civil do DF - Ag. Penitenciário/98) Com relação à infração penal, julgue os itens abaixo.

I - A lei brasileira divide as infrações penais em duas espécies: crimes e contravenções.

II - Sujeito ativo da infração penal é aquela que pratica a conduta proibida pela norma penal e será, sempre, uma pessoa humana, pois só esta possui capacidade para delinquir.

III - Sujeito passivo da infração penal é o titular do bem jurídico tutelado pela norma penal, que

poderá ser, ou não, uma pessoa humana.

IV - A correspondência entre um fato praticado por um dado agente e um dado crime contido na lei penal denomina-se tipicidade.

V - A relação de contrariedade existente entre uma conduta humana e o ordenamento jurídico denomina-se ilicitude.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

3. (Ag. Polícia/98) Julgue os itens abaixo.

I - A lei posterior, que de qualquer modo favorece o agente, aplica-se aos fatos anteriores, inclusive aos já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

II - Aplica-se a lei brasileira, indiscriminadamente, a todos os crimes cometidos no território nacional.

III - O princípio da ultra-atividade da lei é estranho ao Direito Penal.

IV - Sujeita-se à lei brasileira, incondicionalmente, o crime contra a Administração Pública praticado no exterior por quem está a seu serviço.

V - Sujeita-se à lei brasileira, condicionalmente, o crime de genocídio praticado por brasileiro, no estrangeiro.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e V estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Apenas os itens II, III e V estão certos.

4. (Cespe/Polícia Civil do DF - Ag. Penitenciário/98) Acerca dos princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção correta.

a) O enunciado segundo o qual "não dá crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal" corresponde ao princípio da legalidade, que não foi acolhido pela lei penal brasileira.

b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, mas em virtude dela não cessará a execução da sentença penal condenatória, se já iniciada.

c) A lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença penal transitada em julgado.

d) A lei posterior mais gravosa para o agente retroagirá para alcançar os fatos anteriores à sua vigência, desde que ainda não decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.

e) As leis excepcionais e as leis temporárias são ultra-ativas, pois são aplicadas aos fatos praticados durante suas vigências, mesmo depois de revogadas.

5. (Cespe/Polícia Civil do DF - Ag. Penitenciário/98) Acerca dos princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço, assinale a opção incorreta.

a) Em regra, a lei penal brasileira só é aplicável ao crime cometido no espaço territorial brasileiro.

b) Segundo o princípio da nacionalidade, a lei penal do Estado é aplicável aos seus cidadãos, onde quer que se encontrem.

c) Para o princípio da defesa, importa a nacionalidade do bem jurídico lesado pelo crime.

d) Segundo o princípio da representação, a lei penal de um Estado é também aplicável aos crimes cometidos em território estrangeiro, desde que aí possua representação diplomática.

e) Para o princípio da justiça penal universal, qualquer Estado tem o poder de punir qualquer crime, sem importar o local da sua prática, a nacionalidade do autor, da vítima ou do bem jurídico tutelado.

6. Um motorista dirige seu veículo por rua central e movimentada, em velocidade incompatível com o local, vindo a atropelar e causar a morte de um transeunte. O resultado letal não foi desejado diretamente pelo motorista, que, no entanto, o aceitou de antemão. O motorista agiu com:

- a) dolo direto;
- b) culpa consciente;
- c) culpa inconsciente;

d) dolo eventual.

7. O crime culposos é excepcional porque:

- a) deve estar expressamente declarado em lei;
- b) só existe se o agente agir sem o cuidado objetivo exigido;
- c) decorre da previsibilidade subjetiva;
- d) para caracterizá-lo não pode haver presunção.

8. Quanto ao nexos causal, considerando a legislação penal pátria, é correto afirmar que:

- a) adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais, somente para os crimes omissivos próprios;
- b) não adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais para os crimes de mera conduta, sendo adotada, entretanto, para os crimes formais;
- c) adota a teoria sine qua non dos antecedentes, sem os quais não se poderá atribuir a responsabilidade pelo resultado;
- d) a concausa absolutamente independente traz ao agente a responsabilidade pelo resultado daí decorrente, respondendo o agente pelo desdobramento superveniente.

9. Julgue os itens a seguir.

I - Ao prescrever que o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei, o CP abrange o erro de tipo essencial, mas não o erro de tipo acidental.

II - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, enquanto o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade.

III - O ordenamento jurídico deve ser, necessariamente, um conjunto de normas harmônicas, não se compreendendo que possa, em seu íntimo, apresentar dissonâncias. O ilícito penal não é constitutivo, mas, simplesmente, complementar; de forma que a conduta considerada lícita em qualquer campo jurídico terá também licitude na esfera penal. Isso pode ser indicado como fundamento da excludente de ilicitude do exercício regular de direito.

IV - Uma diferença entre o estado de necessidade e a legítima defesa reside em que, na legítima defesa, há reação contra agressão; no estado de necessidade, existe ação em razão de um perigo e não de uma agressão; acresce-se, ainda, que, na legítima defesa, pressupõe-se uma agressão humana e, no estado de necessidade, não.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

10. (Cespe/Polícia Civil do DF - Ag. Penitenciário/98) L.A.R. Apius, preso recolhido ao Centro de Internamento e Reeducação de Brasília, onde cumpria pena por crime contra o patrimônio, conseguiu se apossar de uma arma, e disposto a empreender fuga do presídio foi se retirando do pátio para o portão de saída. Neste momento foi avistado por Caronte, agente penitenciário, que, suspeitando das intenções de L.A.R. Apius solicitou-lhe que parasse. Neste instante, L.A.R. Apius sacou da arma (um revólver municiado com seis cápsulas) e começou a efetuar disparos contra Caronte que, imediatamente, atirou-se ao solo. Ocorre que os disparos atraíram a atenção de Cérbero, policial militar que, naquele momento, estava de guarda no portão do presídio, e ao ver L.A.R. Apius disparando já o terceiro tiro contra Caronte sacou de sua arma e efetuou um só e certo disparo contra L.A.R. Apius, que veio a falecer em decorrência do ferimento recebido. Ressalte-se que Caronte não foi atingido por nenhum dos disparos efetuados por L.A.R. Apius, contudo, todas as circunstâncias indicaram que os disparos foram efetuados com a finalidade de atingi-lo e não teriam cessado, se não fosse a intervenção de Cérbero.

Com base na situação apresentada, assinale a opção correta.

- a) Cérbero agiu sob o abrigo de uma causa excludente da ilicitude, qual seja: o estado de necessidade.
- b) Se ficar provado que L.A.R. Apius estava mentalmente perturbado quando tentou empreender fuga do presídio, Cérbero deverá responder por crime de homicídio em concurso de pessoas com Caronte.
- c) Cérbero agiu em legítima defesa.
- d) Cérbero agiu sob a influência de erro de tipo essencial, porque, como se sabe, a fuga é um direito do preso.
- e) Não milita em favor de Cérbero nenhuma causa de exclusão da ilicitude ou da culpabilidade.

11. (Fiscal Trib.-DF/97) Tício, fiscal tributário, obedecendo à ordem não manifestamente ilegal de Caio, seu superior hierárquico, praticou fato definido como crime. Nesse caso:

- a) Tício não será punido, em face de ausência de culpabilidade;
- b) Tício não praticou crime, tendo em vista que a obediência hierárquica retira o dolo;
- c) somente Caio será punido, visto que, nesse aspecto, foi consagrada a teoria da actio libera in causa;
- d) ambos serão punidos, pois praticaram fato típico e antijurídico.

12. (Escrivão de Polícia Federal/99) Julgue os itens a seguir.

- a) A legítima defesa e a coação moral irresistível são causas excludentes da ilicitude.
- b) São requisitos do estado de necessidade, entre outros, a existência de situação de perigo atual, não provocado pelo agente, e a inexistência do dever legal de enfrentá-lo. Exige-se, ainda, para o reconhecimento dessa justificativa, a presença de requisitos de ordem subjetiva.
- c) A doença mental pode ser causa de isenção ou de redução da pena.
- d) O CP adotou o critério da presunção absoluta de imputabilidade dos menores de dezoito anos de idade.
- e) O erro acerca de elemento constitutivo do tipo legal do crime exclui o dolo e a culpa em sentido estrito.

13. (Ag. Polícia/98) Julgue os itens seguintes.

I - A legalidade e a presunção de inocência são princípios constitucionais de Direito Penal.

II - Para a configuração do estado de necessidade, é necessária a presença de requisito subjetivo, além de outros legalmente exigidos.

III - São requisitos do concurso de agentes: pluralidade de condutas e relevância causal de cada uma delas, vínculo subjetivo e identidade de infração.

IV - Admite-se participação em crime culposos.

V - O erro de tipo pode ser essencial ou acidental, produzindo, ambas as modalidades, as mesmas conseqüências penais.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

14. (MPDFT/99) O art. 59 do Código Penal, fixou a pena-base no mínimo legal (quatro anos de reclusão), desconsiderando a atenuante da menoridade prevista no art. 65 do CP. Com base na situação descrita, assinale a opção correta.

- a) A atenuante da menoridade é imperativa. Assim, se o agente é menor de vinte e um anos de idade na data do fato, a pena deve ser, sempre, atenuada.
- b) De acordo com a doutrina e a jurisprudência majoritárias, as atenuantes não podem reduzir a pena a quem do mínimo legal.
- c) Agravantes e atenuantes são circunstâncias judiciais de incidência obrigatória somente no caso de crime praticado sem violência contra a pessoa.
- d) Em qualquer caso, a aplicação da atenuante da menoridade fica a critério do juiz, que tem ampla liberdade na fixação da pena.

15. (TJDF-Sup.) O prazo para oferecimento da denúncia é de quinze dias, estando o indiciado solto, e de cinco dias quando o indiciado estiver preso. O atraso no oferecimento da denúncia terá como conseqüência(s):

- a) a rejeição da denúncia pelo juiz de Direito;
- b) o recebimento da denúncia pelo juiz, se a peça contiver os elementos do art. 41 do CPP, sem prejuízo da sujeição do promotor às sanções disciplinares cabíveis;
- c) a perda do prazo e a conseqüente decadência do direito de ação;
- d) a única conseqüência possível é a soltura do indiciado por excesso de prazo;
- e) não há qualquer conseqüência, porque o fato é processualmente irrelevante.

16. (Esc. Superior MP/DF) Quem desfere violento golpe no ventre de uma mulher visivelmente grávida que, em conseqüência, vem a abortar, comete o(s) crime(s) de:

- a) aborto culposo;
- b) lesão corporal gravíssima com resultado aborto;
- c) lesão corporal e aborto, em concurso;
- d) periclitacão para a vida ou saúde de outrem;
- e) aborto provocado por dolo eventual.

17. São crimes contra a Administração Pública:

- a) corrupção ativa e passiva;
- b) peculato;
- c) descaminho e contrabando;
- d) resistência e desobediência;
- e) todas as respostas acima estão corretas.

18. Celacanto, funcionário público, foi abandonado pela noiva que se apaixonara por Deodato.

Celacanto, profundamente magoado, jamais se conformou com tal fato. Num belo dia, eis que Deodato surge na seção em que trabalha, reivindicando certa pretensão administrativa. Celacanto, coincidentemente, ficou responsável pelo andamento do processo em que o interessado era justamente Deodato. Levado por um sentimento de mesquinhez ou vingança, deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício concernente ao referido processo, com inequívoco objetivo de prejudicar Deodato.

O funcionário cometeu:

- a) corrupção passiva;
- b) corrupção ativa;
- c) desacato;
- d) prevaricação.

19. Semprônio, particular, obtém vantagem de Afano, particular, a pretexto de influenciar em decisão de funcionário público:

- a) Afano comete o crime de exploração de prestígio;
- b) Afano comete o crime de corrupção passiva;
- c) Afano comete o crime de corrupção ativa;
- d) Afano não comete nenhum crime.

20. (Escrivão de Polícia Federal/99) Julgue os itens abaixo.

- a) A importação de mercadoria proibida configura o crime de descaminho.
- b) O funcionário público que, em razão das suas funções, exige, para ele próprio, vantagem indevida, pratica o crime de corrupção passiva.
- c) A consumação do crime de corrupção ativa depende do recebimento, pelo funcionário público, da vantagem indevida que lhe foi oferecida para retardar ato de ofício.
- d) O crime de peculato admite a modalidade culposa.
- e) Doutrinamente, os crimes funcionais dividem-se em próprios e impróprios.

21. (Fiscal Trib.-DF/97) Um servidor praticou crime de concussão. Com o valor arrecadado, comprou um carro. Foi condenado a 5 anos de reclusão em decorrência desse crime. Sobre esse fato, é correto afirmar:

- a) a sentença penal condenatória não poderá ser executada perante o juiz cível para se requerer indenização pelo prejuízo, pois os ramos do Direito são autônomos;
- b) o carro adquirido será perdido em favor da União, mediante ação de indenização promovida perante a Justiça Federal;
- c) o servidor perderá o cargo, caso o juiz assim o determine motivadamente na sentença;
- d) como a pena é superior a 4 anos de reclusão, o servidor perderá o cargo automaticamente.

GABARITO

- | | | | |
|------|---------------|-------|---------------|
| 1. c | 7. a | 13. c | 19. d |
| 2. e | 8. c | 14. a | 20. E E E C C |
| 3. b | 9. d | 15. b | 21. c |
| 4. e | 10. c | 16. e | |
| 5. d | 11. a | 17. e | |
| 6. d | 12. E C C E E | 18. d | |
-

